



UNIVERSIDADE DE BRASÍLIA
FACULDADE DE DIREITO
PROGRAMA DE POS-GRADUAÇÃO EM DIREITO
CURSO DE MESTRADO EM DIREITO, ESTADO E CONSTITUIÇÃO

PIERRE-RICHARD LUCIEN

**Correlações entre missões de paz da ONU e políticas neoliberais no contexto do direito
internacional:**

O caso da MINUSTAH no Haiti, sob a liderança do Brasil (2004–2017)

BRASILIA

2025

UNIVERSIDADE DE BRASÍLIA
FACULDADE DE DIREITO
PROGRAMA DE POS-GRADUAÇÃO EM DIREITO
CURSO DE MESTRADO EM DIREITO, ESTADO E CONSTITUIÇÃO

PIERRE-RICHARD LUCIEN

Correlações entre missões de paz da ONU e políticas neoliberais no contexto do direito internacional:

O caso da MINUSTAH no Haiti, sob a liderança do Brasil (2004–2017)

Dissertação apresentada como requisito parcial de obtenção do título de Mestre em Direito no Programa de Pós-Graduação Stricto Sensu da Faculdade de Direito da Universidade de Brasília – UnB.

Área de concentração: Direito, Estado e Constituição

Linha de pesquisa: Constituição e Democracia

Orientadora: Professora Doutora SIMONE RODRIGUES PINTO

BRASILIA

2025

Correlações entre missões de paz da ONU e políticas neoliberais no contexto do direito internacional:

O caso da MINUSTAH no Haiti, sob a liderança do Brasil (2004–2017)

PIERRE-RICHARD LUCIEN

FICHA DE AVALIAÇÃO

Prof. Dr. Simone Rodrigues Pinto
Orientadora – Faculdade de Direito/UnB

Prof. Dr. Alexandre Bernardino Costa
Membro interno – Faculdade de Direito/UnB

Prof. Dr. Luiz Daniel Jatoba
Membro externo à FD – IREL

Prof. Dr. Carlos Federico Dominguez Avila
Membro Externo à UnB, – UniAlfa

RESUMO

Esta dissertação analisa as interações entre as missões de paz da ONU e as políticas neoliberais no contexto do direito internacional, com foco no caso específico da Missão das Nações Unidas para a Estabilização no Haiti (MINUSTAH), conduzida sob a liderança do Brasil de 2004 a 2017. Por meio de uma análise detalhada, investiga-se como essas missões influenciam a soberania nacional e as dinâmicas sociopolíticas, especialmente em contextos frágeis. O trabalho destaca os impactos das políticas neoliberais sobre os objetivos das missões da ONU, avaliando também os limites de sua eficácia. De fato, busca-se demonstrar que um dos principais obstáculos à concretização dos objetivos de paz e segurança internacionais — que supostamente justificam o envio dessas missões — é sua impregnação pelas políticas neoliberais. Essa forma de dependência compromete qualquer possibilidade de alcançar resultados positivos duradouros. Nesse sentido, tais iniciativas onusianas de manutenção da paz, em sua configuração atual, não levam em consideração as realidades locais de onde, muitas vezes, emergem os próprios conflitos. O estudo adota uma perspectiva crítica e propõe recomendações para fortalecer a eficácia e a legitimidade das intervenções internacionais em contextos similares.

Palavras-chave : MINUSTAH,ONU,direito internacional, políticas neoliberais, Haiti, missões de paz, soberania nacional.

RÉSUMÉ

Ce mémoire explore les interactions entre les missions de maintien de la paix de l'ONU et les politiques néolibérales dans le cadre du droit international, en se concentrant sur le cas spécifique de la Mission des Nations Unies pour la Stabilisation en Haïti (MINUSTAH) menée sous la direction du Brésil de 2004 à 2017. À travers une analyse détaillée, il examine comment ces missions influencent la souveraineté nationale et les dynamiques socio-politiques, en particulier dans les contextes fragiles. Ce travail met en lumière les impacts des politiques néolibérales sur les objectifs des missions onusiennes, tout en évaluant les limites de leur efficacité. En effet, il tend à démontrer que l'un des principaux obstacles à la concrétisation des objectifs de paix et de sécurité internationales qui sont censés motiver le déploiement de ces missions, est leur imprégnation des politiques néolibérales. Cette forme de dépendance met en échec toute velléité d'obtenir des résultats positifs durables. En ce sens, ces initiatives onusiennes pour le maintien de la paix, dans leur conditionnement, n'accordent en principe aucune considération aux réalités locales d'où la plupart de ces conflits trouvent leurs origines. L'étude s'inscrit dans une perspective critique et propose des recommandations pour renforcer l'efficacité et la légitimité des interventions internationales dans des contextes similaires.

Mots-clés : MINUSTAH, ONU, droit international, politiques néolibérales, Haïti, missions de maintien de la paix, souveraineté nationale.

RESUMEN

Esta tesis explora las interacciones entre las misiones de mantenimiento de la paz de la ONU y las políticas neoliberales en el marco del derecho internacional, centrándose en el caso específico de la Misión de las Naciones Unidas para la Estabilización en Haití (MINUSTAH), llevada a cabo bajo el liderazgo de Brasil entre 2004 y 2017. A través de un análisis detallado, se examina cómo estas misiones influyen en la soberanía nacional y en las dinámicas sociopolíticas, particularmente en contextos frágiles. Este trabajo pone de relieve los impactos de las políticas neoliberales sobre los objetivos de las misiones de la ONU, evaluando a la vez los límites de su eficacia. En efecto, se busca demostrar que uno de los principales obstáculos para alcanzar los objetivos de paz y seguridad internacionales —que supuestamente justifican el despliegue de estas misiones— es su impregnación por las políticas neoliberales. Esta forma de dependencia anula cualquier posibilidad de obtener resultados positivos duraderos. En este sentido, estas iniciativas onusianas de mantenimiento de la paz, tal como están estructuradas, no consideran las realidades locales de donde a menudo emergen los propios conflictos. El estudio se enmarca en una perspectiva crítica y propone recomendaciones para reforzar la eficacia y la legitimidad de las intervenciones internacionales en contextos similares.

Palabras clave : MINUSTAH, ONU, derecho internacional, políticas neoliberales, Haití, misiones de paz, soberanía nacional.

ABSTRACT

This thesis explores the interactions between United Nations peacekeeping missions and neoliberal policies within the framework of international law, focusing specifically on the case of the United Nations Stabilization Mission in Haiti (MINUSTAH), led by Brazil from 2004 to 2017. Through a detailed analysis, it examines how such missions influence national sovereignty and socio-political dynamics, particularly in fragile contexts. The study highlights the impact of neoliberal policies on the objectives of UN missions while assessing the limits of their effectiveness. It argues that one of the main obstacles to achieving the stated goals of international peace and security is the deep entrenchment of neoliberal logic within these operations. This form of dependence undermines any real possibility of producing lasting positive outcomes. In this sense, UN peacekeeping initiatives, in their current form, often fail to take into account the local realities from which many conflicts originate. The study adopts a critical perspective and offers recommendations aimed at strengthening the effectiveness and legitimacy of international interventions in similar contexts.

Keywords : MINUSTAH, UN, international law, neoliberal policies, Haiti, peacekeeping missions, national sovereignty.

DEDICATÓRIA

Dedico este trabalho de pesquisa à memória de meu querido pai, Durin Lucien, que partiu cedo demais, sem ter visto o fruto de seus sacrifícios. Ele teve, no entanto, o tempo de me transmitir o gosto pela educação, a valorização da intelectualidade e o amor pela humildade, entre outros valores sociais e/ou humanos.

†

AGRADECIMENTOS

Gostaria de expressar minha profunda gratidão a todas as pessoas e instituições que contribuíram, direta ou indiretamente, para a realização desta dissertação.

Em primeiro lugar, agradeço ao Deus Criador pelo dom da vida, da saúde, da inteligência e da família, entre outros. Sem Sua misericórdia infinita, eu sequer seria uma lembrança. Obrigado, SENHOR, por Tua bondade inabalável para comigo, apesar das minhas inúmeras transgressões. Obrigado, SENHOR, por seres meu refúgio neste mundo repleto de loucura, hipocrisia e maldade.

Em segundo lugar, à minha orientadora, Professora Simone Rodrigues PINTO, pelo acompanhamento, conselhos valiosos e disponibilidade ao longo de todo este percurso. Sua rigorosidade acadêmica e seu apoio constante foram determinantes para a conclusão deste trabalho. Desde os primeiros contatos, ela me transmitiu confiança, graças ao seu acolhimento marcante e ao domínio da língua francesa. Tudo isso, somado ao seu vasto conhecimento sobre a história do meu país, me convenceu de que ela era a orientadora ideal. Serei eternamente grato a ela.

Meus agradecimentos vão também aos membros próximos da minha família, especialmente: Minha amada mãe, Marie Love Berthoumieux, que fez grandes sacrifícios para que eu pudesse me tornar quem sou hoje.

Minha querida irmã, Rose Esther Lucien, por suas palavras de encorajamento em momentos de grande incerteza, e até mesmo de desânimo.

Meu querido irmão, Claude Bernard Lucien, sem o qual eu jamais estaria aqui no Brasil. Seus inúmeros apoios me permitiram ultrapassar etapas importantes do meu percurso acadêmico. O mundo seria melhor com mais irmãos tão solidários como ele.

Meu irmão adotivo, Réginald Jules, por todos os serviços prestados até hoje. Minha eterna gratidão.

Não posso deixar de agradecer à minha amada esposa, Chimène Jabouin Lucien, por seus incontáveis apoios. Além do seu amor incondicional, ela aceitou minha ausência ao longo de dois anos, estando longe dela e da nossa filha, pois sempre compreendeu o sentido dos meus esforços. Ela me apoia em todos os meus projetos.

Meus agradecimentos se estendem ao **Grupo de Cooperação de Universidades Brasileiras (GCUB)**, especialmente ao **Programa GCUB de Mobilidade Internacional**, que me proporcionou a oportunidade de vir ao Brasil para realizar este estudo.

Agradeço à **Coordenação de Aperfeiçoamento de Pessoal de Nível Superior (CAPES)** pela bolsa de mestrado, que me permitiu, em certa medida, atender às minhas

necessidades básicas aqui em Brasília. Sem essa assistência financeira, a realização destes estudos teria sido impossível.

Agradeço também aos docentes do Programa de Pós-Graduação da Faculdade de Direito da Universidade de Brasília, que, por meio de seus ensinamentos e diálogos, me forneceram as ferramentas intelectuais necessárias para esta reflexão.

Gostaria de agradecer de forma especial aos seguintes professores:

A Dra. Simone Rodrigues Pinto, ao mesmo tempo minha orientadora e professora de *Filosofia Política e Direito Constitucional*, que sempre esteve disponível para mim, apesar de sua agenda apertada. Durante o curso, ela sempre me deu atenção especial. Suas explicações eram tão claras que, mesmo com vocabulário limitado, eu conseguia compreender os temas abordados com facilidade. O fato de ela ser poliglota talvez tenha ajudado, pois ela sempre encontrava as palavras certas.

O Dr. Alexandre Araújo Costa, meu professor de *Pesquisa Jurídica e Inovações Metodológicas na Pesquisa em Direito*, que desde o início me ofereceu atenção especial como estudante estrangeiro com pouco domínio do português. Jamais esquecerei sua atitude acolhedora e compreensiva.

O Dr. Alexandre Kehrig Veronese Aguiar, meu professor de *Temas de Direito, Internet e Sociedade*, que se mostrou extremamente simpático desde o início, permitindo que eu apresentasse meus trabalhos em francês e até compartilhando seu WhatsApp para dúvidas sobre a disciplina. Agradeço imensamente sua abertura.

O Dr. Isaac Costa Reis, meu professor de *Tópicos Especiais – Retórica e Direito: Uma Introdução*, que sempre se preocupou em garantir que eu não me sentisse isolado por ser estrangeiro e ter dificuldades com a língua. Reconheço e celebro seu espírito de inclusão e alteridade. Nas suas aulas, eu me sentia um pouco brasileiro!

O Dr. Juliano Zaiden Benvindo, meu professor de *Comparative Constitutional Law*. Seu método de ensino, simples e ao mesmo tempo extremamente eficaz, aumentou significativamente meu interesse pelo Direito Constitucional. Lembro-me dele como um professor que domina profundamente sua área, mas que mantém uma postura de grande humildade. Sempre ouviu atentamente seus alunos e foi muito compreensivo comigo ao permitir que eu redigisse o trabalho final da disciplina em francês. Sou-lhe muito grato por isso.

O Dr. Fabiano Hartmann Peixoto, meu professor de *Prática do Ensino e da Formação em Direito*. Seus esforços notáveis para promover uma abordagem revolucionária do ensino e da aprendizagem, inspirada por pensadores como Paulo Freire e Anísio Teixeira, despertaram minha admiração. Também me recordo com carinho do acolhimento caloroso que recebi em sua disciplina e das palavras de incentivo quanto à continuidade dos meus estudos no Brasil.

Minha gratidão se estende à **Universidade de Brasília (UnB)**, por ter disponibilizado os recursos acadêmicos e logísticos essenciais para minhas pesquisas, bem como às instituições externas que apoiaram a elaboração desta dissertação.

Um agradecimento especial à **Kelly Martins**, da secretaria de pós-graduação da Faculdade de Direito da Universidade de Brasília, por sua incansável disponibilidade desde minha chegada. Graças a ela, minha integração à UnB foi muito mais tranquila. Kelly, você foi uma fonte de serenidade ao longo de toda essa caminhada. Nunca deixarei de lhe agradecer!

Por fim, agradeço a todas as pessoas, conhecidas ou anônimas, que me inspiraram por meio de suas ideias, escritos ou exemplos. Sua contribuição, embora muitas vezes invisível, enriqueceu minha reflexão e minha trajetória.

A todas e todos, dedico os frutos deste trabalho com imensa gratidão.

LISTA DE SIGLAS E ABREVIACOES

AGNU	Assembleia Geral das Nações Unidas
BINUH	Escritório (Bureau) Integrado das Nações Unidas no Haiti
BID	Banco Interamericano de Desenvolvimento
BRH	Banco da República do Haiti
CDH	Conselho de Direitos Humanos
CIJ	Corte Internacional de Justiça
CSNU	Conselho de Segurança das Nações Unidas
DDR	Desarmamento, Desmobilização e Reintegração
DPO	Departamento de Operações de Paz
ECOSOC	Conselho Econômico e Social
FMI	Fundo Monetário Internacional
BM	Banco Mundial
HRW	Human Rights Watch
ICG	International Crisis Group
MINUJUSTH	Missão das Nações Unidas de Apoio à Justiça no Haiti
MINUSTAH	Missão das Nações Unidas para a Estabilização no Haiti
MINUSIL	Missão das Nações Unidas na Libéria
MONUSCO	Missão das Nações Unidas para a Estabilização na RDC
UNMIT	Missão das Nações Unidas para a Integração no Timor-Leste
UNMIK	Missão das Nações Unidas no Kosovo
UNTAET	Missão de Administração Transitória das Nações Unidas em Timor-Leste
MSPP	Ministério da Saúde Pública e População (Haiti)
OCHA	Escritório das Nações Unidas para Coordenação de Assuntos Humanitários
OMRH	Office de Gestão de Recursos Humanos (Haiti)
OEA	Organização dos Estados Americanos
ONG	Organização Não-Governamental
ONU	Organização das Nações Unidas
PNH	Polícia Nacional Haitiana
PNUD	Programa das Nações Unidas para o Desenvolvimento
RNDDH	Rede Nacional de Direitos Humanos
UE	União Europeia

SUMARIO

Introdução	16
Parte I – Fundamentos e Contextos das Missões de Paz da ONU	28
Capítulo 1. O quadro jurídico e político das missões de manutenção da paz da ONU	31
Capítulo 2. Haiti e a ONU: Relações antigas e conturbadas	46
Parte II – A MINUSTAH no Haiti: Impactos, Contradições e Enfoques Neoliberais	62
Capítulo 3. Estudo de caso: Efeitos específicos da MINUSTAH no Haiti	64
Capítulo 4. Implicações da orientação neoliberal da MINUSTAH: reflexões e recomendações	85
Considerações Finais	102
Anexo	104
Referências	110

LISTA DE FIGURAS

Figura 1 — Evolução do orçamento das OMP (1990–2017)	34
Figura 2 — Arquitetura do sistema onusiano de segurança coletiva	35
Figura 3 — Cronologia das intervenções da ONU no Haiti (1990–2004)	46
Figura 4 — Períodos-chave da história política haitiana (1804–2004)	52
Figura 5 — Arquitetura da dependência estrutural haitiana	55
Figura 6 — Esquema sintético: Processo de deslegitimação da soberania haitiana	60
Figura 7 — Resoluções 1529 e 1542 do Conselho de Segurança	65
Figura 8 — Gráfico: Evolução do efetivo da PNH (2004–2017)	69
Figura 9 — Foto: Treinamentos da PNH sob supervisão da MINUSTAH	71
Figura 10 — Apoio institucional e projetos de fortalecimento estatal	73
Figura 11 — Articulação entre MINUSTAH, FMI e Banco Mundial	75
Figura 12 — Distribuição orçamentária da MINUSTAH por setor (2004–2017)	77
Figura 13 — Curva epidemiológica: Evolução dos casos e óbitos por cólera	79
Figura 14 — Manifestações contra abusos sexuais por capacetes azuis	80
Figura 15 — Gráfico: Evolução da ajuda ao desenvolvimento e PIB per capita	82
Figura 16 — Saída dos capacetes azuis em 2017	85
Figura 17 — Esquema conceitual: Lógicas neoliberais nas intervenções	88
Figura 18 — Quadro: Dispositivos neoliberais implementados pela MINUSTAH	89
Figura 19 — Gráfico: Canalização da ajuda pós-terremoto(2010)	94
Figura 20 —Organograma: Estrutura do Core Group e o Estado haitiano	96

“A MINUSTAH é o melhor exemplo de desalinhamento entre as necessidades no terreno e os recursos usados pelo Conselho de Segurança para ajudá-las” (MARK L. GRANT,2013 apud SEITENFUS,2016,p.233).¹

¹ Representante do Reino Unido na Reunião do CSNU em 10 de outubro de 2013.

INTRODUÇÃO GERAL

Este trabalho de pesquisa aborda as missões de manutenção da paz da Organização das Nações Unidas (ONU) ao redor do mundo, destacando suas relações com as políticas neoliberais, especialmente em zonas marcadas por profundas instabilidades sociopolíticas e de segurança. Insere-se no campo do direito internacional, cruzando os conceitos de cooperação internacional, segurança coletiva e governança global, a fim de analisar as dinâmicas que conectam as operações de paz da ONU às lógicas neoliberais.

Desde 1948, as missões de paz das Nações Unidas vêm sendo implantadas em diversas partes do mundo, indo do Oriente Médio, com a Organização das Nações Unidas para a Supervisão da Trégua (ONUST), entre Israel e seus vizinhos árabes, à África, com a Operação das Nações Unidas em Moçambique (ONUMOZ), passando pela Oceania com a Operação das Nações Unidas para a Manutenção da Ordem na Nova Caledônia (ONUMOC), pela Europa com a Missão de Administração Interina da ONU no Kosovo, e chegando às Américas com a Missão das Nações Unidas para a Estabilização no Haiti (MINUSTAH), iniciada em 2004 (ONU, 2023).

Segundo a própria ONU, “desde 1948, a Organização implantou 71 operações de manutenção da paz em todo o mundo, das quais 12 ainda estão em andamento” (ONU, 2024). As operações de paz da ONU são regularmente alvo de críticas quanto ao seu custo, eficácia, imparcialidade e ingerência nos assuntos internos dos países. Enfrentam também dificuldades operacionais, como falta de recursos, de pessoal ou de mandatos claros, além da complexidade das situações em campo. Apesar dessas limitações, as missões de paz da ONU continuam sendo uma ferramenta essencial para a prevenção e resolução de conflitos, bem como um símbolo de esperança para milhões de pessoas afetadas pela violência (ONU, 2024).

A MINUSTAH, que esteve ativa no Haiti de 2004 a 2017 sob a liderança do Brasil (BEAUVOIR, 2017)², oferece um estudo de caso relevante para examinar as correlações entre as missões onusianas de paz e as políticas neoliberais no contexto do direito

² A Missão das Nações Unidas para a Estabilização no Haiti (MINUSTAH) esteve ativa de 2004 a 2017, com o Brasil desempenhando um papel de destaque ao fornecer o maior contingente de tropas e assumir o comando militar da missão (BEAUVOIR, 2017, p. 4; INSTITUTO IGARAPÉ, 2018, p. 9). Disponível, respectivamente, em: <https://www.stimson.org> e <https://igarape.org.br>. Acesso em: 7 fev. 2025.

internacional³. Após 13 longos anos de presença no Haiti, a MINUSTAH deixou o país com um balanço longe de ser satisfatório (ORGANIZAÇÃO DAS NAÇÕES UNIDAS, 2017). As ações realizadas por essa missão muitas vezes apenas adiaram os problemas, em vez de resolvê-los de forma duradoura. Por isso, em grande parte, o clima sociopolítico se deteriorou rapidamente no Haiti após a saída dos capacetes azuis, até chegar a um nível de total colapso, tornando o país em uma zona de insegurança generalizada (HAUTEVILLE, 2024). Segundo Charles (2024), “a violência das gangues no Haiti asfixia a economia, provocando o esvaziamento de bairros outrora muito movimentados como Saint-Martin, em Porto Príncipe”.

As denúncias contra a MINUSTAH incluem acusações de ineficácia, estupro, violações dos direitos humanos e contribuição para crises sanitárias, como a epidemia de cólera (ORGANIZAÇÃO DAS NAÇÕES UNIDAS, 2017). Além disso, a abordagem neoliberal juntada às missões de paz (caracterizadas por políticas de privatização, redução dos gastos públicos e liberalização econômica) frequentemente deixou por trás as realidades locais e piorou as tensões sociais e econômicas. Para Pouligny-Morgant;

A intervenção das Nações Unidas no Haiti não se limitou a uma missão de estabilização, mas gerou consequências estruturais sobre a organização política e econômica do país. Embora alguns efeitos tenham contribuído para a criação de novas instituições democráticas, outros ampliaram a dependência do Estado haitiano em relação à ajuda internacional, gerando assim novas formas de instabilidade política e social (2024, p. 135)

O Haiti, com sua história, ainda recente, influenciada por missões de paz e intervenções internacionais, oferece um terreno fértil para analisar como essas políticas neoliberais influenciaram a eficácia das missões de paz e seu impacto na sociedade haitiana (POULIGNY-MORGANT, 2024, p. 190)⁴.

³ Algumas análises sugerem que a MINUSTAH serviu como um laboratório para a aplicação de políticas neoliberais, com ênfase na estabilização e na segurança em detrimento do desenvolvimento social e econômico sustentável. “A política neoliberal imposta ao Haiti foi amplamente contestada por diversos movimentos sociais” (OLIVIER, 2008; CADTM, 2008).

⁴ Segundo uma análise publicada na revista *Problèmes d’Amérique latine* (GÉRARD, 2015), a atuação política da ONU no Haiti, especialmente durante as eleições de 1990 e o golpe de Estado de 1991, revelou ambiguidades e incoerências por parte da comunidade internacional. Essas intervenções, embora tivessem como objetivo promover a democracia, por vezes ignoraram as dinâmicas internas, limitando assim seu alcance e contribuindo para recomposições parciais do espaço sociopolítico haitiano. Segundo Pouligny-Morgant (2024), “as intervenções da ONU no Haiti geraram efeitos paradoxais, oscilando entre a estabilização e o reforço das tensões políticas locais”.

Hoje em dia, o Haiti encontra-se novamente acolhendo uma missão de paz autorizada pelo Conselho de Segurança das Nações Unidas, denominada Missão Multinacional de Apoio à Segurança (MMSS). Essa conjuntura mostra a urgência de repensar as abordagens das missões de paz, de modo que possam contribuir efetivamente para uma estabilidade duradoura, levando em consideração as especificidades locais e evitando os equívocos decorrentes das políticas neoliberais.

No âmbito deste trabalho, analisaremos as correlações entre as missões de paz da ONU e as políticas neoliberais, com foco no caso da MINUSTAH no Haiti, sob a liderança do Brasil, no período de 2004 a 2017. Buscaremos entender de que forma essas políticas influenciaram a concepção, a implementação e os resultados da missão, bem como seus impactos sobre a sociedade haitiana; tudo isso com o objetivo de propor recomendações para abordagens futuras mais eficazes e adaptadas às realidades do terreno.

Este estudo visa, portanto, ir além de uma análise técnica das operações de paz, ao problematizar as lógicas políticas e econômicas que fundamentam sua implementação. Ao concentrar nossa atenção no caso haitiano, buscamos compreender como as orientações estratégicas das missões (frequentemente influenciadas por paradigmas globais como o neoliberalismo) podem afetar sua efetividade real no terreno. É dentro dessa perspectiva crítica que se insere a seguinte problemática.

Apesar das críticas persistentes quanto à não sustentabilidade dos efeitos positivos das missões de manutenção da paz da ONU, os tomadores de decisão (especialmente os membros do Conselho de Segurança) não têm conseguido adotar medidas necessárias e eficazes para enfrentar essa realidade. Tal constatação leva a crer que, para além dos objetivos declarados da ONU, existiriam finalidades não explicitadas, estreitamente vinculadas às políticas neoliberais. Diante desse quadro, torna-se crucial compreender as relações complexas entre as missões de paz da ONU e o neoliberalismo. Assim, nossa pergunta de pesquisa é a seguinte:

Como as correlações entre as Missões de Paz da ONU e as políticas neoliberais contribuíram potencialmente para os desafios enfrentados na realização de uma paz duradoura em zonas de conflito?

Com o objetivo de aprofundar essa problemática, é necessário enquadrar nossa abordagem em um contexto acadêmico rigoroso, conforme as exigências metodológicas próprias da pesquisa em Direito Internacional. É nessa perspectiva que se insere o presente trabalho de conclusão de curso, cujos objetivos, enquadramento institucional e normas de redação são detalhados a seguir.

Este projeto de pesquisa integra os trabalhos de conclusão do curso de mestrado em Direito da Universidade de Brasília. Tem a vocação de ser publicado no anuário da referida universidade e está, portanto, submetido às exigências do Programa de Pós-Graduação da Faculdade de Direito, especialmente no que se refere à aplicação das normas da ABNT para a redação de trabalhos científicos.

Nessa perspectiva, é fundamental colocar esta pesquisa no campo doutrinário existente, a fim de compreender melhor as tensões e os desafios que cercam a problemática estudada. Por isso, a revisão de literatura a seguir propõe uma exploração crítica das principais contribuições científicas relativas às missões de paz das onusianas e à sua articulação com as lógicas neoliberais no contexto do Direito Internacional.

O campo do Direito Internacional constitui uma base essencial para a compreensão dos mecanismos de manutenção da paz no mundo. A preservação da paz e da segurança internacionais é hoje um dos maiores desafios enfrentados no mundo. Nesse sentido, as missões de manutenção da paz da ONU, sustentadas por um arcabouço jurídico multilateral, buscam responder a situações de conflito e de fragilidade estatal. No entanto, tais missões não podem ser dissociadas das lógicas econômicas e ideológicas que as acompanham. Desse jeito, a crescente imbricação entre essas missões e as políticas neoliberais levanta inúmeras questões quanto à sua eficácia e legitimidade.

Esta revisão de literatura estrutura-se em torno de vários eixos, combinando aportes teóricos, empíricos e críticos, com o objetivo de compreender melhor as tensões entre a manutenção da paz e o neoliberalismo, com ênfase particular no caso da MINUSTAH no Haiti.

Uma primeira categoria de obras examina as justificativas jurídicas e políticas das missões de paz, inserindo-as na lógica da segurança coletiva (FORTIN, 2020; THAKUR,

2006). Esses trabalhos enfatizam o papel normativo da ONU na prevenção de conflitos e na estabilização institucional, mas também destacam as limitações relacionadas à ausência de mecanismos eficazes de prestação de contas, à dependência orçamentária dos países contribuintes e às tensões entre o princípio da soberania e os imperativos de proteção (BELLAMY; WILLIAMS, 2015).

Paralelamente, uma série de contribuições teóricas deixa aparecer como as políticas neoliberais foram incorporadas aos dispositivos de intervenção internacional, especialmente por meio dos programas de ajuste estrutural, da privatização dos serviços públicos e da liberalização dos mercados (HARVEY, 2005; CHANDLER, 2010). Esses pensadores denunciam a imposição de um modelo padronizado de reconstrução, em grande parte, inadequado às realidades locais e produtor de novas vulnerabilidades sociais. No âmbito das missões de paz, essa abordagem participa de uma transformação das operações da ONU em instrumentos de difusão de uma ordem econômica globalizada, em defavor da soberania dos Estados frágeis (PUGH, 2006).

O caso haitiano deu origem a uma literatura específica, tanto abundante quanto controversa. Alguns estudos reconhecem resultados positivos em termos de segurança urbana ou assistência eleitoral (BEAUVOIR, 2017), enquanto outros ressaltam as diversas distorções: abusos de poder, escândalos de violência sexual, epidemia de cólera introduzida pelas tropas e, sobretudo, a persistente ineficácia em resolver as causas profundas da instabilidade (POULIGNY-MORGANT, 2024; FREEDMAN, 2018). Vários pesquisadores concordam que a missão reproduziu padrões neocoloniais, reforçando a dependência externa em vez de construir uma soberania institucional autônoma (DUFOIX, 2020).

Nossa pesquisa se diferencia por aprofundar essa perspectiva crítica, explorando de forma direcionada as interações entre as missões de paz da ONU e as políticas neoliberais, por meio de um estudo de caso centrado na MINUSTAH no Haiti, conduzida sob a liderança do Brasil entre 2004 e 2017. Essa análise contextual facilita uma avaliação nuançada das dinâmicas específicas dessa missão, evidenciando a influência do paradigma neoliberal na concepção e execução de suas ações, especialmente nos domínios da segurança, governança e desenvolvimento institucional.

Diversos estudos questionaram os limites conceituais das operações de paz, particularmente no que diz respeito à sua tendência de priorizar a estabilidade institucional em detrimento da participação popular ou da justiça social. A literatura também destaca críticas recorrentes relacionadas a violações dos direitos humanos, ingerência nos assuntos internos e falta de resultados duradouros. Taís problemáticas são especialmente evidentes no contexto haitiano, onde a missão frequentemente foi percebida como imposta externamente, sem um diálogo genuíno com as forças sociais locais.

Por fim, uma literatura mais recente propõe alternativas críticas centradas nas dinâmicas endógenas da paz. Essas abordagens valorizam a participação comunitária, a reconstrução institucional a partir dos atores locais e a redefinição da segurança para além do estrito prisma militar (MAC GINTY; RICHMOND, 2013; DONAIS, 2012). A busca por soluções mais sustentáveis também passa por uma melhor colaboração entre missões de paz, governos anfitriões, ONGs, parceiros locais e populações civis.

Nossa abordagem insere-se nessa perspectiva, integrando as críticas e controvérsias que cercam a MINUSTAH e formulando recomendações capazes de fortalecer a pertinência, eficácia e legitimidade das futuras intervenções internacionais em contextos frágeis.

A literatura consultada confirma que as missões de paz da ONU não devem ser consideradas meros instrumentos técnicos de estabilização. Elas são inseparáveis das dinâmicas políticas e econômicas que as envolvem, especialmente em um contexto global dominado pelo paradigma neoliberal. O estudo da MINUSTAH é uma oportunidade analítica valiosa para explorar essas tensões. Por meio desta revisão, nossa pesquisa visa preencher algumas lacunas identificadas em obras anteriores, trazendo uma perspectiva crítica e contextualizada sobre as correlações entre as missões da ONU e as políticas neoliberais, ao mesmo tempo em que abre caminho para propostas concretas de uma reestruturação das práticas de manutenção da paz mais justas, inclusivas e adaptadas às realidades locais.

É nesse prolongamento crítico que se insere nossa abordagem. De fato, além dos achados teóricos e das análises globais, esta pesquisa também fundamenta sua legitimidade em uma experiência vivida, marcada pela observação direta das limitações estruturais das intervenções da ONU em um contexto específico: o do Haiti.

A presente pesquisa está inscrita em uma trajetória pessoal e intelectual profundamente enraizada em uma realidade vivida. O Haiti, país onde nascemos e crescemos, foi marcado de forma duradoura pela presença reiterada das missões de manutenção da paz das Nações Unidas. Essas intervenções, embora justificadas por objetivos de estabilização e fortalecimento do Estado de Direito, muitas das vezes, não conseguiram produzir resultados duradouros. Os poucos efeitos positivos observados foram geralmente efêmeros, sem impactos estruturais na crise multidimensional que o país enfrenta desde sua fundação em 1804. Com o passar do tempo, essa instabilidade se agravou, culminando hoje em uma situação de insegurança extrema, paralisia institucional e desespero social.

A realidade atual é alarmante: massacres de civis, proliferação de gangues armadas, ausência de uma força armada nacional eficiente, multiplicação de sequestros por resgate, assassinatos políticos, corrupção sistêmica e crise de legitimidade das instituições (ONU, 2023; HUMAN RIGHTS WATCH, 2023). A essa situação de segurança se une uma crise econômica de proporções inéditas: inflação galopante, desvalorização da moeda nacional, desemprego em massa, colapso da produção nacional e bloqueio das vias de comunicação (BANCO MUNDIAL, 2023; FMI, 2022). O país também enfrenta uma rápida fuga de sua juventude e de suas forças intelectuais, agravando a fragilidade de suas estruturas (OIM, 2023; PNUD, 2022; LE MONDE, 2024).

Historicamente, o Haiti passou por diversas intervenções militares estrangeiras, especialmente sob a égide da ONU ; como a MINUHA (1993-1996), a MINUSTAH (2004-2017) e a MINUJUSTH (2017-2019). Atualmente, uma nova missão multinacional está presente no terreno. Essas intervenções, frequentemente vistas como soluções emergenciais, foram conduzidas sem real apropriação local, e seus impactos foram avaliados de forma diversa pela sociedade civil haitiana (NAÇÕES UNIDAS, 2023; DUPUY, 2010; HOFFMANN, 2021). Muitas missões para poucos resultados duradouros: essa constatação levanta questionamentos e justifica a presente pesquisa.

Este trabalho pretende, portanto, contribuir de forma original para a reflexão sobre as falhas estruturais dessas missões, interrogando especialmente sua capacidade de responder às necessidades profundas das sociedades onde são implementadas. A análise da não sustentabilidade dos efeitos positivos das missões de manutenção da paz será abordada

aqui sob a perspectiva crítica da negligência das realidades locais, frequentemente eclipsadas por lógicas padronizadas de intervenção. Nessa perspectiva, trata-se também de fortalecer o arcabouço teórico relativo aos mecanismos internacionais de assistência, conforme previstos no direito internacional, integrando as críticas advindas da experiência haitiana.

Além disso, outro aspecto fundamental desta pesquisa reside na análise das políticas neoliberais e sua influência nas missões de paz da ONU. De fato, há cerca de trinta anos, o Haiti tem sido exposto a um conjunto de reformas econômicas e sociais impostas ou condicionadas por instituições financeiras internacionais como o FMI e o Banco Mundial. Essas reformas, sob o pretexto de modernização econômica, frequentemente resultaram em ajustes estruturais drásticos: redução dos gastos públicos, privatização dos serviços básicos, abertura desenfreada dos mercados e desmantelamento das proteções sociais (CHOSSUDOVSKY, 2003; DORSAINVILLE, 2008; DUFLO, 2012).

Essas políticas agravaram as desigualdades e aumentaram a vulnerabilidade das populações mais pobres. Serviços sociais como saúde e educação tornaram-se inacessíveis para grande parte da população (LUNDIN, 2007). A importação maciça de produtos subsidiados arruinou a agricultura local, agravando a insegurança alimentar (POLÉON, 2015; DUPUY, 2005). Os investimentos estrangeiros, longe de estimular uma economia endógena, em grande parte, foram direcionados a setores não prioritários para o desenvolvimento do país. A ausência de regulação adequada permitiu a exploração dos recursos naturais em detrimento das comunidades locais (HALLWARD, 2007; KATZ, 2013).

Paralelamente, as missões de manutenção da paz, longe de serem neutras, às vezes contribuíram para a consolidação dessas lógicas neoliberais, condicionando as ajudas e os programas de reconstrução à aceitação de reformas impopulares (GENTILI, 2020; PUGH, 2006). A autonomia dos governos locais foi limitada, sua margem de manobra restringida pelas imposições externas (CHANDLER, 2010). O resultado é uma democracia enfraquecida, instituições frágeis e uma população excluída dos processos decisórios (DONAIS, 2012; POULIGNY, 2005).

Considerando esse quadro, o Haiti aparece como um laboratório emblemático da governança internacional contemporânea, onde os objetivos declarados de paz e estabilidade entram em conflito com os interesses econômicos dominantes (DUPUY, 2007; GENTILI, 2020). Socialmente, a pobreza e as desigualdades se aprofundam. Economicamente, a

dependência se intensificou (HARVEY, 2005). Politicamente, a soberania nacional foi minada (CHANDLER, 2010; POULIGNY, 2005). Esta pesquisa parte, portanto, de uma constatação dupla: as missões de paz não podem ter sucesso sem levar em conta as especificidades locais; e as lógicas neoliberais que frequentemente as acompanham comprometem sua eficácia a longo prazo (MAC GINTY; RICHMOND, 2013). A partir dessa constatação, pretende-se propor caminhos de reflexão e recomendações concretas para uma reestruturação das práticas internacionais de manutenção da paz, mais respeitosa dos contextos e das populações envolvidas.

É a partir dessa reflexão crítica, nutrida pela experiência haitiana e por uma leitura atenta das dinâmicas internacionais contemporâneas, que se articula nossa questão de pesquisa. Para respondê-la de forma rigorosa, é necessário esclarecer os objetivos que buscamos alcançar por meio deste trabalho.

Com este estudo, visamos identificar os principais obstáculos que impedem as missões de manutenção da paz da ONU de resolver de forma duradoura os problemas de insegurança em escala global, em conexão com as políticas neoliberais. Analisaremos especialmente a influência dessas políticas na concepção, implementação e resultados das missões de paz da ONU, com foco particular no caso da MINUSTAH no Haiti. O objetivo é determinar em que medida orientações como privatização, liberalização do comércio e políticas de austeridade podem entrar em conflito com as ambições proclamadas de paz e estabilidade duradoura.

Na sequência, examinaremos os efeitos concretos dessas lógicas neoliberais sobre a coesão social, os direitos fundamentais e as condições de vida das populações afetadas. Trata-se de avaliar como, em contextos frágeis, essas políticas podem não apenas falhar em atenuar as tensões, mas também reforçar suas raízes estruturais, tornando a instabilidade um fenômeno recorrente.

A partir dessa visão, buscaremos evidenciar como a adoção de abordagens padronizadas e tecnocráticas pelas missões de paz traduz um desconhecimento, ou até mesmo uma negligência, das especificidades locais. Essa análise destacará as correlações entre esses desvios contextuais e as limitações estruturais das intervenções internacionais, em consonância com nossa hipótese central de que a impregnação neoliberal enfraquece a legitimidade e a eficácia das missões da ONU.

Por fim, analisaremos mais amplamente as relações entre as políticas neoliberais integradas às operações de paz e os obstáculos identificados em sua implementação. Essa reflexão resultará em uma série de propostas visando reorientar as missões de manutenção da paz para lógicas de solidariedade, inclusão e adaptação contextual. A partir do caso da MINUSTAH, pretende-se propor uma compreensão renovada dos limites atuais do sistema das Nações Unidas e contribuir para uma reestruturação das práticas de manutenção da paz capazes de promover uma estabilidade verdadeiramente duradoura, em harmonia com as realidades locais.

Nessa perspectiva, é essencial se apoiar em uma metodologia rigorosa que permita confrontar as hipóteses teóricas com as dinâmicas concretas observadas no terreno. É nesse contexto que se insere a escolha da estratégia de pesquisa adotada.

Para responder aos objetivos desta pesquisa, optamos por uma abordagem qualitativa centrada no estudo de caso⁵. Esse método, particularmente adequado para a análise de fenômenos complexos em seu contexto real, permitirá examinar em profundidade as correlações entre as missões de manutenção da paz (MMP) das Nações Unidas e as lógicas neoliberais que influenciam sua concepção e implementação. O caso específico da Missão das Nações Unidas para a Estabilização no Haiti (MINUSTAH), sob a liderança do Brasil entre 2004 e 2017, constitui o cerne analítico da nossa investigação.

A escolha deste caso se justifica não apenas pela sua relevância empírica (dada a duração e a amplitude da missão), mas também pela riqueza dos debates críticos que provocou nos meios acadêmicos e institucionais. Trata-se de um terreno privilegiado para observar as dinâmicas entre intervenção internacional, soberania estatal e políticas econômicas transnacionais.

A coleta de dados baseia-se na triangulação de fontes, incluindo:

- documentos oficiais da ONU (resoluções, relatórios do Secretário-Geral, relatórios do Conselho de Segurança);
- relatórios de avaliação elaborados por organismos independentes e ONGs;

⁵ O estudo de caso é um método qualitativo utilizado na pesquisa acadêmica e científica para analisar em profundidade um fenômeno, uma instituição, um evento ou um grupo específico. Ele é frequentemente usado nas áreas de direito, ciências sociais, ciências políticas e gestão (YIN,2015).

- publicações acadêmicas (livros, artigos científicos, dissertações);
- entrevistas, testemunhos ou observações de especialistas, disponíveis em formato escrito, áudio ou audiovisual.

A análise dos dados mobiliza as ferramentas da análise documental crítica, cruzando perspectivas institucionais, críticas e locais. Essa abordagem visa esclarecer os mecanismos, processos e interações pelos quais as missões de paz podem se encontrar imbricadas em lógicas neoliberais, em detrimento de seus objetivos declarados de paz duradoura e reconstrução institucional.

Em última análise, essa abordagem metodológica nos permitirá validar ou refutar nossa hipótese central, ao mesmo tempo em que formulamos recomendações para repensar as modalidades de intervenção das missões das Nações Unidas em contextos de fragilidade estatal, à luz do caso haitiano.

Para sustentar essa análise, é indispensável mobilizar um conjunto de referências conceituais e teóricas que esclareçam as lógicas em jogo nas missões de paz contemporâneas. É nessa perspectiva que se insere o seguinte referencial teórico, que expõe as principais noções jurídicas, políticas e ideológicas necessárias para compreender as interações entre missões da ONU e a racionalidade neoliberal, a partir do exemplo da MINUSTAH no Haiti.

Este referencial teórico visa fornecer as ferramentas conceituais e as definições fundamentais para analisar as correlações entre as missões de manutenção da paz da ONU e as políticas neoliberais no contexto do direito internacional. Apoia-se, em particular, no caso específico da MINUSTAH no Haiti (2004–2017), considerado aqui como um laboratório emblemático das tensões entre intervenções multilaterais, dinâmicas locais e lógicas de governança globalizada.

1. Direito internacional, paz e legitimidade

As missões de manutenção da paz têm seu fundamento jurídico na Carta das Nações Unidas, especialmente em seus Capítulos VI e VII (NAÇÕES UNIDAS, 1945). O direito internacional regula as interações entre os Estados e os atores internacionais (Estados, organizações internacionais, ONGs, indivíduos), ao mesmo tempo que assegura um quadro normativo para as questões de paz e segurança internacionais (FASSBENDER, 2006). Contudo, a legalidade dessas operações não garante necessariamente sua legitimidade, sobretudo quando as decisões são tomadas sem consulta às sociedades envolvidas ou sem

uma participação efetiva das populações locais (BELLAMY; WILLIAMS, 2015). Essa tensão entre legalidade formal e legitimidade política constitui um eixo central de questionamento nos debates contemporâneos sobre intervenções internacionais.

2.O neoliberalismo como racionalidade global

O neoliberalismo não designa apenas um conjunto de políticas econômicas fundadas na privatização, liberalização do comércio e redução da intervenção estatal, mas também uma racionalidade política e institucional. Estrutura a governança internacional contemporânea, notadamente por meio das condicionalidades impostas pelos financiadores, a padronização das reformas, a tecnocratização das decisões e a promoção de modelos estatais conformes às exigências do mercado global (HARVEY, 2005; CHANDLER, 2010). No âmbito das operações de paz, essa abordagem pode gerar uma desconexão entre os objetivos declarados de estabilização e as realidades vividas pelas populações (PUGH, 2006).

3.Paz liberal, soberania condicional e críticas pós-coloniais

As doutrinas da paz liberal baseiam-se na difusão da democracia eleitoral, do Estado de Direito e da economia de mercado. Aplicadas de forma uniforme a contextos frágeis como o haitiano, essas doutrinas frequentemente produzem resultados ambíguos: instituições democráticas pouco enraizadas, reformas impostas sem ancoragem local e uma soberania reinterpretada como variável ajustável conforme critérios definidos pelas potências dominantes (MAC GINTY; RICHMOND, 2006). A crítica pós-colonial evidencia esses desequilíbrios, sublinhando a continuidade das lógicas de ingerência e hierarquização Norte-Sul nas práticas de manutenção da paz (DUFOIX, 2020; POULIGNY, 2004).

4.Conceitos-chave e dimensões críticas

Este trabalho também mobiliza conceitos-chave como segurança humana (centrada na proteção dos indivíduos em vez dos Estados) (OGATA; SEN, 2003), paz positiva (envolvendo justiça, inclusão e desenvolvimento) (GALTUNG, 1996), e paz híbrida (reconhecendo a coexistência de normas locais e internacionais nos processos de pacificação) (MAC GINTY, 2010). Soberania, cooperação internacional, multilateralismo, direito à proteção e consolidação da paz são igualmente convocados para compreender os desafios institucionais, normativos e éticos que cercam as missões da ONU (BELLAMY; WILLIAMS, 2010). As definições operacionais dos principais termos (como missão de manutenção da paz, comunidade internacional, MINUSTAH, MMSS, instabilidade, liderança

e governança global) acompanham essa reflexão para clarificar o vocabulário empregado (UNITED NATIONS, 2008).

Este referencial teórico plural permite problematizar as operações de paz como um cruzamento entre direito internacional, ideologia neoliberal, dinâmicas pós-coloniais e realidades sociais locais. Ao cruzar abordagens jurídicas, críticas e empíricas, torna-se possível examinar os limites das ferramentas atuais de manutenção da paz e propor, por meio do caso da MINUSTAH, caminhos para uma reforma profunda das práticas da ONU em contextos de crise prolongada. Essa base conceitual guiará a análise ao longo do trabalho, especialmente nos capítulos seguintes dedicados ao estudo histórico, contextual e político do caso haitiano.

Após estabelecer as bases conceituais, contextuais e problemáticas da nossa pesquisa, é agora fundamental aprofundar a análise por meio de um percurso estruturado em vários capítulos. Cada seção desta dissertação responde a um aspecto específico da questão central, articulando quadro jurídico, estudo de caso, análise crítica e proposições. Esse percurso progressivo permitirá demonstrar como as lógicas neoliberais se infiltram nas missões de paz da ONU, especialmente por meio do caso emblemático da MINUSTAH no Haiti, e identificar os limites estruturais dessas intervenções para a concretização de uma paz duradoura que respeite as soberanias locais.

Parte I

Marcos normativos e históricos das missões da ONU

Introdução da Parte I

Esta primeira parte propõe-se a estabelecer as bases jurídicas, políticas e históricas indispensáveis à compreensão crítica das missões de manutenção da paz das Nações Unidas. Longe de serem simples instrumentos técnicos de estabilização, essas missões inserem-se em uma ordem normativa internacional organizada pela Carta da ONU, mas também em lógicas políticas e ideológicas globais. É nesse contexto que se deve avaliar seus fundamentos, sua evolução e suas aplicações concretas.

O Capítulo 1 se dedica a expor a arquitetura jurídica e institucional que sustenta as operações de paz, com base nas regras de segurança coletiva estabelecidos pela Carta das Nações Unidas (especialmente em seus artigos 1º, 2º e 39 a 51), bem como na crescente interpretação dos Capítulos VI e VII como mecanismos de intervenção internacional (NAÇÕES UNIDAS, 1945; FASSBENDER, 2006). Esse estudo normativo nos permitirá identificar as zonas de ambiguidade e de expansão do direito onusiano no campo da segurança.

O Capítulo 2 dá seguimento a essa reflexão examinando a evolução das relações entre o Haiti e a ONU, desde as primeiras intervenções nos anos 1990 até o estabelecimento da MINUSTAH em 2004. Por intermédio de uma leitura crítica dessa trajetória, marcada por instabilidade institucional crônica e crescente dependência internacional, busca-se-a lançar luz sobre as mudanças que levaram à internacionalização prolongada do campo político haitiano (DAGNE, 2009). Esse estudo é essencial para compreender por que o Haiti se tornou um terreno privilegiado de experimentação das lógicas onusianas de manutenção da paz, em preparação para o estudo de caso que constituirá a segunda parte deste trabalho.

Capítulo 1. O marco jurídico e político das missões de manutenção da paz das Nações Unidas e sua relação com o neoliberalismo

Compreender os fundamentos jurídicos e políticos das missões de manutenção da paz é indispensável para analisar as lógicas que as sustentam e os efeitos que produzem nas sociedades onde são estabelecidas. Este capítulo, portanto, não se restringe à uma mera apresentação institucional. Seu objetivo é mostrar como as ferramentas do direito internacional e as decisões dos órgãos onusianos refletem, por vezes de maneira velada, escolhas ideológicas influenciadas por correlações de forças internacionais e, em especial, pelo paradigma neoliberal.

Nesse sentido, as missões de paz não devem ser consideradas entidades neutras ou puramente humanitárias. Elas são fruto de compromissos políticos dentro do Conselho de Segurança, cujos membros permanentes exercem um poder determinante sobre a orientação, a composição e o mandato de cada operação. Assim, este capítulo questiona a maneira como os princípios jurídicos que regem as operações de paz podem ser ativados para servir a lógicas econômicas ou geopolíticas específicas, sob a justificativa da estabilização ou do apoio à governança.

Por meio de uma análise crítica dos instrumentos jurídicos fundadores (em especial a Carta das Nações Unidas, as resoluções do Conselho de Segurança e as doutrinas operacionais elaboradas pelo Departamento de Operações de Paz), buscamos lançar luz sobre as tensões entre o discurso normativo da paz e as práticas concretas em campo. Essas tensões serão posteriormente conectadas ao estudo de caso haitiano, no qual a MINUSTAH ilustrou os limites de um modelo de intervenção simultaneamente enquadrado juridicamente e orientado politicamente.

1.1. As operações de manutenção da paz: fundamentos, mutações e desafios

As Operações de Manutenção da Paz (OMP) das Nações Unidas, embora não mencionadas na Carta fundadora de 1945, aparecem como instrumentos pragmáticos para a gestão de conflitos internacionais. A primeira missão desse tipo foi a United Nations Truce Supervision Organization (UNTSO), que foi criada em maio de 1948 para supervisionar o cessar-fogo entre Israel e os países árabes vizinhos (UNITED NATIONS, 2025). Essas primeiras OMP, habitualmente chamadas “*clássicas*”, baseavam-se em três princípios

fundamentais: o consentimento das partes, a imparcialidade e o não uso da força, salvo em legítima defesa.

No entanto, o fim da Guerra Fria marcou uma mudança bastante significativa. A década de 1990 testemunhou uma multiplicação das missões, com mandatos ampliados que incluíam a proteção de civis, o apoio aos processos eleitorais e a reconstrução institucional. Essa evolução foi formalizada com o estabelecimento do Departamento de Operações de Manutenção da Paz (DOMP, hoje DPKO) em março de 1992, com o objetivo de coordenar essas missões complexas (UNITED NATIONS, 1992-2025).

O arcabouço jurídico das Operações de Manutenção da Paz (OMP) da ONU baseia-se predominantemente em resoluções do Conselho de Segurança, adotadas com fundamento no Capítulo VII da Carta, que autoriza o uso da força para manter ou restabelecer a paz. Com tudo, essa base jurídica permanece ambígua, já que a Carta não menciona explicitamente às OMP, o que dá margem para interpretações divergentes e a uma flexibilidade que pode ser explorada para fins políticos (GRAY, 2008, p.90).

Essa flexibilidade jurídica permitiu o surgimento das chamadas missões "robustas", que autorizam o uso da força para além da legítima defesa, como ocorreu na República Democrática do Congo com a Brigada de Intervenção da MONUSCO⁶ em 2013 sob a Resolução 2098 do Conselho de Segurança (UNITED NATIONS, 2013-2025). Embora essas missões tenham como objetivo proteger civis e estabilizar regiões em conflito, elas levantam questões sobre a soberania dos Estados anfitriões e a legitimidade das intervenções.

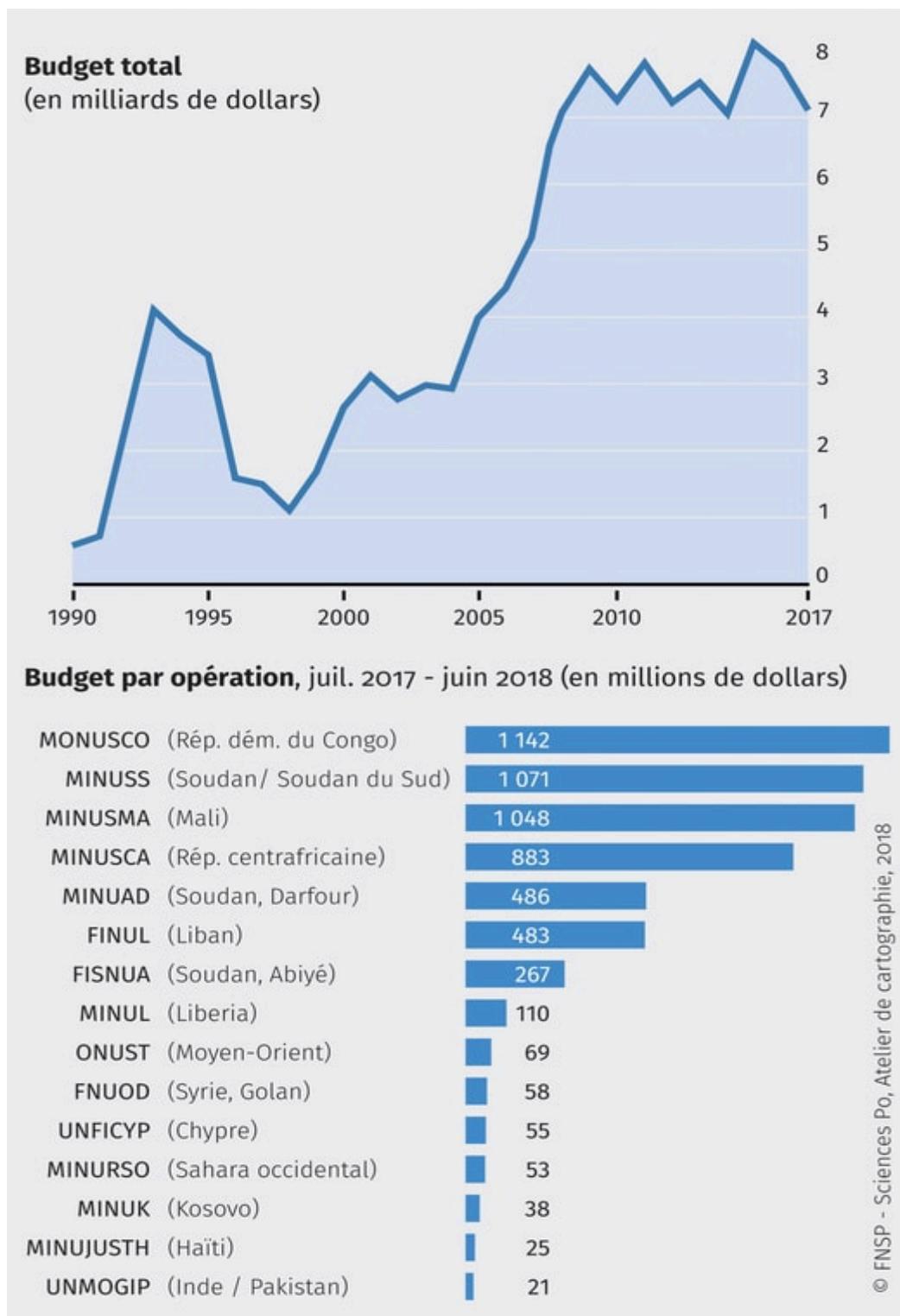
A composição das tropas de capacetes azuis reflete desigualdades estruturais. Conforme dados oficiais da ONU (2025), os países do Sul, especialmente Bangladesh, Índia e Paquistão, fornecem a maior parte dos contingentes, enquanto os países do Norte, embora sejam os principais contribuintes financeiros, estão sub-representados em campo (UN Peacekeeping, 2025). Essa distribuição assimétrica levanta debates sobre a equidade e a repartição dos riscos dentro das OMP.

As OMP são cada vez mais influenciadas por lógicas neoliberais, com foco na estabilidade macroeconômica, na governança tecnocrática e na reforma institucional, muitas vezes em detrimento das realidades sociais do terreno. Essa abordagem impõe uma "paz

⁶ O objetivo era neutralizar grupos armados que ameaçavam civis e a autoridade estatal(UNITED NATIONS, 2013-2025).

“liberal” que não considera adequadamente as necessidades e aspirações das populações envolvidas. Richmond e Mac Ginty (2015, p. 179) destacam que as críticas contra a «paz liberal» se fundamentam no fato que os modelos reconstrução institucional apoiados pela comunidade internacional ,em geral, não levam em consideração as dinâmicas sociais locais e negligenciam ,por tanto,as aspirações das populações envolvidas.

Devido à sua utilidade política e estratégica, as OMP tornaram-se cada vez mais relevantes no cenário da política internacional contemporânea. Isso pode ser claramente observado, entre outros aspectos, no aumento contínuo do orçamento que lhes é destinado nas últimas décadas. O gráfico a seguir ilustra o crescimento do orçamento anual global das operações de manutenção da paz em todo o mundo (Ver figura 1).



1 – Gráfico : Evolução do orçamento das OMP (1990–2017)

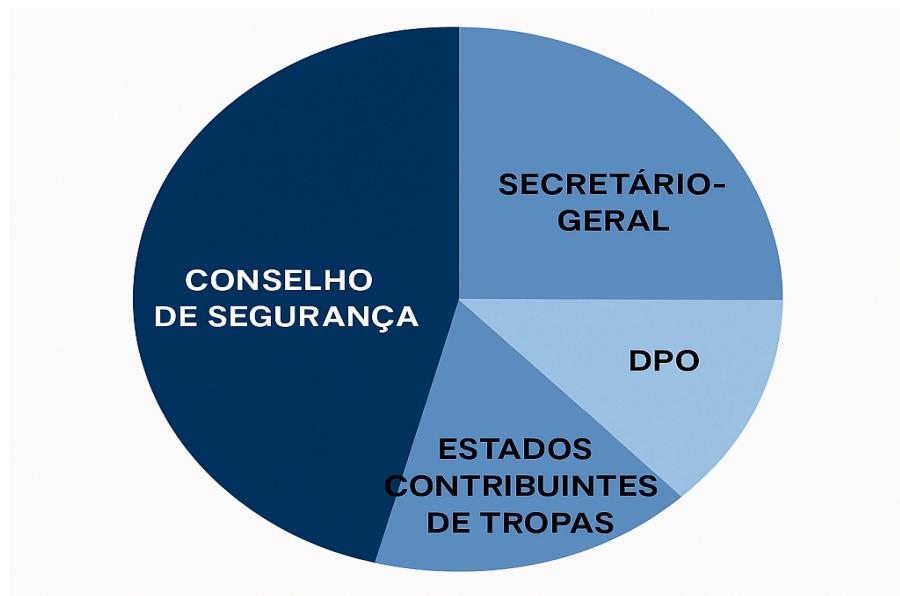
Fonte:

<https://espace-mondial-atlas.sciencespo.fr/-un-peace-operations-budget-1990-2017.htm>

1.2. Os principais órgãos da ONU e seu papel nas OMP

As operações de manutenção da paz (OMP) das Nações Unidas resultam de uma arquitetura institucional complexa, na qual diversos órgãos interagem segundo dinâmicas de poder assimétricas. Esta seção examina o papel do Conselho de Segurança, da Assembleia Geral, do Secretariado (notadamente o Departamento de Operações de Paz - DPO), do ECOSOC, da Corte Internacional de Justiça (CIJ) e do Conselho de Direitos Humanos (CDH) na concepção, implementação e supervisão das OMP, destacando as tensões entre os princípios fundadores da ONU e as práticas influenciadas por lógicas neoliberais.

O sistema de segurança coletiva instituído pela Carta das Nações Unidas baseia-se numa arquitetura institucional hierarquizada, na qual o Conselho de Segurança desempenha um papel central. Ao seu lado, o Secretário-Geral, o Departamento de Operações de Paz (DPO) e os Estados contribuintes de tropas garantem a coordenação e a execução dos mandatos. O esquema a seguir ilustra a configuração dessa estrutura, destacando os papéis diferenciados de cada ator no desdobramento das operações de paz (ver Figura 2).



2 – Arquitetura do sistema de segurança coletiva da ONU

Fonte: Elaboração do autor (2025).

O Conselho de Segurança (CS) constitui, portanto, o órgão central da ONU responsável pela manutenção da paz e da segurança internacionais. Com base no Capítulo VII da Carta de 1945, ele possui poder decisório vinculante sobre todos os Estados membros, incluindo a autorização de sanções, o uso da força armada e a implementação de missões de manutenção da paz (UNITED NATIONS, 1945). Esse monopólio jurídico sobre o uso legítimo da força na ordem internacional confere ao Conselho uma posição estratégica na regulação dos conflitos internacionais.

No entanto, essa centralidade institucional baseia-se numa estrutura profundamente desproporcional. Os cinco membros permanentes (China, Estados Unidos, França, Reino Unido e Rússia) dispõem do *direito de veto*; o que lhes permite bloquear qualquer resolução contrária aos seus interesses. Esse privilégio hierarquiza a representação estatal no órgão decisório mais poderoso da ONU, refletindo mais as relações de força geopolíticas do que o princípio da igualdade soberana. Essa configuração alimenta, há várias décadas, críticas intensas sobre a legitimidade, eficácia e imparcialidade do Conselho, especialmente em situações onde os interesses geoestratégicos das grandes potências interferem com objetivos humanitários ou de justiça internacional.

O caso haitiano ilustra essa dinâmica com clareza. Em 2004, o Conselho instaurou a MINUSTAH por meio da Resolução 1542 no dia 30 de abril 2004; Conforme a essa Resolução, a instituição daquela missão foi feita sem nenhuma consulta democrática real à população haitiana nem debate internacional aprofundado acerca de eventuais alternativas não militares (UNITED NATIONS, 2004). Essa decisão, inserida num contexto de colapso institucional pós-crise, refletiu uma lógica de imposição vertical de uma missão dita “estabilizadora”, que se inseriu amplamente numa abordagem securitária, pouco atenta às reivindicações de soberania e participação local (POULIGNY, 2004, 2006; DI RAZZA, 2010).

Assim, o Conselho de Segurança exemplifica como os instrumentos jurídicos da ONU podem ser mobilizados para servir as lógicas de intervenção conforme a uma ordem internacional assimétrica. As missões de paz que ele autoriza, embora legais à luz da Carta, não garantem sua legitimidade política ou social no terreno. Essa dissociação entre legalidade e legitimidade, entre norma universal e realidades diferenciadas, é uma manifestação clara da racionalidade neoliberal nas OMP: uma governança da paz fundada no controle, na

normalização institucional e na securitização, frequentemente em detrimento da justiça, da reconstrução social e do respeito à soberania.

Enquanto o Conselho de Segurança encarna a concentração decisória em torno das potências dominantes, a Assembleia Geral representa uma tentativa de universalidade institucional. No entanto, essa universalidade esbarra em limites estruturais e políticos que reduzem seu alcance nas operações de manutenção da paz (OMP), como evidencia a fraqueza de seu poder normativo em situações de crise.

A AGNU constitui o fórum mais inclusivo do sistema multilateral, reunindo todos os Estados-membros sob o princípio da igualdade soberana. Ela dispõe de um amplo mandato nas áreas de paz, segurança, desenvolvimento e direitos humanos, adotando anualmente resoluções que refletem as orientações políticas coletivas da comunidade internacional (NAÇÕES UNIDAS, 1945, arts. 10-14). Em tese, ela encarna a legitimidade universal do sistema da ONU. Contudo, no campo operacional da manutenção da paz, essa legitimidade permanece largamente simbólica, sabendo que as decisões principais e a execução de operações cabem ao conselho de segurança (UNITED NATIONS, 2025).

Ao contrário do Conselho de Segurança, as resoluções da Assembleia Geral não são juridicamente vinculantes. Sua implementação depende da boa vontade dos Estados e elas não têm poder executivo direto sobre as operações de paz. Essa limitação estrutural levou à marginalização funcional da AG, especialmente na gestão de crises de segurança. Mesmo quando tenta superar os bloqueios do Conselho de Segurança (como na Resolução 377 (V), também chamada de “*Uniting for Peace*”), sua ação permanece condicionada às relações de poder que a impedem de desempenhar um papel decisório efetivo (NAÇÕES UNIDAS, 1950).

Essa marginalização revela uma tensão profunda no sistema da ONU: a que opõe uma governança fundamentada na representação política global a uma lógica de decisão centralizada, dominada por um pequeno círculo de potências permanentes. No âmbito das OMP, essa tensão se manifesta pelo papel secundário da AG na definição dos mandatos, observação das missões e avaliação de seus impactos (NAÇÕES UNIDAS, 1945).

Mais ainda, o lugar atribuído à Assembleia na estrutura institucional da ONU reflete uma racionalidade neoliberal que privilegia a eficiência operacional, a redução dos processos deliberativos e a hierarquização das instâncias. Numa lógica de governança global

tecnocrática, a AG serve mais para legitimar discursivamente as grandes orientações da paz, por meio de declarações gerais e princípios programáticos, do que para regulá-las concretamente. Assim, contribui para construir um consenso internacional aparente, que frequentemente mascara as profundas assimetrias na formulação das políticas de segurança (NAÇÕES UNIDAS, 1945).

Assim, longe de ser um contrapeso democrático aos órgãos executivos da ONU, a Assembleia Geral está confinada a um papel normativo sem alcance coercitivo, o que a torna inoperante diante dos mecanismos decisórios dominados por lógicas de poder. Sua exclusão relativa do campo das operações de manutenção da paz participa da despolitização dos processos de paz em favor de uma estabilização gerencial, onde a universalidade das vozes é apenas uma variável de ajuste dentro de uma arquitetura de governança assimétrica (UNITED NATIONS, 2025).

Se a Assembleia Geral é marginalizada na tomada de decisão, é o Secretariado (e, em particular, o Departamento de Operações de Paz) que detém as alavancas da execução operacional. Essa passagem do político para o administrativo revela outra faceta do sistema: sua progressiva tecnicratização, guiada por uma lógica gerencial globalizada.

O Secretariado da Organização das Nações Unidas, estabelecido pelo Capítulo XV da Carta de 1945, constitui o órgão administrativo da ONU, encarregado de implementar as decisões dos principais órgãos, especialmente as do Conselho de Segurança e da Assembleia Geral (NAÇÕES UNIDAS, 1945, arts. 97-101). Dirigido pelo Secretário-Geral, ele assume uma função estratégica na gestão das operações de paz por meio de seu braço operacional: o Departamento de Operações de Paz (DPO), anteriormente DOMP, criado em 1992.

O DPO joga um papel central no planejamento, no desdobramento e na coordenação das missões de manutenção da paz. Atua como intermediário entre a sede em Nova York, os Estados-membros que contribuem com tropas e as missões no terreno, garantindo a conformidade dos mandatos com as decisões do Conselho de Segurança (UNITED NATIONS, 2025a). Contudo, por trás dessa aparente tecnicidade, desenha-se uma governança fortemente influenciada por lógicas gerenciais: procedimentos padronizados, indicadores de desempenho, lógica de resultados e auditoria permanente. Esses mecanismos

fazem parte de um quadro racionalizado onde a paz se torna um “produto” a ser entregue, mensurável em termos de eficiência e rentabilidade (BIGO; GUILD, 2005).

Essa racionalização traduz uma influência neoliberal na concepção e estabelecimento das OMP, onde as metas políticas iniciais muitas vezes cedem lugar a imperativos de gestão, controle orçamentário e alinhamento institucional. O vocabulário da ONU em matéria de paz se transforma: fala-se menos em “reconstrução social” e mais em “reforço de capacidades”, menos em “justiça” e mais em “governança”, num quadro em que os indicadores quantitativos dominam os critérios qualitativos (RICHMOND, 2011).

No caso da MINUSTAH, essa orientação se traduziu por um gerenciamento fortemente centralizado, distante das realidades locais haitianas. A administração da missão focou na estabilização da segurança e na reforma institucional, muitas vezes em detrimento das necessidades expressas pelas populações, das dinâmicas comunitárias e das soluções endógenas. A prioridade dada à ordem e à continuidade institucional reforçou a presença de consultores internacionais, especialistas em governança e dispositivos de monitoramento/avaliação, reduzindo o espaço para os atores locais (NAÇÕES UNIDAS, 2005).

Além disso, o DPO atua num âmbito onde considerações orçamentárias têm muito peso sobre a concepção dos mandatos e do efetivo. Os cortes recorrentes nos orçamentos das OMP, exigidos principalmente pelos principais países financiadores, obrigam o Secretariado a priorizar missões *racionalizadas*, muitas vezes concebidas como intervenções temporárias e mensuráveis, mais do que processos de transformação estrutural de longo prazo (UNITED NATIONS, 2025).

Assim, o Secretariado e o DPO participam de uma transformação da paz da ONU em uma empresa de gestão global, baseada em modelos de planejamento, relatório e avaliação emprestados do setor privado. Essa lógica tecnocrática, sob o disfarce de neutralidade administrativa, forma um vetor de difusão dos princípios neoliberais na governança internacional da segurança.

Essa tecnocratização da paz acompanha também um retrocesso das dimensões sociais e econômicas na gestão dos conflitos. A análise do papel do ECOSOC permite compreender como as políticas de desenvolvimento, embora proclamadas centrais, são sistematicamente relegadas atrás dos imperativos de segurança.

O Conselho Econômico e Social (ECOSOC) é um dos seis órgãos principais das Nações Unidas, encarregado de coordenar as atividades econômicas, sociais e conexas da organização. Supervisiona, em particular, os trabalhos de 14 agências especializadas, 9 comissões técnicas e 5 comissões regionais. Seu mandato cobre áreas como desenvolvimento sustentável, direitos humanos, saúde pública e educação (NAÇÕES UNIDAS, 1945, arts. 62-66).

Apesar desse papel central nas questões de desenvolvimento, o ECOSOC permanece amplamente marginalizado na concepção e implementação das OMP. As decisões-chave relativas ao desdobramento, mandato e estratégia das missões de paz são principalmente tomadas pelo Conselho de Segurança e executadas pelo Departamento de Operações de Paz (DPO), relegando assim o ECOSOC a um papel consultivo, sem poder decisório efetivo.

Essa marginalização é sintomática de uma abordagem neoliberal das operações de paz, onde as considerações econômicas e sociais são subordinadas aos imperativos de segurança. As OMP tendem a privilegiar a estabilização institucional e a reforma da governança em detrimento de políticas de desenvolvimento inclusivas e participativas. Essa orientação tecnocrática reduz o espaço para intervenções holísticas que abordem as causas profundas dos conflitos, como pobreza, desigualdades e exclusão social (RICHMOND, 2011).

O ECOSOC, no entanto, tentou fortalecer seu papel na consolidação da paz, especialmente por meio da criação da Comissão de Consolidação da Paz (CCP) em 2005, em colaboração com a Assembleia Geral e o Conselho de Segurança (UNITED NATIONS, 2005). A CCP tem como objetivo fornecer aconselhamento estratégico e mobilizar recursos para países em processo de saída de conflito. Contudo, seu impacto permanece limitado devido ao seu status consultivo e à predominância dos órgãos executivos na tomada de decisão.

Em suma, a estrutura institucional atual das Nações Unidas reflete uma hierarquização das prioridades, onde as dimensões socioeconômicas são relegadas a segundo plano. Essa configuração dificulta a implementação de estratégias de paz duradouras e inclusivas, ao limitar a capacidade do ECOSOC de influenciar as OMP de maneira significativa.

Por fim, para além das considerações econômicas, o sistema das Nações Unidas também comprehende mecanismos jurídicos e normativos destinados a garantir a legalidade das intervenções e a proteção dos direitos fundamentais. Porém, a fraca integração da Corte Internacional de Justiça (CIJ) e do Conselho de Direitos Humanos nas OMP revela outra dimensão do desequilíbrio institucional: a evasão do direito e da justiça em favor da eficácia estratégica.

A Corte Internacional de Justiça (CIJ) e o Conselho de Direitos Humanos (CDH) são dois órgãos fundamentais do sistema das Nações Unidas, responsáveis respectivamente por resolver disputas jurídicas entre Estados e promover os direitos humanos em âmbito global. Contudo, seu papel no âmbito das operações de manutenção da paz (OMP) permanece limitado, refletindo uma tendência a privilegiar abordagens securitárias e tecnocráticas em detrimento dos mecanismos jurídicos e normativos.

A CIJ, como órgão judicial principal da ONU, tem a missão de resolver disputas jurídicas entre Estados e emitir pareceres consultivos sobre questões jurídicas apresentadas pelos órgãos e instituições especializadas da ONU (NAÇÕES UNIDAS, 1945, arts. 92-96). Entretanto, sua competência é restrita aos Estados que aceitam sua jurisdição, e suas decisões são vinculantes apenas para as partes envolvidas. No contexto das OMP, a CIJ é raramente consultada, e seus pareceres consultivos, embora juridicamente relevantes, são frequentemente ignorados ou relegados a um segundo plano nos processos decisórios.

Essa marginalização da CIJ nas OMP reflete uma preferência por soluções políticas e securitárias, onde considerações jurídicas são subordinadas aos imperativos de estabilidade e gestão de conflitos. Assim, princípios do direito internacional, como a soberania dos Estados e o respeito aos direitos humanos, são muitas vezes deixados de lado em favor de uma abordagem pragmática centrada na eficiência operacional.

O CDH, criado em 2006 para substituir a Comissão de Direitos Humanos, é responsável por promover e proteger os direitos humanos mundialmente (NAÇÕES UNIDAS, 2006). Pode conduzir investigações, adotar resoluções e formular recomendações, mas suas decisões não possuem caráter juridicamente vinculante. No âmbito das OMP, o CDH desempenha um papel consultivo, muitas vezes limitado à formulação de críticas ou recomendações gerais, sem poder de influência direta sobre a concepção ou implementação das missões.

Essa situação ilustra uma tensão entre os objetivos declarados de promoção dos direitos humanos e as práticas operacionais das OMP, que frequentemente privilegiam abordagens securitárias em detrimento da proteção dos direitos fundamentais. Assim, apesar de seus mandatos, a CIJ e o CDH permanecem à margem dos processos decisórios das OMP, limitando sua capacidade de influenciar de forma significativa as políticas de manutenção da paz.

A análise dos principais órgãos das Nações Unidas envolvidos nas operações de manutenção da paz revela uma arquitetura institucional profundamente hierarquizada, marcada por desequilíbrios estruturais e relações de poder assimétricas. O Conselho de Segurança concentra as decisões executórias, frequentemente orientadas pelos interesses geopolíticos de seus membros permanentes. A Assembleia Geral, embora universal em sua composição, fica restrita a um papel declaratório. O Secretariado e o Departamento de Operações de Paz asseguram a implementação dessa estratégia dentro de uma lógica tecnocrática e racionalizada. Quanto ao ECOSOC, à Corte Internacional de Justiça e ao Conselho de Direitos Humanos, seu fraco poder de intervenção no campo operacional ilustra a exclusão das dimensões sociais, jurídicas e éticas dos processos de consolidação da paz.

Essa configuração não é apenas institucional: é ideológica. Reflete um paradigma de governança onde a paz é concebida, antes de tudo, como estabilização (uma paz procedural, mensurável, gerida) em vez de transformação estrutural ou justiça social. A lógica neoliberal que daí decorre privilegia a segurança, a eficiência, a disciplina orçamentária e a reforma institucional, em detrimento da soberania dos Estados, da participação das populações e da redistribuição dos recursos.

Nesse contexto, as operações de manutenção da paz aparecem cada vez menos como instrumentos neutros ou universais, e cada vez mais como vetores de uma ordem global assimétrica, tanto política quanto econômica. É nessa perspectiva crítica que deve ser compreendida a MINUSTAH, objeto da próxima secção.

1.3. A MINUSTAH: laboratório de uma governança neoliberal da paz

A Missão das Nações Unidas para a Estabilização no Haiti (MINUSTAH), estabelecida pela resolução 1542 do Conselho de Segurança em abril de 2004, foi oficialmente mandatada para restabelecer um ambiente seguro e estável, apoiar o processo político haitiano e fortalecer as instituições democráticas. Esse desdobramento ocorreu em

um contexto de vazio institucional e instabilidade crônica, decorrente da queda do presidente Jean-Bertrand Aristide. No entanto, para além de seus objetivos declarados, a MINUSTAH encarna uma forma contemporânea de ingerência securitária baseada em uma lógica de estabilização neoliberal (NAÇÕES UNIDAS, 2004).

A análise do mandato e das práticas da missão revela uma orientação estratégica que prioriza a segurança institucional em detrimento das dinâmicas sociais locais. Longe de ser neutra, a MINUSTAH foi concebida e conduzida segundo uma racionalidade tecnocrática: reformas policiais, apoio às eleições, fortalecimento do Estado de direito; todas dimensões fortemente inspiradas nos princípios da governança neoliberal amplamente promovida pelos doadores internacionais (STABILITY JOURNAL, 2022; LEININGER, 2006)

Essa abordagem foi implementada sem uma consulta aprofundada aos atores haitianos, nem uma adaptação ao contexto local. Operações militares realizadas em bairros populares como Cité Soleil foram denunciadas por sua brutalidade e pelos efeitos sobre os civis, contribuindo para a imagem de uma ocupação internacional, em vez de uma parceria para a paz (POULIGNY, 2004). Esse modelo securitário fortaleceu um Estado com fraca legitimidade, dependente de atores externos, sem capacidade para produzir seus próprios mecanismos de regulação social.

A MINUSTAH permaneceu emblemática das deficiências dos mecanismos de responsabilização dentro das operações de manutenção da paz. A epidemia de cólera, introduzida em 2010 por capacetes azuis nepaleses, resultou em cerca de 10.000 pessoas, sem que as Nações Unidas reconhecessem imediatamente sua responsabilidade . A isso somam-se acusações de abusos sexuais perpetrados por tropas da missão, frequentemente permanecendo impunes (CDC/OMS,2019 ;HRW, 2017).

No plano institucional, a MINUSTAH promoveu reformas alinhadas à boa governança, disciplina orçamentária e reestruturação administrativa do Estado haitiano. Essas reformas, em consonância com os preceitos do neoliberalismo internacional, privilegiaram a criação de um ambiente favorável a investimentos estrangeiros e à estabilidade macroeconômica, em detrimento dos direitos sociais, da redistribuição e do fortalecimento das capacidades endógenas.

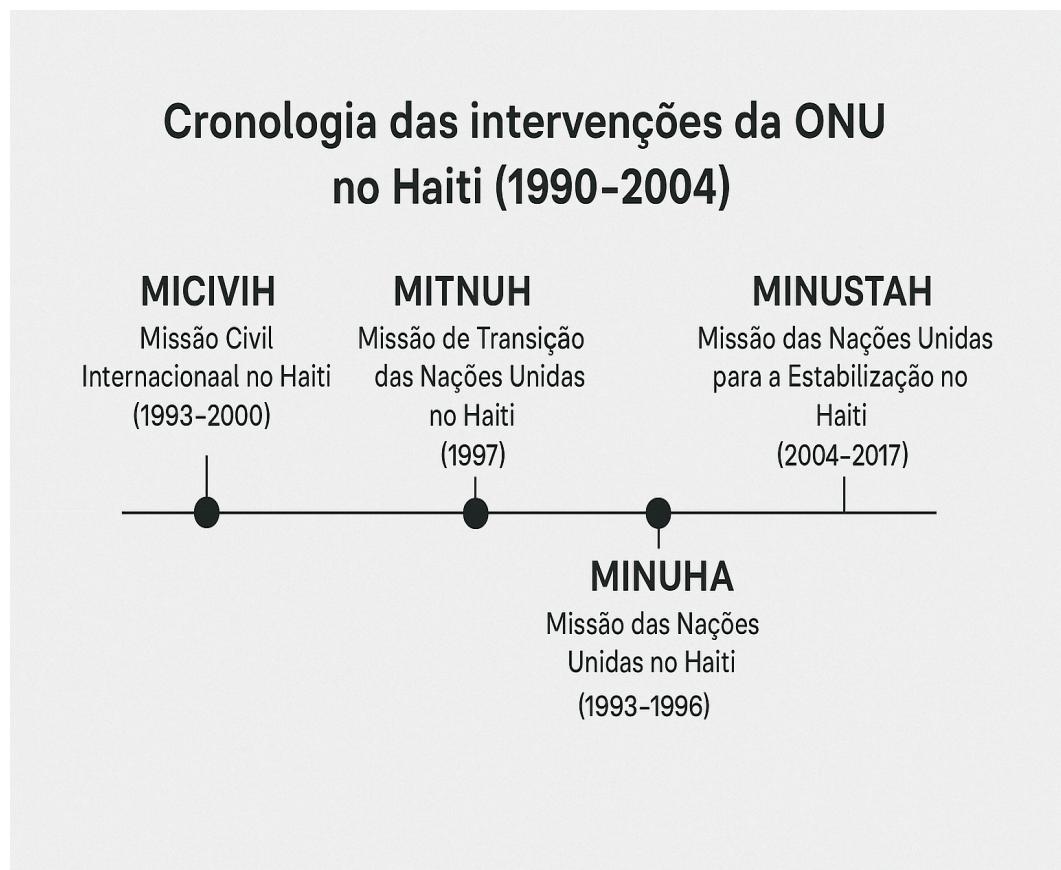
Dessa maneira, a MINUSTAH constitui um caso paradigmático de uma operação de paz orientada por uma coerência neoliberal: focada na segurança, conduzida por

especialistas internacionais e legitimada por um discurso universalista de estabilização. Ela participou da consolidação de uma forma de governança externalizada e tecnocrática, em desfavor de uma reconstrução ancorada na soberania popular e na inclusão social.

Capítulo 2. Haiti e a ONU: Uma história tumultuada

Para compreender os desafios contemporâneos vinculados à presença da ONU no Haiti, é indispensável revisitá-la historicidade das relações entre este país e a Organização das Nações Unidas. Para tal, é necessário situar a MINUSTAH dentro de uma trajetória mais longa de interações marcadas tanto pela ideologia, quanto pela dependência institucional e pelos desequilíbrios geopolíticos. O Haiti, enquanto país pós-colonial enfrentando uma instabilidade crônica, frequentemente foi considerado pela comunidade internacional como um espaço legítimo de intervenção. Ao traçar os momentos-chave dessa relação, desde as primeiras missões de assistência nos anos 1990 até a instalação da MINUSTAH em 2004, destacamos as lógicas de continuidade e ruptura que estruturam a ação das Nações Unidas no Haiti. Buscamos assim explicar por que este país se tornou um laboratório de experimentação da ONU e de que forma essa trajetória alimenta a problemática central deste trabalho: a ligação entre a manutenção da paz e a difusão de uma governança neoliberal.

Desde os anos 1990, o Haiti ocupa um lugar singular na agenda internacional de manutenção da paz. Longamente marginalizada nas relações de força geopolíticas, a República do Haiti transformou-se progressivamente em um espaço de intervenção multilateral, na interseção das lógicas humanitárias, de segurança e de desenvolvimento. Essa internacionalização do campo político haitiano, frequentemente justificada pela fraqueza crônica do Estado e pela recorrência das crises, resultou em uma presença sustentada das Nações Unidas no território, por meio de uma série de missões civis e militares. A figura a seguir retrata as principais etapas do envolvimento da ONU no Haiti até a MINUSTAH (ver figura 3).



3 – Cronologia das intervenções da ONU no Haiti (1990–2004)

Fonte: Elaboração do autor com base na ONU (2004)

Essa implicação da ONU vai além das ações pontuais de estabilização inscrevendo-se em uma dinâmica mais ampla de reconfiguração da soberania nacional sob supervisão internacional. O Haiti tornou-se, então, um laboratório de experimentação das novas formas de governança global, em que os princípios de cooperação, ajuda ao desenvolvimento e manutenção da paz são mobilizados para enquadrar, corrigir e até substituir o poder estatal. Esse processo ocorre em um contexto de assimetria estrutural, marcado por forte dependência em relação aos doadores, prolongada desinstitucionalização interna e fragilização contínua do contrato social haitiano.

Neste capítulo, buscamos reconstituir as etapas-chave dessa relação conflituosa e evolutiva entre o Haiti e a ONU, desde as primeiras intervenções dos anos 1990 até o estabelecimento da MINUSTAH em 2004. Em um primeiro momento, mostraremos como o colapso político e a crise de legitimidade estatal abriram caminho para a intervenção

internacional. Em seguida, analisaremos os mecanismos de dependência estrutural por meio dos quais a cooperação internacional reforçou a extraversão do Estado haitiano. Por fim, demonstraremos que a MINUSTAH não representa uma ruptura, mas sim o ponto culminante de uma trajetória de ingerência progressiva sob a égide do multilateralismo.

A história política haitiana entre 1990 e 2004 é caracterizada pela sucessão de crises institucionais que fragilizaram o Estado e abriram espaço para uma crescente intervenção internacional. A eleição de J.B. Aristide em 1990, a primeira eleição democrática do país, foi rapidamente seguida por um golpe militar em 1991, mergulhando o Haiti em um período de instabilidade e repressão (GEFFRARD, 2023).

Diante dessa situação, a comunidade internacional, notadamente os Estados Unidos e a ONU, assumiu um papel decisivo na reintegração de Aristide ao poder em 1994, por meio da operação *Uphold Democracy*, autorizada pela Resolução 940 do Conselho de Segurança (NAÇÕES UNIDAS, 1994). Essa intervenção marcou o início de uma série de missões da ONU no Haiti, como a Missão Civil Internacional no Haiti (MICIVIH) e a Missão da Polícia Civil das Nações Unidas no Haiti (MIPONUH), com o objetivo de estabilizar o país e fortalecer suas instituições (UNITED NATIONS, 1999).

No entanto, essas missões foram frequentemente denunciadas por sua ineeficácia e por sua incapacidade de enfrentar as causas profundas da instabilidade haitiana. Segundo Fatton (2002), a abordagem adotada pela *comunidade internacional* privilegiou, a maioria das vezes, soluções tecnocráticas em detrimento de uma compreensão aprofundada das dinâmicas sociais e políticas locais.

O período pós-1994 também foi marcado pela desinstitucionalização progressiva do Estado haitiano, reforçada por políticas de ajuste estrutural impostas pelas instituições financeiras internacionais. Essas políticas tiveram como resultado a redução da capacidade do Estado de fornecer serviços públicos essenciais, reforçando, assim, a dependência do país em relação à ajuda internacional (FARMER, 2005).

Em 2004, uma nova crise política levou à renúncia de Aristide e ao estabelecimento da Missão das Nações Unidas para a Estabilização no Haiti (MINUSTAH), marcando uma intensificação da intervenção internacional nos assuntos internos do país (NAÇÕES UNIDAS, 2004). O desdobramento da MINUSTAH evidencia uma tendência

crescente de externalizar a gestão das crises haitianas para atores internacionais, muitas vezes à custa da soberania nacional.

A história das relações entre o Haiti e a ONU é marcada por uma alternância entre cooperação, desilusão e intervenções sob o pretexto de assistência internacional. Nossa foco, nas linhas seguintes, é, em certa medida, contextualizar as dinâmicas políticas, históricas e estruturais que explicam a forte presença da ONU no Haiti desde os anos 1990, interrogando tanto os motivos declarados quanto as lógicas profundas dessas intervenções.

Desde sua independência em 1804, o Haiti ocupa uma posição ambígua no sistema internacional. Primeira república negra originada de uma revolta de escravizados, o país foi durante muito tempo rejeitado diplomaticamente, sendo depois integrado de maneira condicional às instituições internacionais, sobretudo as financeiras e de segurança. Essa inserção assimétrica contribuiu para fazer do Haiti um terreno fértil de experimentações de engenharia institucional sob a liderança de potências externas, notadamente os Estados Unidos, a França e, mais recentemente, a ONU (DUBOIS, 2012; SCHULLER, 2007, p. 141).

A análise das relações entre o Haiti e a ONU revela uma tensão contínua entre os princípios proclamados de apoio à paz e ao desenvolvimento e as realidades de uma governança externalizada. Por trás da fala da assistência, se dissimula uma lógica de soberania condicional, em que as margens de manobra do Estado haitiano são amplamente condicionadas por agendas internacionais. A história dessas relações é complexa e marcada por múltiplas intervenções visando estabilizar o país, responder a crises humanitárias e promover o desenvolvimento. Essas relações evoluíram ao longo das décadas, refletindo os desafios políticos, econômicos e sociais próprios ao Haiti.

O Haiti tornou-se membro das Nações Unidas em 24 de outubro de 1945, pouco depois da fundação da organização. Como aponta Chantalle Verna, “o Haiti e os Estados Unidos estavam entre as cinquenta nações que assinaram a Carta das Nações Unidas em junho de 1945, e entre os trinta e sete países presentes na fundação da agência especializada da ONU, a UNESCO, em novembro de 1945” (VERNA, 2016, p. 270).

Desde sua adesão às Nações Unidas em 24 de outubro de 1945, o Haiti participouativamente das atividades da organização, contribuindo, inclusive, para operações de manutenção da paz e envolvendo-se em diversas iniciativas de desenvolvimento. Já entre 1947 e 1949, a UNESCO lançou a primeira fase de um projeto-piloto de educação básica na

região de Marbial,no Haiti, marcando o início de uma cooperação contínua nos domínios educacional e cultural (UNESCO, 1947). Esse projeto antecedeu a criação, em novembro de 1950, da Comissão Nacional Haitiana de Cooperação com a UNESCO (CNHCU), fortalecendo assim os laços entre o Haiti e a organização internacional (UNESCO, 1950).

Nos anos que se seguiram à Segunda Guerra Mundial, o Haiti colaborou com as Nações Unidas e a Fundação Rockefeller para modernizar seu sistema educacional e combater o analfabetismo. Essas iniciativas refletiam a percepção dos Estados Unidos como uma fonte privilegiada de expertise, recursos e financiamento no contexto emergente do desenvolvimento internacional após 1945. Verna (2016, p. 272) destaca que esses esforços conjuntos “revelam como os Estados Unidos eram percebidos no Haiti como um recurso privilegiado para a expertise, a aquisição de informações, materiais e financiamentos, enquanto a cultura do desenvolvimento internacional ganhava popularidade após 1945”.

As relações entre o Haiti e a Organização das Nações Unidas (ONU) foram marcadas por várias intervenções significativas com o objetivo de estabilizar o país e promover o desenvolvimento. As primeiras intervenções da ONU no Haiti começaram nos anos 1990, após o golpe de Estado de 1991 que depôs o presidente Jean-Bertrand Aristide. Várias missões se sucederam: a Missão Civil Internacional no Haiti (MICIVIH), a Missão de Transição das Nações Unidas no Haiti (MITNUH), seguida pela Missão das Nações Unidas no Haiti (MINUHA). Essas missões, embora limitadas em seus mandatos, introduziram uma nova era de presença multilateral sob o pretexto de promover a democracia e o Estado de direito (DAGNE, 2005 ; ONU, 2011).

As intervenções da ONU no Haiti foram repetidamente alvo de controvérsias, principalmente no que diz respeito à gestão da ajuda humanitária após o terremoto de 2010. Muitas críticas apontam as fragilidades dos programas de desenvolvimento e a crescente dependência do Haiti em relação às ONGs internacionais, que por vezes atuavam como substitutas de um Estado enfraquecido. Essa crise humanitária gerada pelo terremoto de 2010, seguida da epidemia de cólera atribuída à missão, revelou os limites da atuação da ONU e os disfuncionamentos de uma intervenção baseada em uma lógica de urgência permanente.Katz (2013) documenta como a pobreza e a precariedade urbana causavam uma catástrofe contínua (não só o terremoto). Bellamy e Hunt (2015) acrescentam que essas missões amplificam a lógica permanente de emergência. Já a ONU (2022) enfatiza a continuidade de bases

militares e estruturas internacionais no pós-MINUJUSTH por meio da MSS, demonstrando a persistente vulnerabilidade institucional haitiana.

Frédéric Thomas (2020) destaca de forma contundente que a tragédia do terremoto de 2010 apenas revela uma catástrofe já existente (pobreza, falta de infraestrutura e serviços), resumindo que as verdadeiras causas eram políticas e econômicas . Essa análise ressalta o impacto das políticas econômicas e dos modelos de ajuda externa sobre a resiliência institucional do país. Nesse contexto, o Haiti foi de maneira repetida qualificado como “*república das ONGs*”, expressão que reflete a predominância de atores não estatais na gestão dos serviços essenciais e na reconstrução pós-crise, em desfavor da autodeterminação e do fortalecimento das capacidades locais (THOMAS, 2016; ETIENNE,1997).

O Haiti colaborou estreitamente com a ONU e outros parceiros internacionais para promover seu desenvolvimento econômico, social e ambiental. No entanto, a globalização econômica e as políticas neoliberais também influenciaram essas relações. Como aponta Kali Akuno (2010), sob alegação de ajuda humanitária, a operação no Haiti foi utilizada como uma arma de controle social e político, mais correspondente à lógica da “*shock doctrine*” e da invasão oculta do que à reestruturação sincera do país . Essa dinâmica tende a reforçar as desigualdades existentes e a limitar a capacidade das instituições locais de responder às reais necessidades da população haitiana.

Diante dos desafios atuais, é essencial que as iniciativas da ONU adotem uma abordagem contextualizada, respeitando as especificidades locais e as aspirações das populações. Nesse sentido, Mark Schuller (2007) observa que as intervenções estrangeiras no Haiti, sob o pretexto de proteger a população, acabaram por enfraquecer suas instituições legítimas e silenciar sua voz política:

O povo haitiano perde de três maneiras. Primeiro, ao minar seu presidente eleito e as instituições criadas para proteger seus interesses, o governo interino promoveu alegremente interesses estrangeiros — formas mais puras de neoliberalismo — às custas da maioria pobre. [...] Por fim, as vozes do povo, suas vidas e suas condições são silenciadas, mesmo quando são invocadas na luta como vítimas (SCHULLER, 2007, p. 19).

Essa constatação reforça a demanda de reavaliar o impacto das intervenções internacionais a fim que elas não substituem a autonomia e ao protagonismo das populações locais por mecanismos externos de controle.

Temos examinado, até aqui, os principais marcos das relações entre o Haiti e a comunidade internacional por meio das intervenções sucessivas da ONU. A partir deste ponto, torna-se necessário reposicionar essas interações em uma consideração mais ampla, retraçando a evolução histórica, social e política do país. Uma compreensão aprofundada das trajetórias haitianas (desde a luta pela independência até a crise atual) é, de fato, essencial para entender as dificuldades estruturais que as missões de paz visam a superar. Esse olhar retrospectivo permitirá destacar as continuidades e rupturas que moldaram a fragilidade institucional do país, ao mesmo tempo em que evidencia o papel dos desastres naturais, das convulsões políticas e das dependências econômicas na configuração atual do Haiti. Esse retorno ao passado possibilitará, assim, ancorar a análise da MINUSTAH no contexto local e compreender melhor as condições de recepção e os limites de sua ação.

Não podemos compreender o alcance e os limites da intervenção das Nações Unidas no Haiti, em especial por meio da MINUSTAH, sem uma leitura atenta da história do país, caracterizada por uma sucessão de rupturas políticas, desastres naturais e fragilidades econômicas. Longe de ser um mero teatro de operações onusianas, o Haiti é um ator complexo, dotado de uma trajetória única que continua a influenciar profundamente suas interações com a comunidade internacional. A história política do Haiti é marcada por rupturas profundas, tentativas de consolidação estatal e frequentes episódios de instabilidade. Para situar o surgimento das missões da ONU em um contexto mais amplo, é necessário retraçar as principais etapas dessa trajetória republicana.

A tabela abaixo apresenta uma síntese dos períodos-chave que têm estruturado a evolução institucional haitiana de 1804 a 2004, destacando as fases de soberania comprometida, ditadura, transição democrática e crescente ingerência internacional (ver Figura 4)⁷.

⁷ Elaboração do autor com base em DUBOIS, Laurent. *Avengers of the New World: The Story of the Haitian Revolution*. Cambridge: Harvard University Press, 2004; FATTON, Robert. *Haiti's Predatory Republic: The Unending Transition to Democracy*. Boulder: Lynne Rienner, 2002; TROUILLOT, Michel-Rolph. *Haiti: State Against Nation*. New York: Monthly Review Press, 1990.

PERÍODOS-CHAVE DA HISTÓRIA POLÍTICA DO HAITI (1804–2004)

Período	Descrição
República Independente (1804–1915)	Estabelecimento da primeira república negra independente: instabilidade interna marcada por golpes de Estado e regimes autocráticos
Ditadura de Duvalier (1957–1986)	Regime autoritário de François Duvalier, seguido por seu filho Jean-Claude: repressão política, violações de direitos humanos e concentração de poder
Transição Democrática (1986–1991)	Queda de Jean-Claude Duvalier, esforços de democratização e realização das primeiras eleições livres
Intervenções e Instabilidade (1991–2004)	Golpe militar, retorno de Aristide ao poder e sucessivas missões da ONU em meio a contínua instabilidade política

4 — Tabela cronológica: Períodos-chave da história política do Haiti (1804–2004)

Fonte: Elaboração do autor (2025)

Primeira república negra resultante de uma revolução anti-escravagista, o Haiti se viu, desde o seu nascimento em 1804, confrontado com o isolamento diplomático, uma dívida de independência sufocante e uma luta permanente por reconhecimento e soberania. A França só reconheceu a independência do Haiti em 1825, em troca do pagamento de uma dívida de 150 milhões de francos-ouro, que pesou profundamente sobre as finanças públicas e a economia haitiana por mais de um século (DUBOIS, 2012, p. 149). Para compreender as formas contemporâneas de dependência do Haiti em relação à comunidade internacional, é indispensável retornar aos fundamentos históricos de sua marginalização.

O século XIX haitiano foi marcado por uma instabilidade quase permanente: mais de vinte chefes de Estado se sucederam, frequentemente derrubados por golpes de Estado. Essa instabilidade tornou o país vulnerável às ingerências estrangeiras. Várias potências, incluindo Alemanha, França e Estados Unidos, buscaram ampliar sua influência, sobretudo sobre os portos e as alfândegas haitianas (HECTOR , 1998).

O século XX viu alternar ocupações estrangeiras, ditaduras autoritárias e transições democráticas fracassadas. As crises políticas crônicas somaram-se desastres naturais recorrentes (terremotos, furacões, inundações) que fragilizaram a capacidade do Estado de se reconstruir de forma duradoura (HECTOR, 1998).

Em 1915, os Estados Unidos invadiram o Haiti sob o pretexto de restaurar a ordem e proteger seus interesses econômicos. Essa ocupação durou até 1934 e deixou uma marca duradoura nas estruturas administrativas e financeiras do país. Embora algumas infraestruturas modernas tenham sido construídas, a ocupação impôs um modelo de centralização autoritária e uma dependência econômica reforçada (DUVIVIER, 2015, p.15).

Após a saída das tropas americanas, o Haiti tentou recuperar sua soberania política. Contudo, as instituições permaneceram frágeis e sujeitas à corrupção e ao clientelismo. Esse período também foi marcado por uma urbanização desordenada e desequilíbrios econômicos profundos, preparando o terreno para um novo ciclo autoritário.

François Duvalier (1957–1971), seguido por seu filho Jean-Claude (1971–1986), instaurou uma ditadura violenta baseada na repressão política, na personalização do poder e na criação de um aparato de segurança temido (os Tontons Macoutes). O regime contou com apoio implícito das potências ocidentais durante a Guerra Fria, em nome da luta contra o comunismo (FATTON, 2002, p. 56).

A retirada de Jean-Claude Duvalier do cargo em 1986 marca o início de um processo de transição democrática, mas também de um período de grande instabilidade. As tentativas de reformas democráticas enfrentam a resistência das antigas elites, a ausência de um quadro institucional sólido e a fragmentação da sociedade civil. O exército permanece um ator político importante (FATTON, 2002, p. 84).

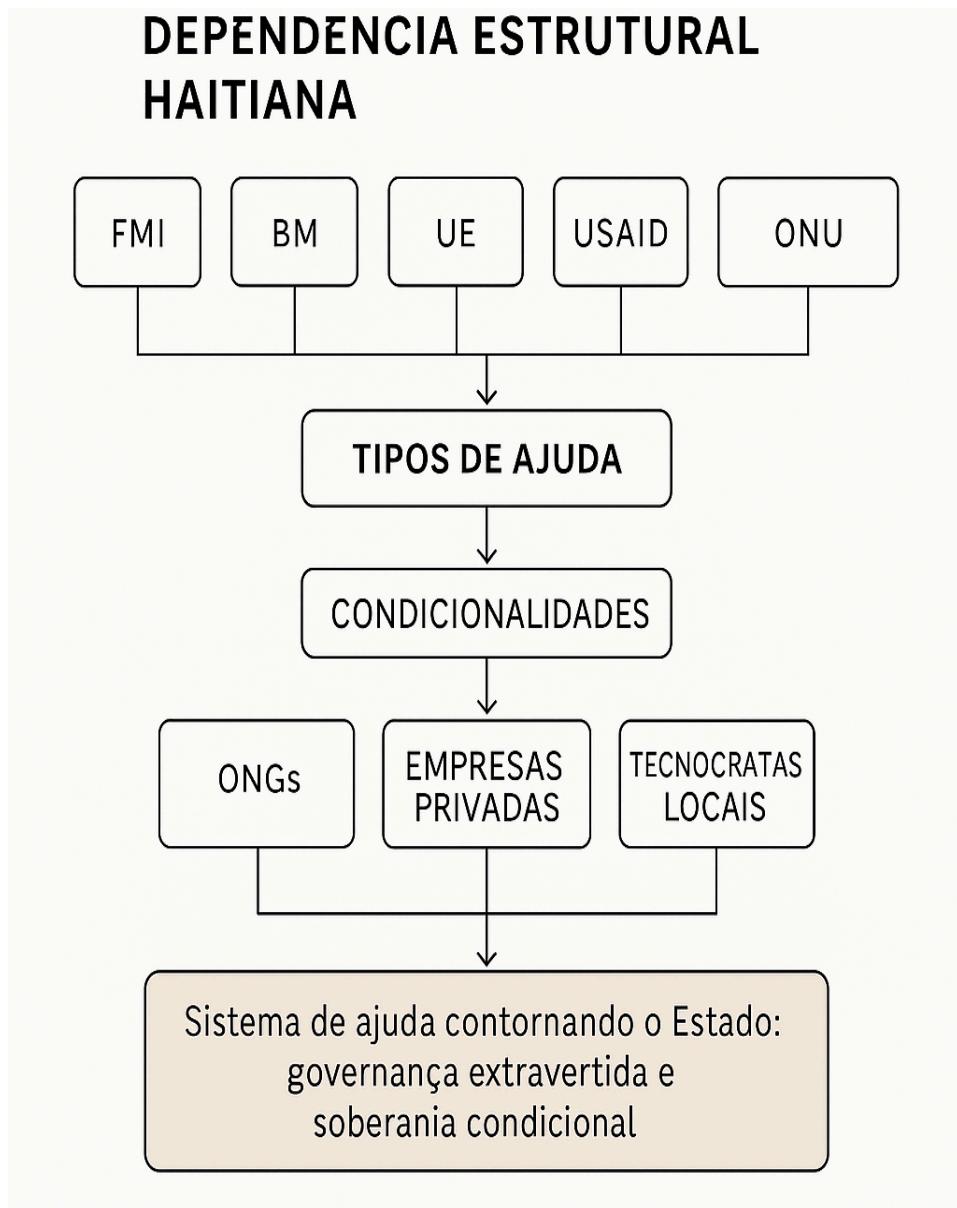
A eleição de Jean-Bertrand Aristide em 1990, apoiada maciçamente pela população, inaugurou uma fase de esperança democrática. Contudo, esse processo é rapidamente interrompido por um golpe militar em 1991. O retorno de Aristide ao poder em 1994, graças à intervenção americana (operação Uphold Democracy), abre caminho para uma série de intervenções das Nações Unidas no país (MICIVIH, MIPONUH, etc.). Esse ciclo revela uma fragilidade crônica das instituições haitianas e uma crescente internacionalização dos mecanismos de governança ((LANAVE, 2011, p. 74; HALLWARD, 2007; SCHULLER, 2007).

Assim, longe de ser uma construção exclusiva do século XXI, a vulnerabilidade do Haiti frente às lógicas de ingerência tem suas raízes numa longa história de isolamento diplomático, ocupações estrangeiras e dependência econômica. Esta seção oferece um pano de fundo essencial para compreender os mecanismos que levaram à instalação duradoura de missões internacionais como a MINUSTAH.

Desde a década de 1990, o Haiti tornou-se um dos países mais dependentes da ajuda internacional, com consequências profundas sobre sua soberania, a formulação de suas políticas públicas e a própria configuração de seu aparelho estatal . Essa dependência foi amplamente moldada por um conjunto de atores multilaterais e bilaterais — notadamente as Nações Unidas, o Fundo Monetário Internacional (FMI), o Banco Mundial, a Agência dos Estados Unidos para o Desenvolvimento Internacional (USAID), a União Europeia (UE), a Organização dos Estados Americanos (OEA) — que impuseram condicionalidades frequentemente alinhadas aos princípios do neoliberalismo econômico ;

Essa dependência externa contribuiu para a erosão contínua da soberania e para a incapacidade do Estado haitiano de definir e implementar políticas independentes. Uma infinidade de doadores multilaterais e bilaterais — incluindo as Nações Unidas, o Fundo Monetário Internacional (FMI), o Banco Mundial, a Agência dos Estados Unidos para o Desenvolvimento Internacional (USAID), a União Europeia e a Organização dos Estados Americanos (OEA) — penetrou profundamente no cenário político haitiano, frequentemente ditando os parâmetros da reforma econômica e política. Esses atores promoveram políticas neoliberais que priorizam a estabilidade macroeconômica em detrimento da equidade social e enfraqueceram a capacidade do Estado de fornecer serviços essenciais à sua população (FATTON, 2002, p. 11).

Segundo a Organização Mundial do Comércio (OMC, 2023), o Haiti é atualmente o país mais liberal da América Latina e do Caribe.O esquema abaixo ilustra a arquitetura dessa dependência estrutural, marcada por um sistema de ajuda condicional cuja execução é amplamente terceirizada a atores não estatais ou internacionais (ver figura 5).



5 – Esquema : Arquitetura da dependência estrutural haitiana

Fonte: Elaboração do autor (2025).

As reformas exigidas no âmbito dos programas de ajuste estrutural levaram a um progressivo desengajamento do Estado haitiano de suas responsabilidades sociais, a uma onda de privatizações e a uma redefinição dos critérios de “*boa governança*” com ênfase na transparência orçamentária, na racionalização dos gastos e na redução do funcionalismo público. Segundo Paul Farmer, “essas políticas foram implementadas sem consideração suficiente pelas consequências sociais a longo prazo, especialmente o empobrecimento dos serviços de saúde e educação (FARMER, 2005).

Um dos aspectos mais marcantes dessa dependência é a “ONGuização” da ajuda, onde as organizações não governamentais (ONGs) assumiram funções tradicionalmente atribuídas ao Estado, como educação, saúde e assistência social. Essa situação levou à fragmentação dos serviços públicos e à perda do controle estatal sobre as políticas sociais (FARMER, 2005). Além disso, a proliferação das ONGs foi muitas vezes incentivada pelos financiadores internacionais, que preferem canalizar sua ajuda por meio dessas estruturas em vez das instituições estatais, consideradas ineficazes ou corruptas.

No fim das contas, o Estado assistido perde sua robustez. Ele presencia a transnacionalização de suas funções por ONGs, detentoras do poder econômico. Assim, inicia-se o processo de liquefação da soberania do Estado. [...] A decadência do Estado periférico haitiano resulta de catástrofes naturais somadas a décadas de desastres econômicos, políticos e sociais, associados ao expansionismo das ONGs que devoraram um Estado exangue (ORVILD, 2022, p. 90).

Mark Schuller (2007) fala assim de um “*Estado paralelo*”, estruturado em torno de redes transnacionais de ajuda que contornam as instituições haitianas. Essa fragmentação das responsabilidades tornou impossível a implementação de um projeto nacional coerente e enfraqueceu a legitimidade do Estado perante sua população. Em 2010, após o terremoto, mais de 60% da ajuda internacional transitou por ONGs ou agências bilaterais, sem passar pelos canais governamentais (RAMACHANDRAN; WALZ, 2012). O Escritório das Nações Unidas para Coordenação de Assuntos Humanitários (OCHA) relatou que menos de 1% da ajuda de emergência pós-terremoto foi diretamente confiada ao governo haitiano (OCHA, 2010).

O Banco Mundial e o FMI, em seus relatórios sucessivos, promoveram medidas de liberalização comercial que provocaram o colapso da produção nacional, especialmente no setor agrícola. Em 1995, o Haiti eliminou quase todas as suas tarifas alfandegárias sobre produtos alimentares básicos, o que permitiu a entrada massiva de arroz subsidiado dos Estados Unidos. Como observou o próprio Bill Clinton diante do Congresso americano em 2010: “Isso pode ter sido bom para os produtores de arroz do Arkansas, mas arruinou a produção de arroz haitiana” (CLINTON, 2010).

Do mesmo modo, o processo de privatização (apoiado ativamente pelo Banco Interamericano de Desenvolvimento (BID) e pelo Banco Mundial) envolveu setores estratégicos como telecomunicações, transporte marítimo e eletricidade. Essas operações

frequentemente foram realizadas sem debate público, sem mecanismos de prestação de contas e sem benefícios reais redistribuídos à população. A privatização da Teleco em abril de 2010, em favor da Viettel (empresa vietnamita, 60 % do capital por US\$59 milhões), ocorreu em opacidade denunciada por diversos observadores (CONCORDIA UNIVERSITY, 2014; CHERY, 2010).

Kali Akuno (2010) argumenta que essa arquitetura da ajuda, longe de servir à reconstrução de um Estado democrático e soberano, reforçou uma forma de tutela institucional, na qual decisões cruciais são tomadas fora do país. O Estado haitiano está assim preso a um ciclo de dependência financeira, política e técnica, a ponto de ser reduzido a uma função executora de políticas concebidas em outros lugares.

Essa configuração produz o que alguns pesquisadores chamam de “Estado de dependência”, ou seja, um Estado cujas principais orientações estratégicas são definidas por entidades externas, sob o pretexto de cooperação e desenvolvimento. Longe de fortalecer a soberania do Haiti, a cooperação internacional contribuiu para sua fragmentação institucional, perda do controle sobre seus recursos e consolidação de um regime de extraversão estrutural (DUBOIS, 2012; THOMAS, 2020).

Em última análise, a ajuda internacional, tal como se desenrolou no Haiti desde os anos 1990, não foi neutra. Ela reproduziu relações de poder profundamente desiguais, transformando o país em laboratório da gestão neoliberal das crises e em terreno de experimentação de uma governança sem soberania. Essa dinâmica preparou o terreno para a intervenção das Nações Unidas na forma da MINUSTAH, num contexto em que o Estado haitiano fora progressivamente desarmado institucionalmente.

No início dos anos 2000, o Haiti entrou numa nova fase de turbulências políticas, marcada por uma polarização crescente entre o governo do presidente Jean-Bertrand Aristide e uma oposição agrupada sob a bandeira da Convergência Democrática. A essa polarização somou-se uma crise institucional profunda, marcada por bloqueios parlamentares, contestações eleitorais, acusações de corrupção e crescentes tensões sociais. A suspensão parcial da ajuda internacional, condicionada a exigências de transparência orçamentária e governança democrática, contribuiu para agravar o isolamento do regime vigente (DUPUY, 2007, p. 165).

Neste clima deletério, grupos armados, incluindo ex-militares das Forças Armadas do Haiti, dissolvidas em 1995, tomam as armas contra o governo. Em fevereiro de 2004, após uma revolta violenta no norte do país, Aristide deixou o poder precipitadamente. As circunstâncias dessa renúncia geraram intensas controvérsias. O próprio presidente, assim como diversos pesquisadores e organizações, afirmam que ele foi forçado a deixar o país sob pressão das forças americanas e francesas (HALLWARD, 2007; CEPR, 2004).

Essa vacância de poder abriu caminho para uma intervenção militar multilateral sob mandato do Conselho de Segurança das Nações Unidas. A resolução 1529, de 29 de fevereiro de 2004, autorizou o desdobramento imediato de uma Força Multinacional Interina (FMI), composta por tropas americanas, francesas, canadenses e chilenas, com o objetivo de "restabelecer a segurança e a estabilidade" no Haiti (NAÇÕES UNIDAS, 2004a). Essa operação marcou uma militarização acelerada da assistência internacional, rompendo com as abordagens civis e policiais das missões anteriores (MICIVIH, MIPONUH).

Menos de dois meses depois, o Conselho de Segurança adotou a resolução 1542, criando a Missão das Nações Unidas para a Estabilização no Haiti (MINUSTAH), que assumiu o lugar da força interina. Seu mandato inclui o apoio ao processo político de transição, a reforma do setor de segurança, o apoio à organização das eleições, bem como a proteção dos direitos humanos (NAÇÕES UNIDAS, 2004b). Essa missão foi comandada militarmente pelo Brasil, mas coordenada de perto com as grandes potências do Conselho, especialmente os Estados Unidos e a França.

Essa transição de uma força ad hoc para uma operação formal de manutenção da paz demonstra uma mudança estratégica na gestão internacional da "crise haitiana". Como ressaltam Bellamy & Williams Chetail (2015), a MINUSTAH insere-se num paradigma de "gestão internacionalizada das crises estatais", no qual a ordem e a segurança tornam-se prioridades de uma agenda política externalizada, orientada pela estabilidade e disciplina macroeconômica, em detrimento de uma verdadeira soberania popular.

De fato, esse desdobramento se insere na continuidade lógica de um processo de internacionalização iniciado já na década de 1990. As diversas missões anteriores (ONUVEH, MICIVIH, MANUH, MIPONUH) todas contribuíram para instaurar uma lógica de controle institucional à distância, transformando progressivamente o Estado haitiano em receptor passivo de políticas ditadas do exterior. A MINUSTAH representa, assim, uma

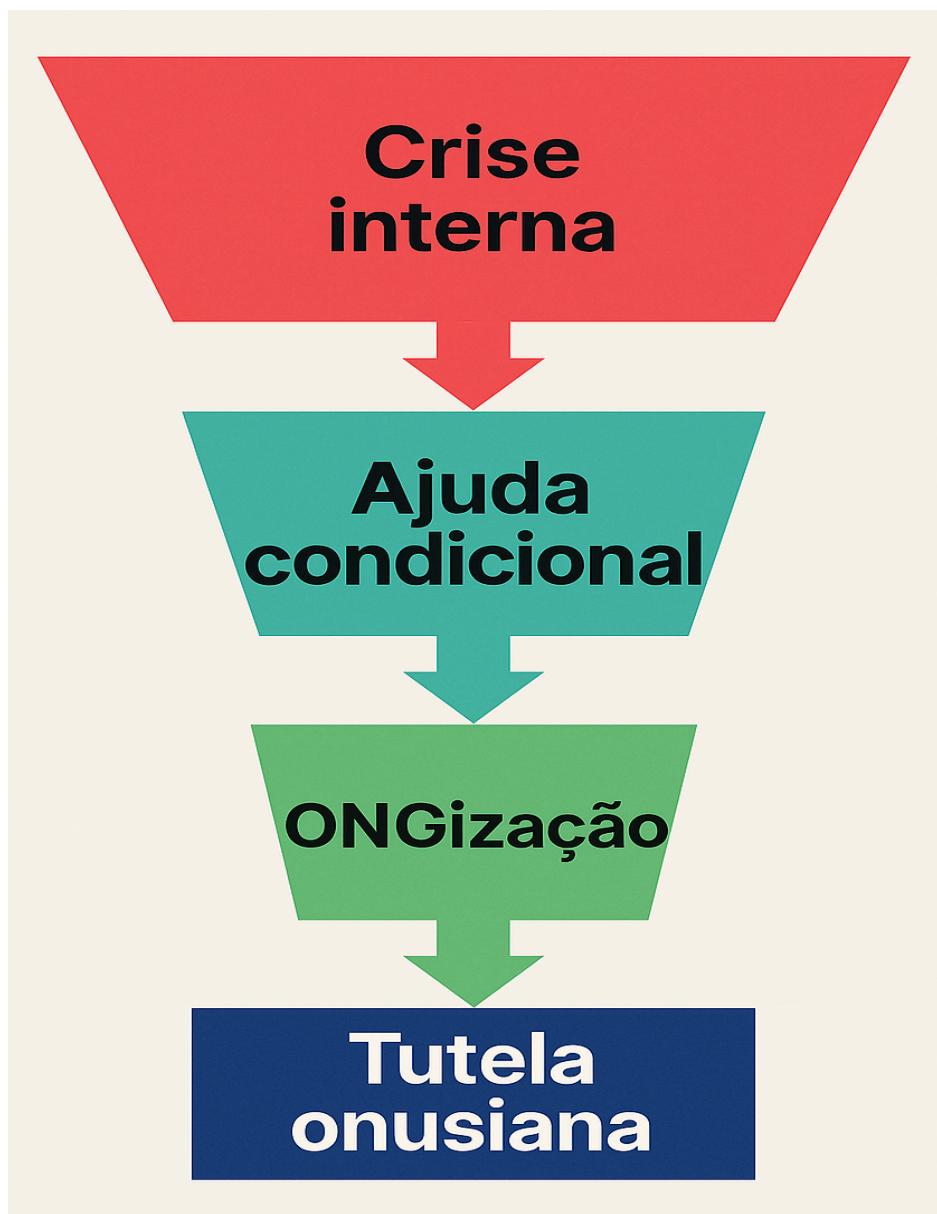
forma de cristalização dessa trajetória, na qual a soberania nacional é reconfigurada sob a forma de um regime de exceção permanente, gerido por instituições multilaterais com o concurso de atores bilaterais influentes (CHANDLER, 2004).

Nessa perspectiva, a intervenção de 2004 não pode ser analisada como um simples episódio pontual motivado por uma crise conjuntural. Ela encarna, ao contrário, a culminação de uma sequência histórica de enfraquecimento do Estado haitiano, onde a crise política torna-se o pretexto para uma reconfiguração duradoura da governança pelas instituições internacionais. Como escreve Bellamy (2009), “a internacionalização da soberania no Haiti traduz menos uma solidariedade do que um imperativo de controle normativo”.

A MINUSTAH, portanto, deu continuidade, consolidou e institucionalizou um modelo de governança pós-nacional onde as questões de segurança, desenvolvimento e reforma institucional são conduzidas a partir do exterior, em um quadro pouco responsável perante os cidadãos haitianos. Essa dinâmica estará no cerne da análise crítica desenvolvida nos capítulos seguintes.

A análise das relações entre o Haiti e a Organização das Nações Unidas desde a década de 1990 revela uma dinâmica de intervencionismo estrutural, onde a assistência internacional gradualmente tomou a forma de um controle multifacetado da soberania nacional. Este capítulo destacou as principais etapas dessa trajetória: desde a intervenção militar de 1994 até a imposição de reformas econômicas sob a supervisão das instituições financeiras internacionais, até o desdobramento da MINUSTAH em 2004.

Longe de ser uma ruptura ou um episódio pontual, a MINUSTAH aparece como o desfecho lógico de um processo de deslegitimação do Estado haitiano nas esferas diplomática, econômica e de segurança. Essa missão não surgiu do nada; ela se inscreveu na continuidade de operações multilaterais onde o Haiti foi progressivamente erigido como um laboratório de governança pós-soberana, no qual as funções régias são delegadas a atores externos (CHANDLER, 2004). A figura a seguir (funil) mostra o processo de colocação do Estado sob tutela, começando por uma forma de cooperação até chegar ao controle estrutural (ver figura 6).



6 — Esquema-síntese: Processo de deslegitimação da soberania haitiana

Fonte: Elaboração do autor (2025)

O desdobramento sucessivo de missões como a MICIVIH, a MIPONUH e a MANUH serviu de matriz para o modelo de supervisão aplicado pela MINUSTAH. Esse modelo baseia-se em uma racionalidade tecnocrática justificada pelo suposto “fracasso” do Estado haitiano, cujos efeitos frequentemente agravaram a desinstitucionalização ao marginalizar as autoridades nacionais (UN PEACEKEEPING, 1997; FATTON, 2002; HOFFMANN, 2020).

A externalização da soberania haitiana também se traduziu em um controle normativo ampliado sobre as políticas públicas. As condicionalidades impostas pelos

doadores (FMI, Banco Mundial, USAID) levaram a reformas estruturais profundamente alinhadas ao paradigma neoliberal, que minaram as capacidades internas de planejamento, regulação e redistribuição (DUPUY, 2007; FARMER, 2005).

Como consequência, o Haiti tornou-se um espaço de experimentação política, econômica e humanitária em escala internacional. Essa transformação, frequentemente apresentada como um apoio à estabilização, na verdade reforçou lógicas de ingerência, extraversão e dependência. O país foi integrado ao sistema internacional segundo uma lógica de “*soberania condicional*” (CHEVALLIER, 2012), em que o acesso a recursos e ao reconhecimento institucional depende da conformidade com os padrões de “*boa governança*” definidos externamente.

Nessa perspectiva, a MINUSTAH não pode ser analisada como um simples instrumento de gestão de crises: ela é a expressão máxima de um dispositivo de controle político e simbólico, inscrito numa história mais ampla de tutela internacional sobre o Haiti. Longe de restaurar a autonomia do país, essa lógica reforçou a fragmentação institucional, a dependência financeira e a deslegitimização da autoridade estatal.

Essa conclusão abre caminho para o capítulo seguinte, que propõe uma leitura crítica da MINUSTAH pelo prisma do neoliberalismo e das formas contemporâneas de governamentalidade internacional. Incorporando os resultados empíricos deste capítulo, buscar-se-á entender como as lógicas ideológicas moldaram a ação da ONU e questionar as condições para uma verdadeira reconstrução soberana do Haiti.

A partir dessa configuração, torna-se necessário examinar a MINUSTAH não apenas como um dispositivo de campo, mas também como um sistema normativo, político e ideológico. O capítulo seguinte oferece uma análise crítica dos fundamentos, práticas e efeitos dessa missão sobre a soberania haitiana, a reconstrução institucional e os direitos das populações locais. Articulando elementos do direito internacional, dinâmicas geopolíticas e lógicas econômicas em jogo, esse capítulo visa demonstrar como a MINUSTAH operou como vetor de um modelo de governança neoliberal sob cobertura da ONU.

Parte II

A MINUSTAH no Haiti: Impactos, contradições e abordagens neoliberais

Introdução da Parte II

Dedicamos esta segunda parte à análise empírica e crítica da Missão das Nações Unidas para a Estabilização no Haiti (MINUSTAH), como estudo de caso central para compreender as correlações entre a manutenção da paz da ONU e a racionalidade neoliberal. Neste estágio da pesquisa, não se trata mais apenas de questionar os quadros jurídicos e as relações históricas, mas de examinar concretamente os efeitos produzidos pela missão no contexto haitiano entre 2004 e 2017.

No capítulo 3, propomos uma análise dos impactos diretos da MINUSTAH nas dimensões de segurança, institucional e socioeconômica, baseando-nos em relatórios da ONU, publicações acadêmicas e avaliações de organizações independentes (NAÇÕES UNIDAS, 2012; FREEDOM HOUSE, 2016). Este diagnóstico visa identificar as contribuições e os limites de uma missão prolongada, apresentada como um instrumento de estabilização, mas cujos resultados foram frequentemente controversos.

No capítulo 4, aprofundamos essa análise adotando uma leitura crítica das lógicas que orientaram a missão, em particular a influência de uma racionalidade neoliberal marcada pela prioridade dada à estabilidade institucional, à tecnocratização dos processos de reforma e a uma baixa inclusão das dinâmicas locais (LOMBARDI, 2018; GENTILI, 2020). Essa grade interpretativa permite ir além das críticas puramente operacionais para questionar os fundamentos ideológicos das intervenções contemporâneas.

Finalmente, formulamos reflexões críticas e recomendações visando uma refundação das missões de paz. O objetivo será abrir caminhos concretos para sair das abordagens descendentes e tecnocráticas, promovendo uma solidariedade internacional baseada na justiça social, na soberania efetiva dos Estados beneficiários e na participação ativa das sociedades civis envolvidas.

Capítulo 3. Estudo de Caso: O Legado da MINUSTAH no Haiti

A análise dos efeitos específicos da MINUSTAH no Haiti constitui uma etapa central desta pesquisa, na medida em que permite examinar de forma empírica as consequências concretas de uma missão de paz da ONU conduzida segundo lógicas simultaneamente securitárias e neoliberais. Após termos explorado o quadro jurídico das missões de paz (capítulo 1) e reconstituído as dinâmicas históricas entre o Haiti e a ONU (capítulo 2), este capítulo visa destacar como essas dinâmicas se materializaram no terreno haitiano.

A escolha do caso haitiano não é aleatória: trata-se de uma das missões mais longas e controversas da ONU no século XXI. Ao nos debruçarmos sobre seus efeitos em termos de segurança, instituições, economia e soberania, este capítulo busca testar a hipótese segundo a qual os objetivos declarados de estabilização foram moldados, ou mesmo desviados, por lógicas neoliberais globais. Esta análise constitui, portanto, uma chave essencial para compreender as contradições internas das operações de manutenção da paz, bem como os fatores que limitam sua durabilidade.

O desdobramento da MINUSTAH no Haiti, em virtude da Resolução 1542 do Conselho de Segurança (NAÇÕES UNIDAS, 2004), marca a entrada do país em uma nova fase de intervenção internacional. Apresentada como uma missão de estabilização pós-crise, a MINUSTAH representa, na realidade, a concretização de uma dinâmica de internacionalização do poder haitiano iniciada nos anos 1990 e analisada no capítulo anterior. Ela ilustra de forma paradigmática como as operações de manutenção da paz podem ultrapassar seu mandato formal para se tornarem instrumentos de governança externalizada, inserindo-se em uma racionalidade tecnocrática e securitária típica do modelo neoliberal aplicado a Estados frágeis (RICHMOND, 2011).

A transição entre a Força Multinacional Interina (MIF), autorizada pela Resolução 1529 (29 de fevereiro de 2004), e a MINUSTAH, estabelecida pela Resolução 1542 (30 de abril de 2004), marca uma virada na lógica de intervenção do Conselho de Segurança no Haiti. Enquanto a primeira respondia a uma urgência imediata de segurança, a segunda se inscrevia em uma dinâmica de estabilização de longo prazo, incluindo dimensões políticas, institucionais e socioeconômicas.

O quadro a seguir evidencia as principais diferenças de mandato, duração, objetivos e composição entre essas duas resoluções, revelando um deslizamento progressivo em direção a uma lógica de governança externa prolongada (ver Figura 7).

	1529	1542
Objetivos	Estabelecer uma Força Multinacional Interina para restaurar a segurança no Haiti	Estabelecer a Missão das Nações Unidas para a Estabilização no Haiti (MINUSTAH) a fim de assegurar o diálogo político e a estabilidade
Mandatos	Desdobrar uma Força Multinacional Interina pra apoiar as necessidades humanitárias imediatas	Apoiar o governo e as instituições interinas, contribuir para as condições de segurança, políticas de desarmamento e esforços humanitários de desenvolvimento
Duração	Duração de três meses	Duração inicial de seis meses, renovável
Atores principais	FMI	MINUSTAH

Transição de uma força de emergência a uma missão de estabilização prolongada

7 — Quadro comparativo: Resoluções 1529 e 1542 do Conselho de Segurança

Fonte: Nações Unidas (2004a; 2004b)

Neste estágio da análise, não se trata mais de demonstrar os mecanismos jurídicos ou históricos que permitiram a imposição de uma missão multinacional ao Haiti. Trata-se agora de avaliar seus efeitos concretos, cruzando os discursos normativos de estabilização com os resultados empíricos observados no terreno. Essa abordagem visa determinar se a MINUSTAH contribuiu efetivamente para o fortalecimento das instituições democráticas haitianas, a restauração da segurança pública e a melhoria das condições socioeconômicas do país ou, ao contrário, se ela prolongou as lógicas de dependência, desresponsabilização estatal e marginalização popular.

Adotamos, para isso, uma matriz analítica crítica centrada em três dimensões interdependentes: segurança, instituições e aspectos socioeconômicos. Em cada uma delas, confrontamos os objetivos oficiais da missão com as realidades documentadas por relatórios

das Nações Unidas, avaliações de ONGs independentes e pesquisas acadêmicas (NAÇÕES UNIDAS, 2012; FREEDOM HOUSE, 2016; ARTHUR, 2017). Este trabalho não visa realizar uma avaliação meramente operacional, mas sim descontruir o modelo de paz promovido, evidenciando as tensões entre eficiência administrativa e legitimidade democrática, entre reforma institucional e soberania popular.

Por isso, a MINUSTAH se apresenta como um caso exemplar de manutenção da paz sob um regime de desigualdade global: ela reproduz uma configuração em que as normas são definidas fora do país, as prioridades são estabelecidas pelos doadores, e a população local é reduzida ao papel de objeto de políticas, em vez de sujeito soberano (GENTILI, 2020). Esta análise prepara, assim, a transição para uma crítica mais aprofundada, desenvolvida no capítulo seguinte, sobre os fundamentos ideológicos e as contradições inerentes a esse modelo onusiano de “ordem internacional aplicada”.

A MINUSTAH foi criada em 2004, na sequência de uma grave crise política e institucional, marcada pela saída forçada do presidente Jean B. Aristide. O governo interino haitiano e a comunidade internacional (liderada pelos Estados Unidos, Canadá e França) expressaram a necessidade de assistência para restaurar a ordem e a estabilidade no Haiti (ONU, 2004).

A adoção da Resolução 1542 do Conselho de Segurança da ONU, em 30 de abril de 2004, oficializa a criação da MINUSTAH e engaja a comunidade internacional em um processo de estabilização prolongado no Haiti. Esse momento marca uma virada fundamental na trajetória político-institucional do país, consolidando a transição de uma força de emergência (FMI) para uma missão multidimensional, juridicamente enquadrada, mas politicamente influenciada pelas grandes potências membros permanentes do Conselho.

O Conselho de Segurança adotou a Resolução 1542 (2004), que especifica que a missão tinha como objetivo "prover, em apoio ao Governo de transição, a segurança e a estabilidade propícias ao bom andamento do processo constitucional e político" (ONU, 2004). Seu desdobramento é uma etapa importante na história recente do Haiti, influenciando as dinâmicas políticas, sociais e de segurança do país. Essa missão foi criticada e analisada sob diversos ângulos por numerosos pesquisadores e especialistas em relações internacionais (ONU, 2004).

A missão, autorizada sob o Capítulo VII da Carta das Nações Unidas, foi implantada com uma forte componente militar, sob comando brasileiro, apoiada por contingentes multinacionais. Paul D. Williams observa que “o desdobramento da MINUSTAH representou uma das mais importantes operações de manutenção da paz no hemisfério ocidental, com uma participação multinacional significativa” (WILLIAMS, 2015). A missão foi encerrada em 2017 e substituída pela MINUJUSTH⁸, que continuou a apoiar as forças policiais nacionais enquanto reforçava o Estado de Direito. Essa transição marcou uma evolução significativa na abordagem da ONU frente aos desafios estruturais no Haiti (ONU, 2017).

O mandato inicial da MINUSTAH, tal como definido pela Resolução 1542 do Conselho de Segurança, visava restaurar um ambiente seguro no Haiti, especialmente por meio do desarmamento de grupos armados e do fortalecimento da Polícia Nacional do Haiti (PNH) (NAÇÕES UNIDAS, 2004). Nos primeiros anos, a missão alcançou diminuir significativamente a atividade dos bandidos em bairros críticos como Cité Soleil e Bel Air, graças a operações conjuntas com a PNH (NAÇÕES UNIDAS, 2012).

No entanto, essas operações foram frequentemente denunciadas pelo uso desmesurado da força e por violações de direitos humanos. Relatórios apontaram casos em que civis foram matados durante intervenções militares da MINUSTAH, especialmente durante incursões em Cité Soleil em 2005 e 2006 (HARVARD LAW STUDENT ADVOCATES FOR HUMAN RIGHTS, 2005; SCHULLER, 2016).

Um dos eventos mais controversos permanece sendo a introdução da epidemia de cólera em 2010, atribuída a um contingente nepalês. Segundo R. Piarroux, “as provas científicas demonstraram que a epidemia, que causou milhares de mortes, foi introduzida pelos Capacetes Azuis” (PIARROUX, 2018). Isso suscitou acusações de impunidade e corroeu a legitimidade da missão junto à população haitiana.

⁸ Após o encerramento da MINUSTAH, em outubro de 2017, o Conselho de Segurança das Nações Unidas autorizou o envio de uma nova missão, a **MINUJUSTH – Missão das Nações Unidas de Apoio à Justiça no Haiti** – por meio da Resolução 2350 de 13 de abril de 2017 (NAÇÕES UNIDAS, 2017). Essa missão, ativa até outubro de 2019, tinha como objetivo consolidar os avanços institucionais da MINUSTAH, adotando, porém, um mandato mais específico, centrado no apoio ao Estado de direito, ao sistema judiciário e à Polícia Nacional do Haiti (PNH). Diferentemente de sua predecessora, a MINUJUSTH não possuía componente militar. Baseava-se principalmente na cooperação técnica, na assistência ao fortalecimento das capacidades institucionais e na promoção dos direitos humanos, especialmente por meio do apoio aos mecanismos nacionais de proteção e de monitoramento (NAÇÕES UNIDAS, 2018).

A MINUSTAH acompanhou a reforma da Polícia Nacional Haitiana (PNH) e apoiou a realização de eleições (2006, 2010, 2015). Após os anos de instabilidade que levaram a chegada da missão em 2004, a PNH estava mal equipada, pouco estruturada e profundamente desacreditada devido a práticas repressivas herdadas dos períodos autoritários (FATTON, 2007). Nesse contexto, a MINUSTAH empreendeu uma reforma de grande envergadura para profissionalizar a PNH, apostando especialmente na formação, no acompanhamento operacional e na reestruturação das práticas de gestão de pessoal.

Um relatório do Conselho de Segurança destaca que a MINUSTAH formou mais de 14.000 agentes entre 2004 e 2016, com o apoio técnico da Polícia Civil da missão (UN, 2016). Essa formação visava fortalecer as competências técnicas dos policiais haitianos, com foco na gestão de multidões, na prevenção da violência sexual, nas investigações criminais e no respeito aos direitos humanos (UN, 2015). Módulos específicos foram desenvolvidos em parceria com o Escritório Integrado das Nações Unidas no Haiti (BINUH), o PNUD e outros parceiros internacionais. O gráfico a seguir ilustra a evolução dos efetivos da PNH entre 2004 e 2017, destacando os fluxos de recrutamento (ver figura 8).



8 — Gráfico: Evolução dos efetivos da PNH (2004–2017)

Fonte: Elaboração do autor com base em MINUSTAH (2017), ONU-DPKO, RNDDH.

O impacto dessas reformas, embora significativo a curto prazo, se revelou, contudo, limitado pela ausência de continuidade política, pela falta de financiamento nacional e pela persistência da corrupção nas instituições policiais (ICG, 2012). Apesar dos progressos registrados, a PNH permanecia, em 2020, pouco capaz de responder de forma eficaz ao aumento da insegurança, especialmente diante da ascensão de grupos armados nos bairros periféricos de Porto Príncipe (MSF, 2022).

Por um outro lado, a MINUSTAH desempenhou um papel central na organização e no apoio logístico aos processos eleitorais de 2006, 2010 e 2015. O apoio da missão ia

desde a segurança dos locais de votação até a formação dos agentes eleitorais, passando pela distribuição de materiais de votação, principalmente em zonas remotas (ONU, 2006; ONU, 2010). Esse dispositivo visava criar as condições para uma participação cidadã ampla e pacífica.

O papel da MINUSTAH no apoio eleitoral, no entanto, gerou inúmeras controvérsias. Em 2010, após o terremoto de 12 de janeiro, as eleições presidenciais e legislativas foram organizadas em um clima de profunda incerteza. Acusações de fraudes, intimidações e manipulações políticas surgiram, colocando em dúvida a credibilidade dos pleitos (DUPUY, 2014). O relatório do International Crisis Group (2011) assinala que “embora a MINUSTAH tenha fornecido apoio logístico e de segurança considerável, não conseguiu garantir a imparcialidade nem evitar as contestações massivas dos resultados” (ICG, 2011).

Em 2015, durante o último ciclo eleitoral apoiado pela MINUSTAH, ocorreram episódios de violência em vários locais de votação, comprometendo mais uma vez a credibilidade do processo. Apesar dos esforços realizados, uma parte significativa da população haitiana percebia a missão da ONU como cúmplice da ingerência internacional nos assuntos políticos nacionais (GORDON; WEBBER, 2011).

Esse duplo papel, tanto na segurança quanto no apoio eleitoral, revela uma tensão intrínseca na ação da MINUSTAH: ela de fato fortaleceu as capacidades materiais do Estado haitiano, mas nem sempre garantiu uma apropriação política e social local das reformas (ONU, 2023). Essa ambivalência é ainda mais acentuada pelo fato de que a retirada progressiva da MINUSTAH em 2017 deixou um vazio de segurança que as instituições locais não conseguiram preencher de forma eficaz .

Em suma, o apoio da MINUSTAH nas áreas de segurança e eleitoral teve efeitos contrastantes. Embora se possa reconhecer uma profissionalização parcial da PNH e uma contribuição decisiva nos processos eleitorais, esses avanços muitas vezes careceram de um enraizamento local duradouro, abrindo espaço para dinâmicas de dependência institucional e para uma contestação crescente da legitimidade da intervenção da ONU (ONU, 2023).

Programas de fortalecimento institucional permitiram melhorar parcialmente as capacidades administrativas do Estado. Entre os pilares centrais da intervenção da MINUSTAH estava o fortalecimento institucional, concebido como um elemento fundamental para a consolidação da paz e a reconstrução pós-conflito (ONU, 2023). Em um Estado historicamente fragilizado pela instabilidade política, fragilidade administrativa e desconfiança generalizada nas instituições públicas, a missão da ONU se empenhou em diversos programas destinados a reabilitar e profissionalizar a máquina estatal haitiana.

Esse processo, articulado em torno de treinamentos técnicos, estágios em unidades especializadas e parcerias com contingentes estrangeiros (notadamente brasileiros, canadenses e jordanianos), visava profissionalizar, entre outros, a PNH e fortalecer sua legitimidade institucional. A fotografia abaixo ilustra o acompanhamento dessas sessões de treinamento, revelando tanto a transferência de competências quanto os desequilíbrios de poder inerentes a uma supervisão externa prolongada (ver figura 9).



9 — Foto ou esquema: Treinamentos da PNH sob supervisão da MINUSTAH

Fonte:

<https://minustah.unmissions.org/une-formation-de-la-police-nationale-aux-droits-de-l'homme>

A estratégia de fortalecimento das capacidades institucionais estruturou-se em três eixos: (1) a formação do pessoal administrativo, (2) a modernização dos procedimentos de gestão pública e (3) o apoio à descentralização. Desde 2006, a MINUSTAH, em parceria com o Programa das Nações Unidas para o Desenvolvimento (PNUD) e a União Europeia, implementou um amplo programa de capacitação voltado aos funcionários haitianos nas áreas de administração pública, gestão orçamentária, transparência e controle interno (MINUSTAH, 2006).

Essas capacitações permitiram que centenas de quadros fortalecessem suas competências, especialmente nos ministérios do Interior, Economia e Finanças, assim como nas administrações locais. Um relatório do PNUD (2014) destaca que esses esforços contribuíram para a melhoria da formulação de políticas públicas e da qualidade da gestão administrativa em vários departamentos-chave, embora os desafios permaneçam quanto à sua sustentabilidade.

Paralelamente, a MINUSTAH apoiou a reforma das estruturas administrativas por meio da introdução de ferramentas de gestão orientada para resultados (GOR), da digitalização parcial dos serviços e da promoção da prestação de contas. Um exemplo notável é a assistência fornecida ao Tribunal Superior de Contas e Contencioso Administrativo (CSCCA), em termos de formação e desenvolvimento de indicadores de desempenho (NAÇÕES UNIDAS, 2011). Longe de serem neutras, essas intervenções refletem uma concepção tecnocrática da governança, centrada em padrões internacionais e frequentemente desconectada das dinâmicas locais. O esquema a seguir sintetiza os principais aspectos dessa estratégia institucional promovida pela MINUSTAH (ver figura 10).

Apoio institucional e projetos de fortalecimento estatal

Justiça

Eleições

Governança

Descentralização

10 — Apoio institucional e projetos de fortalecimento estatal

Fonte: Elaboração do autor com base na MINUSTAH (PNUD) MINUSTAH; PNUD (2009–2016)

O fortalecimento institucional também incluiu o apoio ao processo de descentralização, com acompanhamento das autoridades locais na elaboração do planejamento local e na mobilização de recursos fiscais. A implementação do Projeto de Apoio à Governança Local no Haiti (AGL), coordenado pela MINUSTAH, pelo PNUD e pelo Ministério do Interior, possibilitou a elaboração de 27 planos de desenvolvimento municipal entre 2012 e 2016 (PNUD, 2016). Esses planos contribuíram para estruturar os investimentos locais e aumentar a participação dos cidadãos na tomada de decisões públicas.

Entretanto, diversos relatórios apontam limitações importantes. A Inspeção Geral das Finanças (IGF) do Haiti destacou, por exemplo, a ausência de um verdadeiro mecanismo de coordenação entre doadores, ONGs e administrações locais, comprometendo a apropriação nacional dos programas (IGF, 2017). Além disso, a dependência prolongada da ajuda externa retardou a construção de uma liderança institucional autônoma, capaz de garantir a continuidade das reformas após a saída dos parceiros internacionais.

Assim, embora avanços significativos tenham sido alcançados em algumas áreas, o fortalecimento das capacidades administrativas do Estado haitiano sob a MINUSTAH permanece parcial e desigual. A complexidade dos desafios estruturais, aliada à baixa coordenação entre atores nacionais e internacionais, limitou a eficácia desses esforços a longo prazo. Esses constatados ressaltam a importância de uma estratégia de fortalecimento institucional ancorada nas realidades locais, baseada na apropriação pelos próprios atores haitianos e apoiada por parcerias equilibradas.

Foram também implementadas iniciativas de descentralização. Paralelamente, esforços significativos foram realizados em favor da descentralização administrativa. A MINUSTAH, em colaboração com o Ministério do Interior haitiano, financiou projetos-piloto em várias comunas visando transferir competências às autoridades locais, fortalecer sua capacidade de gestão e incentivar a participação cidadã. Esse processo concretizou-se especialmente com a adoção de planos de desenvolvimento municipal (PDC) em mais de 60 municípios, com apoio técnico do PNUD e da União Europeia (PNUD, 2013; UE, 2014).

No âmbito judicial, apesar das capacitações e apoios logísticos, a justiça haitiana permanece amplamente inoperante. A falta de independência, os atrasos processuais e a fragilidade dos meios estruturais pouco foram corrigidos pelas intervenções da missão (IJDH, 2017). Ao contrário, a coexistência de estruturas nacionais e internacionais na gestão dos assuntos públicos reforçou uma dualidade institucional, onde o Estado está simbolicamente presente, mas funcionalmente ausente.

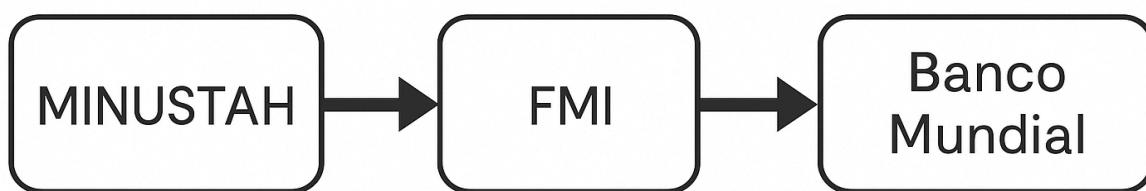
Apesar de alguns progressos, várias limitações foram identificadas. Por um lado, a instabilidade política e a falta de continuidade institucional dificultaram a sustentabilidade das reformas. Por outro, a dependência dos financiamentos externos contribuiu para fragilizar a autonomia do processo de fortalecimento institucional. O relatório de avaliação do Escritório Integrado das Nações Unidas no Haiti (BINUH) de 2019 observa que “a ancoragem local das reformas permanece insuficiente, e as mudanças institucionais continuam vulneráveis às dinâmicas políticas nacionais” (BINUH, 2019).

Dessa forma, longe de restaurar a autoridade do Estado haitiano, a MINUSTAH contribuiu para reconfigurá-lo como uma entidade dependente, gerida externamente. Embora os programas de fortalecimento institucional tenham melhorado parcialmente as capacidades administrativas do Estado, esses resultados devem ser relativizados diante dos desafios

estruturais persistentes. Eles ilustram as contradições de uma abordagem tecnocrática da governança, frequentemente orientada por padrões internacionais desconectados das realidades locais, e apontam para a necessidade de uma reconfiguração dos apoios futuros, centrada na soberania administrativa e na legitimação democrática.

A MINUSTAH contribuiu para uma série de projetos econômicos e sociais destinados a melhorar as condições de vida da população haitiana, especialmente em um contexto pós-terremoto e de crise prolongada. Essas iniciativas incluíram a reabilitação de infraestruturas (estradas, escolas, centros de saúde), a criação de programas de desenvolvimento comunitário e a promoção da autonomia local por meio de ações específicas. O PNUD destaca que “os projetos de desenvolvimento comunitário apoiados pela MINUSTAH permitiram fortalecer a resiliência econômica das comunidades através de programas de microfinanças e da criação de pequenas empresas locais” (PNUD, 2022, p. 11).

Os programas de ajuste estrutural impostos por instituições como o FMI e o Banco Mundial tiveram um impacto profundo na economia haitiana, especialmente pela privatização das empresas públicas e pela redução dos gastos públicos. Segundo um relatório do Banco Mundial, “os programas de ajuste estrutural impostos pelas instituições internacionais frequentemente levaram a uma privatização rápida e a cortes orçamentários drásticos, resultando em uma diminuição do acesso aos serviços sociais para os mais vulneráveis” (B.M., 2020, p. 14). O esquema a seguir mostra as interconexões entre a MINUSTAH, as instituições financeiras internacionais e o Estado haitiano (ver figura 11).



11 – Esquema : Articulação entre a MINUSTAH, FMI e Banco Mundial

Fonte: Elaboração do autor (2025).

Entre os projetos de infraestrutura, a reabilitação da Rodovia Nacional 2, que liga Porto Príncipe às regiões do sul do país, facilitou os deslocamentos, reduziu os custos de

transporte e melhorou o acesso aos serviços básicos. Esta estrada estratégica permitiu não apenas agilizar o comércio regional, mas também gerar milhares de empregos temporários nas áreas atravessadas (ONU, 2015). No entanto, esses efeitos positivos foram relativizados pela ausência de mecanismos de monitoramento e manutenção sustentável. Como observa o Escritório Integrado das Nações Unidas no Haiti, “a ausência de mecanismos de manutenção sustentável compromete a perenidade das infraestruturas reabilitadas” (BINUH, 2022). Esses projetos frequentemente se mostraram pontuais, dispersos e pouco articulados às políticas públicas nacionais, o que limita seu impacto estrutural.

Além das infraestruturas, a MINUSTAH implementou projetos de formação profissional para jovens e mulheres, visando desenvolver competências nas áreas de agricultura, artesanato, gestão de microempresas e construção civil. Foram oferecidos treinamentos em agricultura sustentável para revitalizar o setor rural. O relatório do Escritório das Nações Unidas indica que “essas formações visaram fortalecer a autonomia econômica dos jovens em áreas rurais, fornecendo-lhes ferramentas para enfrentar os desafios alimentares e climáticos” (ONU, 2016).

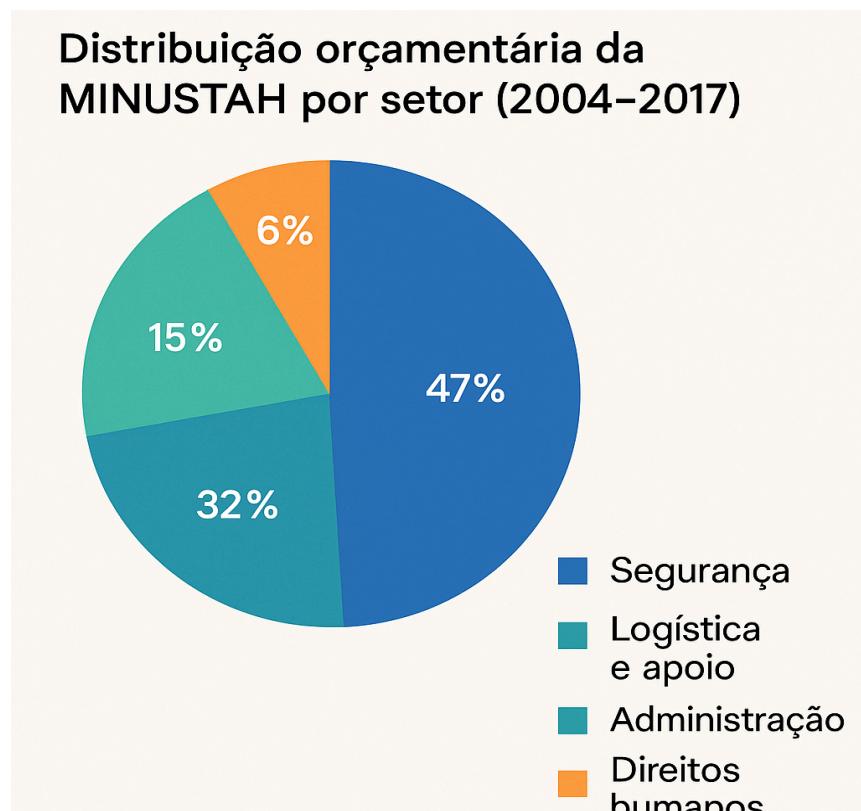
A falta de acesso ao crédito, a insuficiência de insumos agrícolas e a ausência de políticas públicas de apoio aos jovens empreendedores dificultaram a sustentabilidade desses programas. Foaleng e Mahamane ressaltam que “apesar de avanços pontuais, vários projetos de desenvolvimento sofreram com falta de financiamento e coordenação insuficiente com as autoridades locais” (FOALENG; MAHAMANE, 2015, p. 9).

Paralelamente, a missão apoiou programas de microfinanças e desenvolvimento comunitário em áreas urbanas vulneráveis. Em Porto Príncipe, alguns projetos possibilitaram o financiamento da criação de cooperativas artesanais e pequenas empresas familiares. Contudo, o impacto geral dessas ações permanece limitado devido a uma dependência crônica da ajuda internacional. Em 2021, as remessas da diáspora representavam ainda 23% do PIB haitiano (BANCO MUNDIAL, 2022), evidenciando a fragilidade das bases econômicas internas.

Por fim, a questão da apropriação local permanece central. Vários projetos foram implementados sem uma real consulta às comunidades envolvidas, limitando sua aceitação social. Depoimentos colhidos em avaliações participativas revelam que “os beneficiários se

sentiram excluídos dos processos decisórios, o que prejudicou a implementação e a continuidade das iniciativas” (IPI, 2018).

A análise da distribuição orçamentária da MINUSTAH permite evidenciar as prioridades efetivas da missão. Apesar da retórica do “desenvolvimento integrado” e da “estabilização multidimensional”, a grande maioria dos recursos foi alocada aos setores de segurança (tropas, logística militar, segurança interna). Essa alocação orçamentária reflete uma visão que prioriza a pacificação de curto prazo em detrimento de reformas estruturais mais profundas. O gráfico a seguir apresenta a distribuição setorial dos gastos da MINUSTAH entre 2004 e 2017, segundo dados oficiais da ONU (ver figura 12).



12 – Gráfico : Distribuição orçamentária da MINUSTAH por setor (2004–2017)

Fonte: Elaboração do autor (2025), com base em dados da ONU (2017)

Em resumo, os projetos econômicos e sociais promovidos pela MINUSTAH tiveram efeitos ambíguos. Embora tenham proporcionado melhorias pontuais em termos de

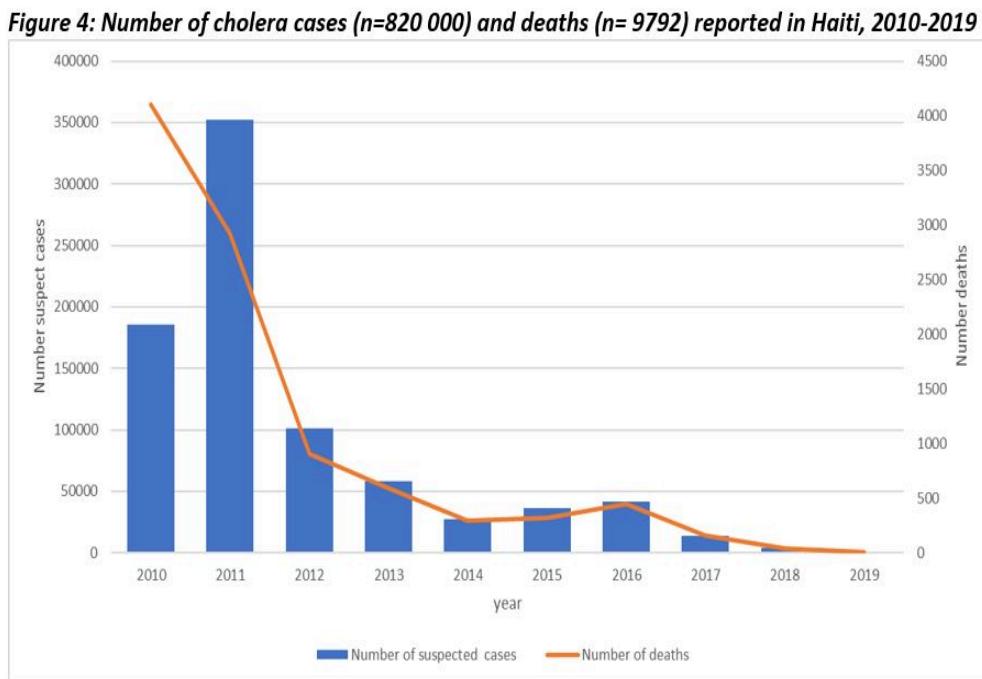
resiliência comunitária e acesso a serviços, sua sustentabilidade foi comprometida por fragilidades estruturais: falta de coordenação interinstitucional, dependência externa, ausência de enraizamento local e fragilidade dos mecanismos de acompanhamento. Esse balanço convida a repensar as políticas de desenvolvimento em contextos pós-conflito, privilegiando a co-construção, a transparência e a apropriação pelos próprios atores locais.

A Missão das Nações Unidas para a Estabilização no Haiti (MINUSTAH), implantada de 2004 a 2017, gerou reações ambivalentes entre a população haitiana. Enquanto alguns reconhecem seu papel na estabilização do país, outros criticam a falta de consulta aos atores locais e sua atitude percebida como paternalista. Uma pesquisa realizada por Gordon e Young (2011) revelou que 60% dos haitianos tinham uma opinião negativa ou ambígua sobre a missão, evidenciando uma desconfiança significativa em relação à presença da ONU (GORDON; YOUNG, 2011).

Para além dos balanços institucionais produzidos pelas Nações Unidas, é indispensável examinar a percepção que a população haitiana teve da MINUSTAH ao longo de sua atuação. Diversas pesquisas de opinião realizadas entre 2006 e 2016 por organismos independentes (RNDDH, ICG, Latinobarômetro) mostram uma evolução contrastante dessa percepção. Embora certos segmentos da população reconheçam um papel estabilizador inicial, o sentimento dominante permaneceu marcado pela desconfiança, frustração e rejeição, especialmente após as controvérsias ligadas à epidemia de cólera e aos abusos cometidos por soldados da paz.

Acusações graves mancharam a reputação da MINUSTAH. Casos de abusos sexuais, incluindo a exploração de menores por soldados do Sri Lanka, foram documentados, sem que os responsáveis fossem sistematicamente processados (HUMAN RIGHTS WATCH, 2018). Além disso, a gestão da epidemia de cólera introduzida no Haiti em 2010 foi fonte de controvérsias. Diversos estudos, entre eles o conduzido pelo médico epidemiologista Renaud Piarroux, estabeleceram uma ligação direta entre a epidemia e uma base da MINUSTAH ocupada por soldados nepaleses, implicando assim a responsabilidade da missão na propagação da doença (PIARROUX, 2011). Apesar das negações iniciais, estudos independentes confirmaram a responsabilidade direta das forças da ONU.

A curva a seguir traça a evolução epidemiológica da cólera de 2010 a 2017, destacando os picos de contaminação, a lentidão da resposta institucional e a persistência dos casos até o fim da missão (ver figura 13).



Data Source: Sitrep Cholera 9 October 2022, Haiti Ministry of Public Health and Population

13 – Curva epidemiológica: Evolução do número de casos e de óbitos relacionados à cólera no Haiti (2010–2017)

Fonte: MSPP (Haiti)

A falta de transparência e de mecanismos de prestação de contas reforçou o sentimento de desapossamento entre a população haitiana, alimentando a desconfiança em relação às instituições internacionais e destacando a necessidade de uma abordagem mais inclusiva e respeitosa das dinâmicas locais. Marina M. Adeodato destaca, a esse respeito, que “as missões de paz, embora essenciais para a estabilização de países pós-conflito, nunca deveriam comprometer os direitos fundamentais dos cidadãos locais, o que infelizmente foi o caso no Haiti” (ADEODATO, 2009, p. 143). Esses atos, que vão desde a exploração sexual até a violência contra menores, foram documentados por várias ONGs, incluindo a Human Rights Watch, e suscitaram forte reação entre a população haitiana, especialmente entre mulheres e jovens. A fotografia abaixo testemunha essa contestação cidadã, notadamente por

meio de manifestações que denunciam a impunidade dos militares estrangeiros e a ausência de reparação ou de justiça efetiva para as vítimas (ver figura 14).



14 –Foto : Manifestações contra os abusos sexuais cometidos pelos capacetes azuis

Fonte: HRW (2016)

Desde a retirada da Missão das Nações Unidas para a Estabilização no Haiti (MINUSTAH) em 2017, o país mergulhou em uma crise multidimensional marcada por instabilidade política, crescente insegurança e deterioração socioeconômica.

O assassinato do presidente Jovenel Moïse, em julho de 2021, intensificou o vazio político e constitucional, agravando as tensões internas e impedindo a realização de eleições legítimas (INTERNATIONAL CRISIS GROUP, 2021). Desde então, o governo de transição liderado por Ariel Henry não conseguiu organizar eleições gerais, o que contribuiu para uma perda generalizada de confiança nas instituições públicas. Simultaneamente, a ascensão dos grupos armados mergulhou Porto Príncipe em uma espiral de violência. Segundo o Conselho de Segurança das Nações Unidas, esses grupos controlam cerca de 80% da capital haitiana (ONU, 2024). Sequestros, homicídios e deslocamentos forçados de

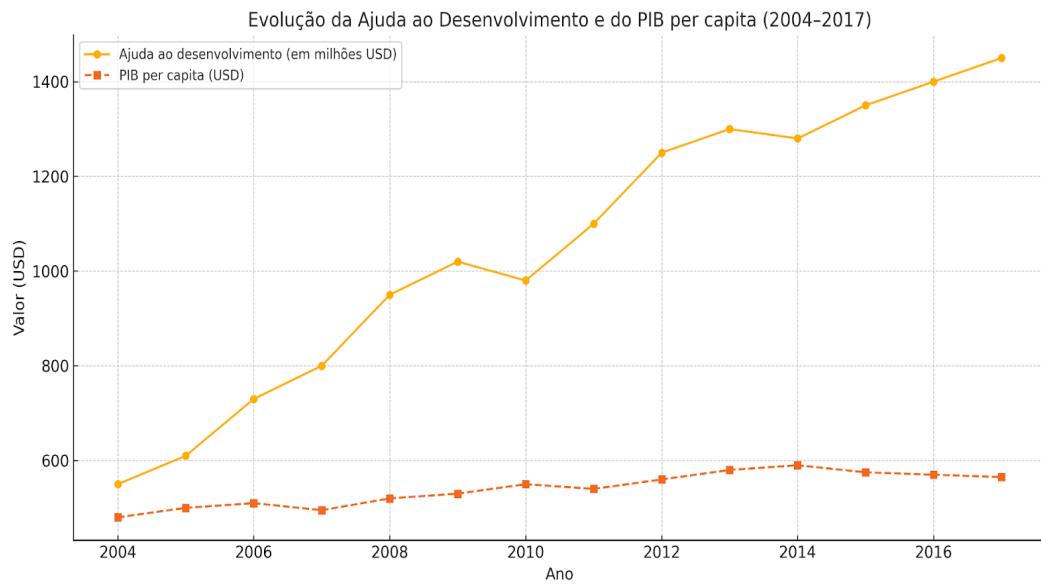
populações tornaram-se frequentes, enquanto as forças de segurança haitianas mostram-se amplamente sobrecarregadas.

No plano econômico, a situação é igualmente preocupante. O Banco Mundial indica que a economia haitiana apresenta uma contração contínua desde 2019, com uma taxa de inflação que ultrapassou 44% em 2023, afetando diretamente o custo de vida e a segurança alimentar das famílias (BANCO MUNDIAL, 2023). O Programa Mundial de Alimentos (PMA) informa que cerca de 5,7 milhões de pessoas no Haiti, ou quase metade da população, se encontram em situação de insegurança alimentar aguda (PMA, 2022).

Apesar dos esforços de fortalecimento institucional conduzidos durante a presença da MINUSTAH, as instituições haitianas mostraram-se incapazes de manter os avanços após o término da missão. A ausência de reformas estruturais duradouras, a falta de enraizamento local das políticas de desenvolvimento e a dependência da ajuda internacional contribuíram para o colapso progressivo do aparato estatal (FATTON, 2020).

Um dos paradoxos mais reveladores do modelo neoliberal aplicado ao Haiti entre 2004 e 2017 reside no descompasso estrutural entre o maciço afluxo de ajuda ao desenvolvimento e a estagnação persistente dos indicadores econômicos fundamentais, especialmente o PIB per capita. Essa situação ilustra uma dinâmica de dependência externa, na qual os recursos mobilizados servem principalmente para estabilizar o país no curto prazo, sem possibilitar uma verdadeira transformação produtiva ou institucional.

O gráfico abaixo relaciona a evolução da ajuda ao desenvolvimento recebida pelo Haiti com a do PIB per capita no mesmo período, destacando a dissociação crescente entre assistência e autonomização econômica (ver figura 15).



15 — Gráfico: Evolução da ajuda ao desenvolvimento e do PIB per capita (2004–2017)

Fonte: Elaboração do autor com base em dados do Banco Mundial, ONU, CEPAL.

Assim, o período pós-MINUSTAH é marcado não apenas pelo agravamento dos desafios de segurança e políticos, mas também pelo retorno a uma instabilidade sistêmica, evidenciando as falhas de uma intervenção internacional insuficientemente adaptada às realidades locais. A MINUSTAH, estabelecida de 2004 a 2017, desempenhou um papel crucial na prevenção (ou seja no adiamento) do colapso total do Estado haitiano. Contribuiu para a segurança de certas áreas, para a organização de eleições e para o fortalecimento de algumas instituições-chave, em especial a Polícia Nacional do Haiti (INTERNATIONAL PEACE INSTITUTE, 2018). Contudo, esses ganhos permaneceram frágeis, desigualmente distribuídos e pouco duradouros.

O déficit de legitimidade, a imposição de modelos exógenos e a ausência de apropriação nacional comprometeram a eficácia da missão (FIDH, 2009). Incidentes graves, como a introdução da epidemia de cólera por capacetes azuis nepaleses, amplamente documentada (UNITED NATIONS, s.d.), bem como os escândalos ligados a abusos sexuais, mancharam profundamente a reputação da MINUSTAH, alimentando um sentimento de perda e desconfiança entre a população haitiana.

No plano de segurança, apesar de alguns resultados terem sido alcançados, especialmente na redução temporária da violência urbana, os métodos coercitivos empregados frequentemente geraram tensões com os civis, questionando a vocação pacificadora da missão (HARVARD LAW, 2005). Institucionalmente, a MINUSTAH consolidou a presença e a influência do Core Group — composto pelos principais parceiros internacionais — nos processos decisórios haitianos, limitando assim a margem de autonomia das instituições nacionais (CHOMSKY, 2012; FREEDOM HOUSE, 2016).

No plano socioeconômico, os projetos de reconstrução sofreram com a falta de coordenação, durabilidade e apropriação local. Paralelamente, a dependência cada vez mais acentuada da ajuda externa não permitiu fortalecer as capacidades endógenas necessárias para um desenvolvimento sustentável. A economia haitiana permaneceu amplamente dependente das remessas da diáspora e dos financiamentos internacionais (BANCO MUNDIAL, 2022), ilustrando a ausência de transformação estrutural duradoura.

Essa experiência deixa aparecer, portanto, os limites das operações de paz padronizadas. A MINUSTAH não se inseriu apenas numa lógica de manutenção da ordem, mas também encarnou um modo de governança internacionalizada, baseado numa tecnocracia externa, frequentemente desalinhada das realidades sociopolíticas haitianas. Este capítulo, assim, revelou a assimetria fundamental entre os objetivos proclamados e os efeitos reais produzidos no terreno.

Em conclusão, a análise do caso haitiano convoca a uma reavaliação crítica do paradigma dominante das operações de paz, em especial de seus fundamentos ideológicos. A MINUSTAH, em sua configuração, oferece um exemplo paradigmático das tensões entre estabilização e soberania, entre assistência e imposição. Esse pensamento abre naturalmente o caminho para o capítulo seguinte, com foco na crítica ideológica do neoliberalismo nas intervenções internacionais, especialmente no âmbito das missões de paz da ONU.

A partir dessa constatação, o capítulo 4 se dedica a uma análise mais profunda das lógicas subjacentes à missão. Não se tratará mais apenas de constatar resultados ou fracassos, mas de compreender como esses efeitos são produto de uma racionalidade neoliberal integrada aos dispositivos contemporâneos da ONU.

Ao examinar os discursos, os dispositivos tecnocráticos, as prioridades de segurança e os modelos de governança difundidos pela MINUSTAH, este capítulo buscará

demonstrar que a missão não foi simplesmente “ineficaz” ou “mal adaptada”, mas que respondeu a uma agenda política e econômica global, na qual a estabilização prevalece sobre a transformação social, e a ordem institucional sobre a justiça. Essa crítica abre caminho, finalmente, para reflexões prospectivas sobre a reformulação das missões de paz à luz das exigências de soberania, justiça e participação cidadã.

Capítulo 4. O neoliberalismo nas abordagens da MINUSTAH

Este último capítulo é de importância estratégica para a compreensão crítica da argumentação central desenvolvida neste trabalho. Após expor os fundamentos jurídicos das missões de paz da ONU, explorar a evolução histórica das relações entre o Haiti e a ONU, e analisar os efeitos específicos da MINUSTAH nos âmbitos da segurança, institucional, econômico e político, torna-se essencial questionar o quadro ideológico que orientou toda a intervenção: o neoliberalismo.

Após treze anos de presença no Haiti, a MINUSTAH terminou oficialmente em outubro de 2017, marcando o fim de uma missão com resultados controversos. A saída dos contingentes de capacetes azuis deu lugar a uma série de cerimônias oficiais, muitas vezes divulgadas pela mídia internacional, mas recebidas com indiferença ou ceticismo por grande parte da população haitiana. A fotografia abaixo, extraída dos arquivos da ONU, ilustra esse momento de transição e encerra visualmente esse ciclo de intervenção internacional (ver figura 16).



16 – Fotografia : Saída dos capacetes azuis em 2017

Fonte: https://peacekeeping.un.org/sites/default/files/field/image/10-12-minustah-01_0.jpg

De fato, para além dos objetivos declarados de estabilização e reconstrução, haviam lógicas de gestão e governança profundamente influenciadas pelos princípios neoliberais. Compreender a natureza, o alcance e os limites dessa “*neoliberalidade*” nas abordagens da MINUSTAH é fundamental para avaliar a coerência e a eficácia da intervenção, assim como para formular recomendações duradouras e adequadas. Este capítulo tem, portanto, uma dupla função: por um lado, propor uma discussão crítica sobre as dimensões ideológicas da MINUSTAH através do prisma da neoliberalidade; por outro lado, extrair ensinamentos e formular propostas concretas visando melhorar futuras intervenções de manutenção da paz em contextos semelhantes.

No sistema internacional atual, a solidariedade entre Estados não se baseia mais apenas em princípios morais ou humanitários: ela é moldada por interesses estratégicos, econômicos e geopolíticos. Longe de qualquer concepção romântica fundada na “amizade entre as nações”, a linguagem diplomática privilegia hoje noções mais neutras, como a de “parceria”, que traduzem uma abordagem baseada em reciprocidade calculada. Nesse contexto, as missões de manutenção da paz das Nações Unidas (embora se apresentem como iniciativas técnicas a serviço da paz e da segurança) nunca estão totalmente desvinculadas das lógicas de interesse que prevalecem no Conselho de Segurança (CHANDLER, 2010).

A MINUSTAH, desdobrada no Haiti entre 2004 e 2017, é um exemplo emblemático. Oficialmente, seu objetivo era “prover, a título de apoio ao Governo de transição, a segurança e a estabilidade propícias ao bom andamento do processo constitucional e político no Haiti” (ONU, 2004, Resolução 1542). Contudo, uma leitura atenta do contexto internacional em que essa decisão foi tomada revela que as lógicas que presidiram essa intervenção iam muito além dos objetivos humanitários declarados. A missão se inseria, na realidade, num paradigma mais amplo de governança global, estruturado em torno dos princípios do neoliberalismo, promovidos pelas grandes potências que integram o Conselho de Segurança e respaldados pelas instituições financeiras internacionais (MENDELSON-FORMAN, 2006, p. 22).

Trata-se de questionar de que forma a missão, longe de se limitar à restauração da ordem pública ou ao apoio eleitoral, participou ativamente da reconfiguração do Estado haitiano segundo os padrões de uma governança tecnocrática, orientada pela privatização dos serviços públicos, pela liberalização econômica e pela redução do papel do Estado (PACE;

LUZINCOURT, 2009, p. 17; RELIEFWEB, 2017). Essas políticas foram implementadas em estreita colaboração com o FMI e o Banco Mundial, no âmbito de programas condicionados a reformas estruturais, frequentemente em contradição com as necessidades e aspirações das populações locais (BANCO MUNDIAL, 2018).

Se alguns efeitos pontuais da missão podem ser reconhecidos (como uma melhoria temporária da segurança urbana ou um apoio aos processos eleitorais) (ICG, 2017, p. 5), esses resultados permanecem amplamente insuficientes diante das transformações profundas que a MINUSTAH ajudou a instaurar. Ao promover uma visão gerencial do Estado, centrada na estabilidade institucional em detrimento da justiça social, a missão limitou a soberania nacional e reforçou a dependência do Haiti em relação às agendas internacionais. Essa abordagem frequentemente resultou na exclusão dos atores locais dos processos decisórios, alimentando um sentimento de perda política.

Por meio dessa análise, fica claro que a MINUSTAH não foi apenas uma resposta de segurança a uma crise nacional, mas também um instrumento de difusão das lógicas neoliberais em um contexto pós-conflito. Isso levanta uma questão central: as missões de paz, quando confundidas com políticas de reestruturação econômica impostas, podem realmente promover uma paz duradoura, inclusiva e respeitosa da soberania dos povos?

Para responder a essa questão, analisaremos inicialmente as principais características neoliberais que estruturaram a missão, tanto em sua concepção quanto em suas práticas concretas. A abordagem neoliberal não se limita a um corpus econômico: constitui um conjunto de princípios ideológicos estruturantes, que progressivamente influenciaram a forma como as missões internacionais abordam a reconstrução dos chamados Estados “*frágeis*”. Autores como Foucault (2004), Harvey (2005) e Chandler (2010) demonstraram que esse paradigma se baseia em noções-chave como privatização, responsabilização individual, redução do Estado e boa governança concebida como conformidade a normas técnicas.

O esquema abaixo sintetiza as lógicas neoliberais aplicadas às intervenções internacionais em contextos pós-conflito, conforme aparecem nos mandatos da ONU, notadamente no da MINUSTAH (ver figura 17).



17 – Esquema conceitual: Lógicas neoliberais nas intervenções internacionais

Fonte: Elaboração do autor (2025), com base em Foucault (2004), Harvey (2005), Chandler (2010)

4.1. As características neoliberais na orientação e nas práticas da MINUSTAH

As estratégias implementadas pela MINUSTAH (2004-2017) incorporaram princípios fundamentais do neoliberalismo, como a promoção do mercado livre, a privatização e a redução da intervenção do Estado. Apoiada por instituições internacionais como o FMI e o Banco Mundial, essas reformas tinham como objetivo estimular a economia haitiana, favorecendo investimentos estrangeiros e racionalizando os gastos públicos. No entanto, sua implementação, muitas vezes descontextualizada, teve repercussões significativas sobre as estruturas socioeconômicas e a qualidade de vida das populações vulneráveis.

No caso do Haiti, a MINUSTAH, apoiada pelas agências do sistema das Nações Unidas (PNUD, OEA, Banco Mundial), implementou uma série de dispositivos setoriais voltados para estabilizar a ordem, reformar as instituições, flexibilizar a economia e promover a “*boa governança*”. A tabela abaixo sintetiza esses dispositivos neoliberais, classificando-os por área de intervenção, indicando os mecanismos concretos, os atores envolvidos e os impactos observáveis no terreno (ver figura 18).

Uma operação multiforme de reconfiguração segundo padrões de mercado

Domínio	Mecanismos	Atores	Impactos
Segurança	pacificação de áreas violentas, reestruturação da Policia Nacional do Haiti (PNH)	MINUSTAH, Policia da ONU/OEA	autoridade publica ampliada polícia autónoma
Economia	desregulamentação, desestatização, incentivo aos investimentos	Banco Mundial, FMI	setores estratégicos cedidos ao mercado local
Governança	fortalecimento do judiciário, reforma do aparato, prestação de contas	PNUD, OEA, UE	manutenção de normas de governança “externas”

18 – Quadro: Principais dispositivos neoliberais implementados pela MINUSTAH (2004–2017)

Fonte: Elaboração do autor (2025), com base em MINUSTAH; PNUD; FATTON (2002); FARMER (2005)

Entre as reformas emblemáticas apoiadas no âmbito da MINUSTAH está a privatização progressiva de empresas públicas estratégicas, numa lógica de abertura econômica e redução do papel do Estado. Um dos exemplos mais significativos foi a venda, em abril de 2010, de 60% das ações da companhia nacional de telefonia, Telecomunicações do Haiti, S.A. (Teleco), para a empresa vietnamita Viettel, pelo montante de 59 milhões de dólares. Esse processo, apoiado pelo Banco Mundial e pelo FMI, fazia parte de uma estratégia para aumentar a competitividade do setor de telecomunicações e atrair investimentos estrangeiros diretos (B. MUNDIAL, 2018; GARRY, 2010). Contudo, essa operação gerou muitas críticas devido à perda do controle estatal haitiano sobre uma infraestrutura nacional estratégica, ilustrando as tensões entre a eficiência econômica promovida pelos doadores internacionais e a soberania estatal em um contexto pós-conflito. A privatização da Telecomunicações do Haiti (Téléco) em 2010, transferida para a Viettel, foi de fato uma transferência estratégica de ativos públicos para interesses estrangeiros sob a justificativa de modernização (B. MUNDIAL, 2018).

O setor portuário haitiano também passou por uma dinâmica marcada pela crescente privatização e pelo desenvolvimento de parcerias público-privadas, reduzindo progressivamente o papel do Estado na gestão das infraestruturas estratégicas. O porto de

Porto Príncipe, principal ponto de entrada das importações haitianas, é hoje administrado pela Caribbean Port Services (CPS), uma empresa privada. Em 2018, a CPS operou cerca de 180.000 unidades equivalentes a vinte pés (TEUs), para uma capacidade estimada em mais de 300.000 TEUs, ilustrando a tendência de delegar a gestão logística a operadores privados com o objetivo de eficiência e redução dos custos operacionais (CNUCED, 2020, p. 19; PROJECT CARGO WEEKLY, 2018).

Na mesma lógica, o desenvolvimento do porto de Lafito exemplifica o crescente envolvimento do capital privado nas principais infraestruturas econômicas do país. Este porto, construído sob um modelo de parceria público-privada, representa o primeiro terminal de contêineres padrão Panamax no Haiti, equipado com tecnologias avançadas e projetado para facilitar o comércio com os mercados internacionais. Segundo relatório do Banco Interamericano de Desenvolvimento (BID), o objetivo é melhorar a logística nacional e aumentar a atratividade do país para investimentos estrangeiros (BID, 2019, p. 63; PORTSIDE CARIBBEAN, 2015). Embora essas iniciativas façam parte de uma estratégia de modernização econômica, elas também contribuíram para marginalizar as capacidades de regulação e controle do Estado haitiano, limitando sua soberania sobre infraestruturas vitais.

Em 2009, o Haiti assinou o Acordo de Parceria Económica (APE) com a União Europeia, no contexto das relações entre os países do CARIFORUM e a UE. Este acordo visava facilitar o comércio mediante uma liberalização progressiva, incluindo uma redução gradual das tarifas aduaneiras sobre produtos europeus importados. O objetivo declarado era fortalecer a integração do Haiti no comércio internacional.

No entanto, essa abertura rápida do mercado haitiano prejudicou a indústria local, que passou a enfrentar uma concorrência estrangeira beneficiada por subsídios públicos e custos de produção mais baixos. Yves Thomas Lundy observa que “Um Estado que pretende assinar os Acordos de Parceria Económica (APE) com a União Europeia sem ter o perfeito domínio de sua política comercial e tarifária comete um erro monumental” (LUNDY, 2010, p. 88). Assim, a abertura do mercado haitiano favoreceu as importações, muitas vezes em detrimento dos produtores locais, que encontram dificuldades para competir com produtos subsidiados na Europa.

A lei Hemispheric Opportunity through Partnership Encouragement Act II (HOPE II), aprovada pelo Congresso dos Estados Unidos em 2008, ofereceu ao Haiti acesso

preferencial ao mercado americano para produtos têxteis. Este dispositivo, prorrogado até 2025, permitiu que empresas operando no Haiti exportassem para os EUA sem tarifas alfandegárias, com o objetivo de dinamizar o setor industrial local (UNITED STATES TRADE REPRESENTATIVE, 2023). Embora tenha efetivamente atraído investimentos, especialmente nas zonas francas, seus benefícios econômicos foram distribuídos de forma desigual. As grandes empresas privilegiaram mão de obra barata, sem um real desenvolvimento de competências, enquanto os produtores locais e as áreas rurais foram amplamente excluídos dos ganhos dessa abertura comercial (USTR, 2023).

Relatórios como o da Better Work Haiti também destacaram violações persistentes do direito do trabalho, apesar das obrigações de conformidade vinculadas às preferências comerciais (BETTER WORK, 2013). Além disso, a dependência das importações têxteis estrangeiras aumentou, sem um fortalecimento significativo da capacidade industrial nacional. Como ressalta Lundy (2015, p. 102), essa política contribuiu para “uma dependência maior do país em relação a uma dinâmica comercial externa, em detrimento do desenvolvimento de uma economia têxtil nacional integrada”.

No âmbito das reformas promovidas pela MINUSTAH e seus parceiros, a redução da intervenção do Estado haitiano foi incentivada por políticas de descentralização, visando fortalecer a governança local e melhorar a gestão dos recursos públicos. O objetivo principal era transferir algumas competências para os governos locais, a fim de aumentar sua autonomia administrativa e financeira. Contudo, a implementação dessas reformas enfrentou muitos obstáculos estruturais: uma crônica falta de recursos financeiros que limitou a capacidade dos governos locais de assumir suas novas responsabilidades; baixa coordenação entre os níveis de governança; e capacidades institucionais insuficientes em nível local (PNUD, 2013; BID, 2011).

Um programa conjunto entre o governo haitiano, a MINUSTAH e o Programa das Nações Unidas para o Desenvolvimento (PNUD), implementado em 2012, teve como objetivo fortalecer a governança local e a administração pública. Segundo o relatório do PNUD, o projeto melhorou a gestão dos recursos públicos, formou quadros locais e introduziu mecanismos de transparência em departamentos-chave (PNUD, 2013). Um avanço notável foi a implementação de consultas públicas e mecanismos de monitoramento de projetos locais, reforçando a participação cidadã. O relatório do Banco Interamericano de Desenvolvimento (BID) destaca que esses dispositivos estruturaram os esforços de

preservação ambiental ao integrar as comunidades locais na gestão dos recursos naturais (BID, 2011).

Em 2015, a MINUSTAH apoiou um projeto de fortalecimento das capacidades das comunidades em gestão administrativa e financeira. Esse projeto, documentado pelo PNUD, aprimorou competências em planejamento estratégico, orçamento local e transparência no uso dos fundos públicos (PNUD, 2016). Contudo, como nas demais iniciativas de descentralização, a falta de recursos humanos e financeiros limitou o alcance do projeto, impedindo sua sustentabilidade a longo prazo.

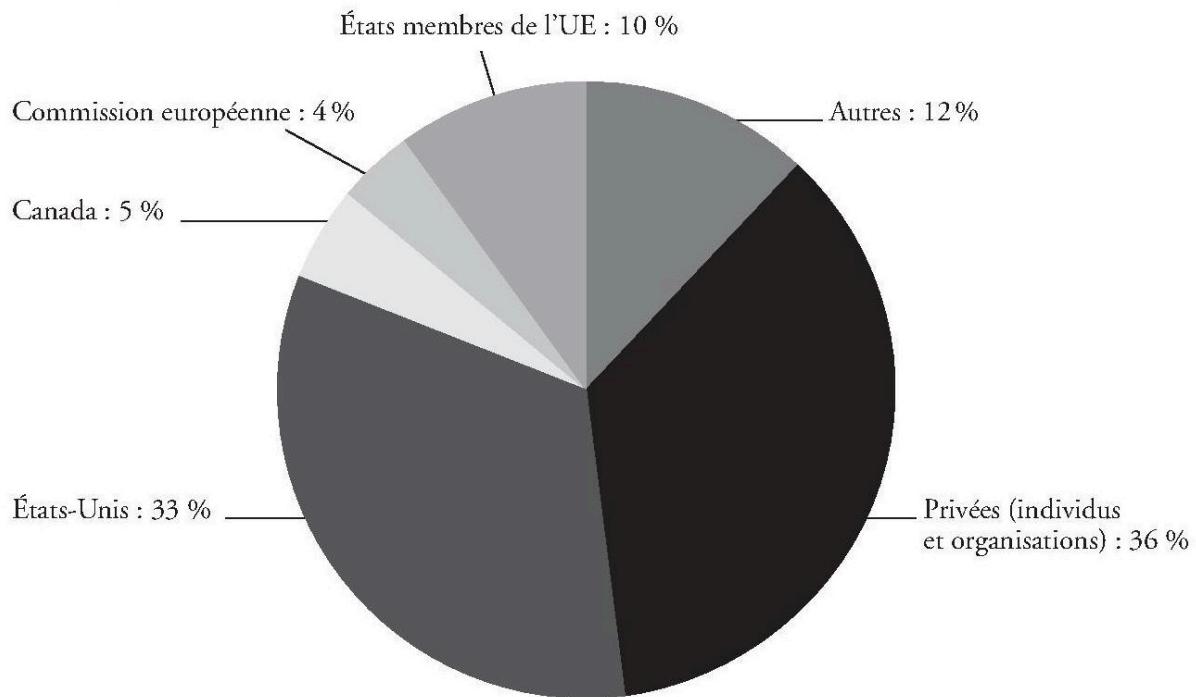
No âmbito das reformas econômicas apoiadas pela Missão das Nações Unidas para a Estabilização no Haiti (MINUSTAH), o país implementou uma série de medidas para reduzir os gastos públicos e racionalizar seu quadro orçamentário. Essas reformas incluíram a redução dos déficits orçamentários por meio de um controle rigoroso dos gastos públicos, a redução ou eliminação de subsídios a setores como o de energia, bem como uma reforma do serviço público para aumentar a eficiência administrativa e limitar os custos de gestão (FMI, 2015; B. MUNDIAL, 2017). As reformas do serviço público e a eliminação dos subsídios enfraqueceram a capacidade do Estado de responder às necessidades básicas, aumentando a desconfiança popular (FMI, 2011; MEF, 2014).

Em 2013, o Haiti aprovou uma nova Lei de Finanças com ênfase especial na redução dos déficits orçamentários e no controle dos gastos públicos. Essa lei tinha dois objetivos principais: fortalecer a mobilização das receitas fiscais melhorando a eficiência dos serviços de arrecadação de impostos, e otimizar o uso dos fundos públicos impondo regras de rigor orçamentário às administrações centrais e locais (MEF, 2014, p. 67).

No entanto, embora essas medidas tenham sido justificadas como necessárias para a estabilidade macroeconômica, também provocaram efeitos negativos, especialmente nos serviços sociais e no poder de compra das populações mais vulneráveis. Várias análises destacam que a redução dos subsídios e o aperto orçamentário enfraqueceram a capacidade do Estado de responder às necessidades básicas, sobretudo nos setores de saúde e educação (PNUD, 2018; ICG, 2014).

Após o terremoto devastador de 2010, o Haiti enfrentou uma situação econômica crítica, com o colapso de seu aparelho produtivo e uma necessidade urgente de financiamento. Em resposta, o FMI apoiou um programa de redução dos gastos públicos, incluindo cortes orçamentários direcionados, especialmente no setor público, e uma redução progressiva dos subsídios aos combustíveis, visando limitar o peso das ajudas estatais no orçamento nacional. Segundo um relatório do FMI, “esse programa tinha como objetivo estabilizar a economia após os impactos devastadores do terremoto, limitando os déficits e incentivando políticas orçamentárias mais responsáveis” (FMI, 2011, p. 89). Contudo, a eliminação dos subsídios provocou um aumento nos preços dos produtos essenciais, especialmente de combustíveis e transporte, afetando diretamente o custo de vida e o poder de compra das famílias haitianas.

O terremoto de 12 de janeiro de 2010 foi uma tragédia humanitária de grande magnitude, mobilizando uma ajuda internacional sem precedentes. Entretanto, essa mobilização também evidenciou as falhas sistêmicas no sistema de assistência, especialmente a marginalização do Estado haitiano na gestão dos recursos. De fato, menos de 1% da ajuda humanitária bilateral foi canalizada diretamente pelo governo haitiano, sendo a maior parte direcionada por organizações internacionais, ONGs estrangeiras e contratantes privados (RAMACHANDRAN; WALZ, 2012). O gráfico abaixo ilustra essa canalização extravertida da ajuda pós-terremoto, emblemática de um modo de intervenção alinhado aos princípios da governança neoliberal, onde o Estado é reduzido a um papel marginal (ver figura 19).



19 – Gráfico de pizza ou histograma: Canalização da ajuda pós-terremoto (2010)

Fonte: <https://books.openedition.org/editionsms/8341>

Em 2015, o Haiti iniciou uma reforma significativa da função pública no âmbito do Programa-Quadro de Reforma do Estado: modernização administrativa e descentralização 2012-2017, elaborado pelo Escritório de Gestão e Recursos Humanos (OMRH) com o apoio de instituições internacionais como o PNUD e o Banco Mundial. Essa reforma tinha como objetivo racionalizar as despesas públicas enquanto fortalecia a eficiência administrativa. Entre as medidas-chave estavam a revisão das tabelas salariais para alinhá-las às capacidades orçamentárias do Estado, a implementação de um sistema de avaliação de desempenho para detectar ineficiências na administração, assim como demissões seletivas destinadas a reduzir a massa salarial e otimizar a alocação dos recursos humanos (OMRH, 2012, p. 23-27; BANCO MUNDIAL, 2016, p. 102).

Embora essa reforma tenha contribuído para a racionalização de alguns postos orçamentários, também gerou tensões sociais devido às supressões de empregos na administração pública, o que fragilizou milhares de famílias dependentes dos salários do setor público.

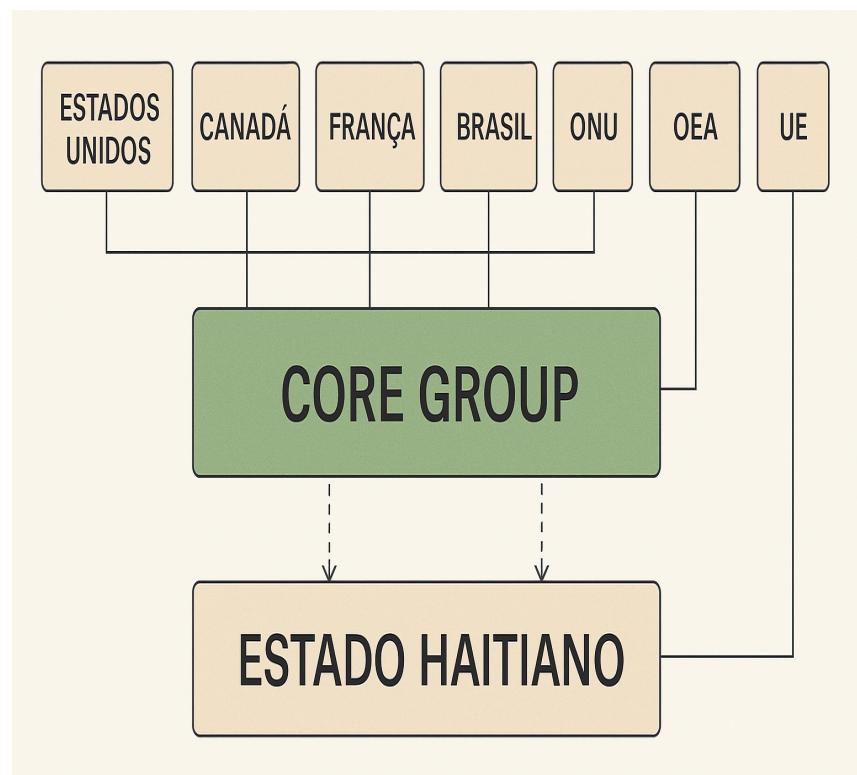
As abordagens adotadas nesse período se inseriam numa lógica neoliberal, focada na estabilização da moeda nacional (a gourde), no controle da inflação e no fortalecimento das reservas cambiais do país. A estabilidade monetária foi um pilar essencial para aumentar a confiança dos investidores, controlar a inflação e garantir a estabilidade dos preços. O principal objetivo era prevenir crises cambiais que pudessem comprometer o crescimento e a paz social. Essas políticas foram conduzidas em estreita colaboração com instituições financeiras internacionais como o FMI, o Banco Mundial e o Banco da República do Haiti (BRH). Como destaca um relatório do BRH: “a política monetária dos últimos vinte anos foi geralmente marcada pela preocupação de não desviar de um objetivo fundamental: a manutenção da estabilidade dos preços” (BRH, 2015, p. 112).

Nesse sentido, um programa de estabilização monetária foi lançado em 2007 com o apoio do FMI, visando principalmente reduzir a volatilidade das taxas de câmbio, limitar as flutuações do mercado monetário, conter a inflação e fortalecer a credibilidade das instituições financeiras para favorecer investimentos (Simon, 2017, p. 47). A dependência das importações, as crises econômicas internas e, sobretudo, as crises políticas comprometeram a eficácia dessas medidas. Assim, os esforços conjuntos da MINUSTAH, do BRH e do FMI para estabilizar a gourde fracassaram em evitar a forte volatilidade do mercado e a desvalorização repetida da moeda nacional (BRH, 2015; FMI, 2015). Como consequência, essas políticas aumentaram a vulnerabilidade econômica do Haiti. A taxa de pobreza permaneceu elevada, atingindo 59% da população em 2012, com 24% vivendo em extrema pobreza (Banco Mundial, 2014; PNUD, 2017). O coeficiente de Gini manteve-se em torno de 0,61, ilustrando uma forte concentração de riquezas (Banco Mundial, 2022). A pobreza persistente, as crescentes desigualdades e a fragilização das instituições evidenciam os efeitos deletérios de um modelo de estabilização desconectado das prioridades sociais (Banco Mundial, 2022; Transparency International, 2024).

Por fim, a governança foi fragilizada: as políticas percebidas como impostas externamente geraram desconfiança e rejeição. Em 2023, o Haiti estava classificado em 168º lugar entre 180 países no índice de percepção da corrupção (Transparency International, 2024). A erosão da legitimidade das instituições é um efeito colateral dessas abordagens tecnocráticas desconectadas da realidade local.

Nesse contexto de governança extravertida, a MINUSTAH, que constituía o braço visível do sistema da ONU no Haiti, contava com o apoio de uma estrutura informal, porém

influente: o Core Group. Composto por representantes de organizações internacionais e diplomacias estrangeiras (Estados Unidos, Canadá, França, Brasil, ONU, OEA, UE), o Core Group orientou silenciosamente as grandes diretrizes políticas do país e exerceu uma forma de governança de fato, contornando os mecanismos institucionais haitianos e ditando as principais decisões (nomeações, processos eleitorais, financiamentos). O esquema a seguir ilustra a estrutura hierárquica do Core Group, bem como seus principais canais de coordenação com o executivo haitiano, numa lógica de controle político sem legitimação democrática (ver figura 20).



20 – Organograma: Estrutura do Core Group e suas relações com o Estado haitiano

Fonte: Elaboração do autor (2025), com base em Hoffmann (2020), Schuller (2007), Relatórios do Escritório Integrado da ONU.

Em suma, a MINUSTAH, embora tenha contribuído para uma certa estabilização da segurança, inseriu-se em um paradigma neoliberal cujos impactos comprometeram os objetivos de desenvolvimento sustentável e de coesão social no Haiti. De fato, a MINUSTAH

aparece como um laboratório da governança neoliberal pós-conflito. Nesse sentido, ela reproduz o que Duffield (2007) qualifica como “segurança do desenvolvimento”: a imposição de uma ordem institucional estabilizada, compatível com os interesses dos doadores internacionais, em vez de um processo de paz ancorado nas prioridades locais.

Essas constatações, embora centradas no Haiti, não são excepcionais. Elas remetem a uma tendência mais ampla de difusão das normas neoliberais nos dispositivos de paz pós-conflito. Para melhor compreender a amplitude e a generalidade dessas lógicas, é necessário agora reposicionar a MINUSTAH em uma perspectiva comparativa, examinando outras missões de manutenção da paz que atuaram em contextos similares de fragilidade institucional.

4.2. Análise comparativa com missões em contextos semelhantes

Para compreender melhor as dinâmicas próprias à MINUSTAH, é essencial situá-la em um quadro comparativo internacional. Longe de ser uma exceção, essa missão insere-se numa tendência global das operações de manutenção da paz de integrar reformas neoliberais em seus mandatos. Essas missões, frequentemente percebidas como instrumentos técnicos de estabilização, tornam-se na realidade vetores de uma governança econômica externalizada e moldada segundo os padrões dos doadores internacionais. Essa abordagem comparativa permite evidenciar as semelhanças, divergências e os aprendizados retirados de diversas intervenções em contextos variados.

Experiências como as do Kosovo, Libéria, Serra Leoa ou Timor-Leste demonstram que a inserção de lógicas neoliberais em contextos pós-conflito não é exclusiva do caso haitiano. Essas experiências permitem avaliar a eficácia, a sustentabilidade das reformas e os impactos sociais das estratégias adotadas, ao mesmo tempo em que identificam desafios comuns como a reconstrução estatal, a redução das desigualdades e o fortalecimento das instituições locais (UNITED NATIONS, 2010; PEACE OPERATIONS TRAINING INSTITUTE, 2006).

As missões de paz da ONU seguiram trajetórias diversas em função dos contextos geopolíticos e das dinâmicas locais. A MINUSTAH, influenciada por agendas neoliberais, sobretudo em suas reformas econômicas, compartilha semelhanças com missões como a

realizada em Timor-Leste, entre outras, onde reformas econômicas apoiadas por instituições internacionais também geraram resistências locais e críticas quanto à sua sustentabilidade (DAL POZ, 2018).

A Libéria, onde a Missão das Nações Unidas (MINUL) foi implantada em 2003 após a segunda guerra civil, oferece um exemplo igualmente revelador. Embora a missão tenha permitido uma certa estabilização e um desarmamento parcial, ela também esteve acompanhada da abertura dos setores estratégicos à privatização, notadamente os de recursos naturais (florestas, minas, hidrocarbonetos), em benefício de interesses estrangeiros. Isso gerou uma marginalização crescente das comunidades locais e uma concentração de riquezas nas mãos de uma elite político-econômica estreitamente ligada aos doadores internacionais (GOLDBERG et al., 2018; CCFD-Terre Solidaire, 2014).

A Serra Leoa, que saiu de uma guerra civil em 2002, viu sua missão (MINUSIL) favorecer a liberalização do setor mineiro e a privatização de empresas públicas (reformas neoliberais). Embora isso tenha contribuído para a retomada econômica, a redistribuição de riquezas permaneceu extremamente desigual, e os efeitos positivos mal se materializaram para as populações rurais (WORLD BANK, 2019; DUBASQUE, 2024). Essas reformas, ao favorecerem a concentração dos recursos naturais nas mãos de alguns atores econômicos, limitaram consideravelmente os benefícios para as comunidades locais.

A Missão de Administração Interina das Nações Unidas no Kosovo (MINUK), implantada em 1999, constitui um precedente marcante. Rapidamente, a privatização das empresas públicas — especialmente nos setores de energia e telecomunicações — foi priorizada sob a direção da Kosovo Trust Agency. Essa dinâmica, embora tenha facilitado certos investimentos, teve como efeito a exclusão de muitos cidadãos kosovares dos circuitos econômicos, além de ter provocado tensões sociais crescentes devido ao aumento acelerado do desemprego (OLLURI, 2010; KNUDSEN, 2013).

O caso do Timor-Leste, com a Missão Integrada das Nações Unidas no Timor-Leste (UNMIT), revela uma lógica semelhante. As tentativas de diversificação econômica (reformas neoliberais), embora louváveis, permaneceram dependentes de um aumento da dependência em relação aos investimentos estrangeiros no setor petrolífero. Isso não apenas freou o desenvolvimento de um tecido econômico local autônomo, como também

reforçou as desigualdades entre as zonas rurais e urbanas (UNITED NATIONS, 2021; LUNDY, 2003).

No caso do Camboja, a missão pós-guerra civil também foi marcada por uma liberalização acelerada do mercado fundiário e do setor agrícola. Sob o pretexto de ajuda humanitária e reconstrução, vastas concessões econômicas foram atribuídas a empresas privadas, em detrimento de camponeses e comunidades indígenas, sem mecanismos robustos de consulta nem de compensação (UNU, 2005).

Esses exemplos mostram que a MINUSTAH não é um caso isolado. O recurso a instrumentos econômicos padronizados, ditados por uma lógica de atratividade para investidores internacionais, foi frequentemente acompanhado por uma atenção limitada às questões de justiça social, soberania local e participação democrática. Os mandatos multidimensionais, em vez de promoverem um equilíbrio entre segurança e desenvolvimento, às vezes privilegiaram uma concepção tecnocrática da paz, concebida como pré-requisito para o crescimento econômico, e não como resultado de um processo político endógeno.

Em todos esses casos, observa-se uma constante: as reformas neoliberais, mesmo quando ajustadas ao contexto, tendem a produzir efeitos ambivalentes. Elas visam à estabilidade macroeconômica e à integração nas cadeias de valor globais, mas frequentemente em detrimento da inclusão social, da soberania econômica e da consolidação de instituições democráticas legítimas. À semelhança do que ocorre no Haiti, esses modelos importados e com baixa participação tendem a gerar uma paz frágil, marcada por uma dependência duradoura em relação a lógicas externas.

A análise comparativa confirma que as lógicas neoliberais em ação no Haiti não são isoladas, mas sim características de um modelo dominante de intervenção internacional. Essas dinâmicas recorrentes de ingerência econômica, privatização e tecnocratização evidenciam a urgência de uma mudança de paradigma. Torna-se, portanto, necessário considerar uma refundação das missões de paz, mais respeitosas das soberanias, das necessidades locais e dos imperativos de justiça estrutural.

4.3. Repensar as missões de paz: propostas para uma refundação pós-neoliberal

À luz dos ensinamentos extraídos da experiência haitiana, torna-se imperativo repensar profundamente as modalidades das missões de manutenção da paz da ONU. A

análise crítica da MINUSTAH evidencia os limites de um modelo de intervenção padronizado, frequentemente desconectado das realidades locais e influenciado por uma lógica neoliberal. Em resposta a essas constatações, diversas linhas de reflexão podem ser formuladas com o objetivo de promover intervenções mais eficazes, legítimas e duradouras.

Em primeiro lugar, é essencial concentrar as missões no fortalecimento da soberania dos Estados beneficiários. Em vez de substituir suas próprias estruturas pelas dos países anfitriões, as operações onusianas devem priorizar o apoio às instituições nacionais, com uma lógica de transferência real de competências e consolidação da governança democrática. Esse recentramento implica também um respeito maior pelas dinâmicas políticas internas, frequentemente marginalizadas nos processos decisórios internacionais (MACGINTY, 2011).

Além disso, impõe-se uma abordagem mais contextualizada e participativa. A concepção dos mandatos das missões de paz deve basear-se numa avaliação precisa das necessidades expressas pelas comunidades locais e autoridades nacionais. As políticas impostas de maneira uniforme, sem levar em conta as particularidades socioculturais e históricas, devem ser abandonadas em favor de intervenções co-construídas, adaptadas aos contextos específicos nos quais se inserem (RICHMOND, 2009).

Também é necessário adotar uma perspectiva fundamentada na justiça estrutural. As missões não podem mais se limitar a objetivos securitários ou eleitorais. É urgente ampliar os critérios de avaliação dos resultados para incluir indicadores ligados à segurança humana, aos direitos sociais, à justiça e à inclusão de grupos marginalizados. Essa evolução permitiria medir melhor o impacto real das missões sobre a vida das populações envolvidas (PNUD, 2016).

A revisão das condicionalidades econômicas constitui outro desafio fundamental. Frequentemente, as missões de paz foram utilizadas como instrumentos de implementação de reformas econômicas impopulares, inspiradas por lógicas neoliberais. Para evitar esses desvios, é imprescindível que as políticas econômicas adotadas sejam elaboradas com a participação ativa dos atores locais e que tenham como prioridade a redução das vulnerabilidades sociais, e não a satisfação das exigências dos doadores (STIGLITZ, 2002).

Por fim, deve-se considerar um apoio reforçado às capacidades locais e ao desenvolvimento endógeno como um eixo central da estabilidade. Isso pressupõe

investimentos sustentados nos serviços públicos, na educação, no emprego local e no fortalecimento das instituições democráticas — condições indispensáveis para a apropriação duradoura dos processos de paz pelas próprias sociedades.

Também é necessário questionar a epistemologia e as relações de poder que estruturam as intervenções internacionais. Como lembra Achille Mbembe, “não pode haver universalidade sem o reconhecimento da pluralidade das formas de vida” (MBEMBE, 2016). As missões devem, portanto, integrar as trajetórias históricas e simbólicas dos povos envolvidos e abandonar a ideia de que um modelo único de governança ou de desenvolvimento possa ser imposto em todos os contextos. A refundação das missões de paz exige romper com a lógica unilateral do “dom da estabilidade” imposto do Norte ao Sul.

Essas seis orientações não constituem um programa fixo, mas sim um convite a repensar radicalmente os objetivos, os meios e os fundamentos éticos da ação internacional. No caso haitiano, elas permitiriam romper com o ciclo de intervenções ineficazes ou deslegitimadas e abrir caminho para uma solidariedade internacional verdadeiramente baseada na justiça, na dignidade e na autonomia dos povos.

Considerações finais

Ao longo desta dissertação, ficou evidente que as operações de manutenção da paz da ONU não podem ser vistas como ações neutras ou apenas técnicas. Elas refletem escolhas políticas e ideológicas, sobretudo a lógica neoliberal que, desde os anos 1990, orienta boa parte da governança global. O estudo da MINUSTAH no Haiti revelou como esse paradigma se materializa em reformas estruturais que reduzem o Estado, privatizam serviços essenciais e subordinam a reconstrução institucional a interesses externos, muitas vezes descolados da realidade social haitiana.

Essa constatação nos leva a uma reflexão importante: a paz, quando entendida apenas como estabilização ou contenção da violência, tende a ser frágil. No caso haitiano, a lógica tecnocrática da MINUSTAH produziu ganhos pontuais em segurança e no funcionamento administrativo, mas não conseguiu oferecer bases sólidas para uma soberania legítima. O Haiti se tornou exemplo dos riscos de aplicar modelos uniformes em contextos marcados por trajetórias históricas e culturais próprias.

Autores como Harvey (2005) ajudam a compreender esse processo ao explicar o neoliberalismo como um mecanismo global de **acumulação por despossessão**. Foucault (2008), ao desenvolver o conceito de governamentalidade, mostra como intervenções internacionais atuam não apenas nas instituições, mas também na formação de comportamentos e subjetividades, impondo padrões externos como se fossem universais. Já Galtung (1996) nos lembra que a ausência de guerra não basta: é necessário enfrentar violências estruturais e culturais, muitas vezes invisíveis, para alcançar uma paz positiva.

No campo metodológico, a escolha do **estudo de caso** — como destaca Yin (2001) — revelou-se pertinente para analisar dinâmicas complexas da intervenção. Esse método possibilitou conectar o micro (vida cotidiana, serviços públicos, legitimidade estatal) ao macro (agendas neoliberais, arquitetura institucional da ONU). Essa articulação mostra que as missões de paz devem ser compreendidas como parte de uma engrenagem internacional de poder, e não apenas como resposta a crises locais.

Outro ponto central é a distinção entre **governança e governabilidade**. No Haiti, a governança foi capturada por atores internacionais — Core Group, Conselho de Segurança, instituições financeiras —, enquanto a governabilidade interna permaneceu frágil, marcada pela incapacidade de transformar demandas sociais em políticas públicas. O paradoxo é

evidente: quanto mais normas e planos eram impostos de fora, menos capacidade o Estado tinha de responder às necessidades da população.

Essa experiência também nos convida a refletir sobre o futuro das operações de paz. A primeira questão é a própria estrutura do **Conselho de Segurança da ONU**, ainda presa a lógicas hierárquicas do pós-Segunda Guerra. Sem democratização das instâncias decisórias, dificilmente será possível construir missões legítimas aos olhos das sociedades que deveriam beneficiar (BADIE, 2011). O Haiti é a prova viva dos limites de um multilateralismo que reproduz assimetrias históricas.

A segunda questão é o papel das **potências emergentes**. A liderança brasileira na MINUSTAH revelou o dilema do Sul Global: reproduzir a lógica dominante ou propor alternativas solidárias. O Brasil experimentou protagonismo, mas também correu o risco de se alinhar a agendas alheias às necessidades haitianas. Essa experiência mostra a urgência de repensar a cooperação Sul–Sul como via para escapar da simples transposição de modelos do Norte (CASIMIR, 2011; HECTOR, 2014).

Por fim, é preciso olhar para o horizonte normativo. A paz não pode ser reduzida à ausência de violência; precisa ser construção de condições de vida digna, com justiça social, participação cidadã e respeito às trajetórias culturais. Mbembe (2016) lembra que não existe um único padrão universal de vida ou democracia; cada povo precisa ter voz para escrever sua própria história. O Haiti nos ensina, de maneira dolorosa, que não há atalhos técnicos para a paz: ela só se consolida quando nasce de dentro, com protagonismo popular e com raízes na soberania nacional.

Em suma, a pesquisa mostrou que o paradigma dominante das operações de paz carrega contradições profundas. Superá-las exige uma **refundação ética e política**: reconhecer a pluralidade das experiências, devolver centralidade à dignidade humana e repensar a governança global sob princípios de equidade e solidariedade. A experiência haitiana, ao mesmo tempo trágica e inspiradora, extrapola suas fronteiras nacionais e deixa uma lição clara: a paz só pode ser sustentável quando construída de dentro para fora, a partir da voz dos povos, de seus projetos coletivos e de sua própria capacidade de sonhar futuros possíveis.

ANEXO

Resolução S/RES/1542 (2004) – Estabelece a MINUSTAH (Missão das Nações Unidas para a Estabilização no Haiti). Conselho de Segurança da ONU, 30 abr. 2004. Disponível em: undocs.org/S/RES/1542(2004). Acesso em: 27 ago. 2025.

United Nations

S/RES/1542 (2004)

Security Council

Distr.: General /30 April2004

Resolution 1542 (2004)

Adopted by the Security Council at its 4961st meeting, on 30 April 2004

The Security Council,

Recalling resolution 1529 (2004) of 29 February 2004,

Welcoming the report of the Secretary-General on 16 April 2004 (S/2004/300) and supporting its recommendations,

Affirming its strong commitment to the sovereignty, independence, territorial integrity and unity of Haiti,

Deploring all violations of human rights, particularly against the civilian population, and urging the Transitional Government of Haiti (“Transitional Government”) to take all necessary measures to put an end to impunity and to ensure that the continued promotion and protection of human rights and the establishment of a State based on the rule of law and an independent judiciary are among its highest priorities,

Reaffirming also its resolutions 1325 (2000) on women, peace and security,¹³⁷⁹ (2001), 1460 (2003) and 1539 (2004) on children in armed conflicts, as well as resolutions 1265 (1999) and 1296 (2000) on the protection of civilians in armed conflicts,

Welcoming and encouraging efforts by the United Nations to sensitize peacekeeping personnel in the prevention and control of HIV/AIDS and other communicable diseases in all its peacekeeping operations,

Commending the rapid and professional deployment of the Multinational Interim Force (MIF) and the stabilization efforts it has undertaken,

Taking note of the Political Agreement reached by some key parties on 4 April 2004 and urging all parties to work without delay towards a broad political consensus on the nature and duration of the political transition,

Reiterating its call upon the international community to continue to assist and support the economic, social and institutional development of Haiti over the long term, and welcoming the intention of the Organization of American States (OAS), the Caribbean Community (CARICOM), and of the international donor community, as well as international financial institutions, to participate in those efforts,

Noting the existence of challenges to the political, social and economic stability of Haiti and determining that the situation in Haiti continues to constitute a threat to international peace and security in the region,

1. Decides to establish the United Nations Stabilization Mission in Haiti (MINUSTAH), the stabilization force called for in resolution 1529 (2004), for an initial period of six months, with the intention to renew for further periods; and requests that authority be transferred from the MIF to MINUSTAH on 1 June 2004;

2. Authorizes remaining elements of the MIF to continue carrying out its mandate under UNSCR 1529 (2004) within the means available for a transition period not exceeding 30 days from 1 June 2004, as required and requested by MINUSTAH;

3. Requests the Secretary-General to appoint a Special Representative in Haiti who will have overall authority on the ground for the coordination and conduct of all the activities of the United Nations agencies, funds and programmes in Haiti;

4. Decides that MINUSTAH will consist of a civilian and a military component in accordance with the Secretary-General's report on Haiti a civilian component will include a maximum of 1,622 Civilian Police, including advisers and formed units and a military

component to include up to 6,700 troops of all ranks; and requests further that the military component report directly to the Special Representative through the force commander;

5. Supports the establishment of a Core Group chaired by the Special Representative and comprising also his/her Deputies, the Force Commander, representatives of OAS and CARICOM, other regional and subregional organizations, international financial institutions and other major stakeholders, in order to facilitate the implementation of MINUSTAH's mandate, promote interaction with the Haitian authorities as partners, and to enhance the effectiveness of the international community's response in Haiti, as outlined in the Secretary General's report (S/2004/300);

6. Requests that in carrying out its mandate, MINUSTAH cooperate and coordinate with the OAS and CARICOM;

7. Acting under Chapter VII of the Charter of the United Nations with regard to Section I below, decides that MINUSTAH shall have the following mandate:

I. Secure and Stable Environment:

(a) in support of the Transitional Government, to ensure a secure and stable environment within which the constitutional and political process in Haiti can take place;

(b) to assist the Transitional Government in monitoring, restructuring and reforming the Haitian National Police, consistent with democratic policing standards, including through the vetting and certification of its personnel, advising on its reorganization and training, including gender training, as well as monitoring/mentoring members of the Haitian National Police;

(c) to assist the Transitional Government, particularly the Haitian National Police, with comprehensive and sustainable Disarmament, Demobilization and Reintegration (DDR) programmes for all armed groups, including women and children associated with such groups, as well as weapons control and public security measures;

(d) to assist with the restoration and maintenance of the rule of law, public safety and public order in Haiti through the provision inter alia of operational support to the Haitian National Police and the Haitian Coast Guard, as well as with their institutional strengthening, including the re-establishment of the corrections system;

(e) to protect United Nations personnel, facilities, installations and equipment and to ensure the security and freedom of movement of its personnel, taking into account the primary responsibility of the Transitional Government in that regard;

(f) to protect civilians under imminent threat of physical violence, within its capabilities and areas of deployment, without prejudice to the responsibilities of the Transitional Government and of police authorities;

II. Political Process:

(a) to support the constitutional and political process under way in Haiti, including through good offices, and foster principles and democratic governance and institutional development;

(b) to assist the Transitional Government in its efforts to bring about a process of national dialogue and reconciliation;

(c) to assist the Transitional Government in its efforts to organize, monitor, and carry out free and fair municipal, parliamentary and presidential elections at the earliest possible date, in particular through the provision of technical, logistical, and administrative assistance and continued security, with appropriate support to an electoral process with voter participation that is representative of the national demographics, including women;

(d) to assist the Transitional Government in extending State authority throughout Haiti and support good governance at local levels;

III. Human Rights:

(a) to support the Transitional Government as well as Haitian human rights institutions and groups in their efforts to promote and protect human rights, particularly of women and children, in order to ensure individual accountability for human rights abuses and redress for victims;

(b) to monitor and report on the human rights situation, in cooperation with the Office of the United Nations High Commissioner for Human Rights, including on the situation of returned refugees and displaced persons;

8. Decides that MINUSTAH in collaboration with other partners shall provide advice and assistance within its capacity to the Transitional Government:

(a) in the investigation of human rights violations and violations of international humanitarian law, in collaboration with the Office of the High Commissioner for Human Rights, to put an end to impunity;

(b) in the development of a strategy for reform and institutional strengthening of the judiciary;

9. Decides further that MINUSTAH shall coordinate and cooperate with the Transitional Government as well as with their international partners, in order to facilitate the provision and coordination of humanitarian assistance, and access of humanitarian workers to Haitian people in need, with a particular focus on the most vulnerable segments of society, particularly women and children;

10. Authorizes the Secretary-General to take all necessary steps to facilitate and support the early deployment of MINUSTAH in advance of the United Nations assumption of responsibilities from the Multinational Interim Force;

11. Requests the Haitian authorities to conclude a status-of-force agreement with the Secretary-General within 30 days of adoption of this resolution, and notes that pending the conclusion of such an agreement the model status-of-force agreement dated 9 October 1990 (A/45/594) shall apply provisionally;

12. Demands strict respect for the persons and premises of the United Nations and associated personnel, the OAS, CARICOM and other international and humanitarian organizations, and diplomatic missions in Haiti, and that no acts of intimidation or violence be directed against personnel engaged in humanitarian, development or peacekeeping work; demands further that all parties in Haiti provide safe and unimpeded access to humanitarian agencies to allow them to carry out their work;

13. Emphasizes the need for Member States, United Nations organs, bodies and agencies and other international organizations, in particular OAS and CARICOM, other regional and subregional organizations, international financial institutions and

non-governmental organizations to continue to contribute to the promotion of the social and economic development of Haiti, in particular for the long-term, in order to achieve and sustain stability and combat poverty;

14. Urges all the above-mentioned stakeholders, in particular the United Nations organs, bodies, and agencies to assist the Transitional Government of Haiti in the design of a long-term development strategy to this effect;

15. Calls on the Member States to provide substantial international aid to meet the humanitarian needs in Haiti and to permit the reconstruction of the country, utilizing relevant coordination mechanisms, and further calls upon States, in particular those in the region, to provide appropriate support for the actions undertaken by the United Nations organs, bodies and agencies;

16. Requests the Secretary-General to provide an interim report to the Council on the implementation of this mandate, and to provide an additional report prior to the expiration of the mandate, containing recommendations to the Council on whether to extend, restructure or reshape the mission to ensure the mission and its mandate remain relevant to changes in Haiti's political, security and economic development situation;

17. Decides to remain seized of the matter

REFERENCIAS

1.Livros

ADEODATO, Marina Machado. *Responsabilidade de missões de paz da ONU por violações aos Direitos Humanos*. 2009. Dissertação (Mestrado em Direito) – Universidade de São Paulo, São Paulo, 2009. Disponível em: <https://www.teses.usp.br>. Acesso em: 18 dez. 2024.

AKUNO, Kali. *Haiti, le néolibéralisme et les États-Unis*. PAPDA, 14 juin 2010. Disponível em: <https://www.papda.org/category/integration-alternative/politiques-neoliberales>. Acesso em: 20 dez. 2024.

ALPHONSE, Roberson. *L'urgence pour l'administration publique haïtienne de mieux dépenser ses modestes ressources*. *Le Nouvelliste*, 2016. Disponível em: <https://lenouvelliste.com/article/160663>. Acesso em: 23 dez. 2024.

AUGESTAD KNUDSEN, Rita. *Les neuf années de privatisation au Kosovo : résultats et défis*. Oslo : NUPI, 2010.

BADIE, Bertrand. *Le temps des humiliés : pathologie des relations internationales*. Paris : Fayard, 2014.

BADIE, Bertrand; VIDAL, Dominique. *Un monde d'inégalités*. Paris : Éditions La Découverte, 2016. Disponível em: https://www.editionsladecouverte.fr/un_monde_d_inegalites-9782707186829. Acesso em: 6 mar. 2025.

BARTHÉLEMY, Gérard. *L'univers rural haïtien : le pays en dehors*. Paris : Karthala, 1989.

BAYET, Camille. *Haiti : « La République des ONG »*. *Les Yeux du Monde*, 8 oct. 2019. Disponível em: <https://les-yeux-du-monde.fr/actualites-analysees/amerique/41812-haiti-republique-ong>. Acesso em: 9 dez. 2024.

BEAUVIOIR, John Miller. *In post-conflict Haiti, Brazil consolidates its status as regional actor*. Stimson Center, 2017. Disponível em: <https://www.stimson.org>. Acesso em: 7 fev. 2025.

BEAUVOIR, Mireille. *Haiti et la MINUSTAH : entre stabilisation et dépendance.* Port-au-Prince : C3 Éditions, 2017.

BELLAMY, Alex J.; HUNT, Charles. *Responsibility to protect and the international peace architecture in Haiti.* *International Affairs*, v. 91, n. 6, p. 1351-1368, 2015.

BELLAMY, Alex J.; WILLIAMS, Paul D. *Understanding peacekeeping.* 2. ed. Cambridge : Polity Press, 2015.

BIGO, Didier; GUILD, Elspeth. Policing in the name of freedom. In: Bigo, Didier; Tsoukala, Anastassia (eds.). *Terror, Insecurity and Liberty: Illiberal practices of liberal regimes after 9/11.* London: Routledge, 2005.

BONNEL, Guillaume; DE SÁ KIRCHKNOFP, Liliana. *Investissement à impact : des investissements privés en faveur du développement durable.* *La Vie économique*, 2024. Disponível em: <https://dievolkswirtschaft.ch/fr/2024/05/investissement-a-impact-des-investissements-prives-en-faveur-du-developpement-durable/>. Acesso em: 12 dez. 2024.

BOURDIEU, Pierre. *L'essence du néolibéralisme.* *Le Monde diplomatique*, mars 1998. Disponível em: <https://www.monde-diplomatique.fr/1998/03/BOURDIEU/3609>. Acesso em: 21 mar. 2025.

BROWN, Wendy. *Undoing the demos: neoliberalism's stealth revolution.* New York : Zone Books, 2015. Disponível em: <https://books.google.com/books>. Acesso em: 12 dez. 2024.

CASIMIR, Jean. *The Haitians: a decolonial history.* Chapel Hill : University of North Carolina Press, 2020.

CAVALCANTE, Fernando. *Sucesso ou fracasso? Uma avaliação dos resultados da MINUSTAH.* *e-cadernos CES*, n. 6, 2009. Disponível em: <http://journals.openedition.org/eces/342>. Acesso em: 18 dez. 2024.

CDC/WHO. Haiti Cholera Outbreak Report. Centers for Disease Control and Prevention & World Health Organization, 2019. Disponível em: https://en.wikipedia.org/wiki/2010s_Haiti_cholera_outbreak. Acesso em: 05 jul. 2025.

CHANDLER, David. *International statebuilding: the rise of post-liberal governance.* London : Routledge, 2010.

CHARLES, Jacqueline. *En Haïti, l'économie asphyxiée par la violence des gangs : « C'est à cause de l'insécurité que je m'en vais ».* Le Monde, 23 août 2024. Disponível em: <https://www.lemonde.fr/economie/article/2024/08/23/>. Acesso em: 7 fev. 2025.

CHEMILLIER-GENDREAU, Monique. *L'ONU confisquée par les grandes puissances. Le Monde diplomatique,* janv. 1996. Disponível em: <https://www.monde-diplomatique.fr/1996/01/>. Acesso em: 9 dez. 2024.

CHEMILLIER-GENDREAU, Monique. *L'ONU et la guerre : la souveraineté bafouée.* Paris : Fayard, 1996.

CHERY, Dady. *Haiti's State Phone Company Privatized.* Haiti Liberte, 22 maio 2010. Disponível em: <<https://www.dadychery.org/2010/05/22/haitis-state-phone-company-privatized/>>. Acesso em: 20 jul. 2025.

CHOSSUDOVSKY, Michel. *La mondialisation de la pauvreté et nouvel ordre mondial.* Montréal : Écosociété, 2003.

COLLIER, Paul. *Haiti: from natural disasters to economic security. International Development Report,* 2019. Disponível em: https://issuu.com/gcharleston/docs/haiti_collier_report-francais. Acesso em: 17 jun. 2024.

COLLIER, Paul. *Haïti : réforme et développement.* Rapport du Groupe de la Banque mondiale, 2009. Disponível em: <https://openknowledge.worldbank.org/handle/10986/1232>. Acesso em: 11 dez. 2024.

COLLIER, Paul. *Wars, guns, and votes: democracy in dangerous places.* New York : Harper Perennial, 2009.

CONCORDIA UNIVERSITY. *Haiti: Modernization Through Public-Private Partnerships – Case Study.* 2014. Disponível em: <https://uploads.concordia.net/2014/12/Haiti_Case_Study.pdf>. Acesso em: 20 jul. 2025.

DAGNE, Ted. *Haiti: Background and U.S. Policy. Congressional Research Service Reports*, 2009.

DARDOT, Pierre; LAVAL, Christian. *La nouvelle raison du monde : essai sur la société néolibérale*. Paris : La Découverte, 2009.

DARDOT, Pierre; LAVAL, Christian. *L'ombre du néolibéralisme*. Paris : La Découverte, 2010.

DOMERCANT, Dominique. *Haïti 1994-2024 : trois décennies d'alchimie de catastrophes naturelles*. Port-au-Prince : Publications Nationales, 2024.

DONINI, Antonio. *The Golden Fleece: Manipulation and Independence in Humanitarian Action*. Sterling : Kumarian Press, 2012.

DONAIS, Timothy. *Peacebuilding and Local Ownership: Post-Conflict Consensus-Building*. London : Routledge, 2012.

DORNIER, Claude. *Strates sociales et dynamiques économiques en Haïti*. Paris : L'Harmattan, 2019.

DORSINVILLE, Pierre. *Haïti : le néolibéralisme dans tous ses états*. Port-au-Prince : C3 Éditions, 2008.

DOUMBOUYA, Mohamed Lamine. *Accessibilité des services de santé en Afrique de l'Ouest : le cas de la Guinée*. Lyon : Université Lumière Lyon 2, 2008. Disponible sur : <https://shs.hal.science/halshs-00229696>. Consulté le : 12 déc. 2024.

DREYFUS, Françoise. *La réduction des dépenses publiques étant au centre des préoccupations, l'organisation des structures administratives.... Revue française d'administration publique*, n. 134, p. 860, 2010.

DREYFUS, Françoise. *La révision générale des politiques publiques, une conception néolibérale du rôle de l'État ? Revue française d'administration publique*, n. 136, 2010. Disponible sur : Cairn. Consulté le : 9 déc. 2024.

DI RAZZA, Namie. *L'ONU en Haïti depuis 2004 : ambitions et déconvenues des opérations de paix multidimensionnelles*. Paris : L'Harmattan, 2010.

- DUBOIS, Laurent. *Avengers of the New World: The Story of the Haitian Revolution.* Cambridge : Harvard University Press, 2004.
- DUBOIS, Laurent. *Haiti: The Aftershocks of History.* New York : Metropolitan Books, 2012.
- DUBASQUE, Jacques. *Le néolibéralisme et les missions de paix en Afrique : entre reconstruction et marginalisation.* Paris : L'Harmattan, 2024.
- DUFFIELD, Mark. *Development, Security and Unending War: Governing the World of Peoples.* London : Polity Press, 2007.
- DUFOIX, Stéphane. *La dépendance postcoloniale : les missions onusiennes en Haïti.* Paris : Karthala, 2020.
- DUFLO, Esther. *Repenser la pauvreté : un économiste à la poursuite des mécanismes de développement.* Paris : Seuil, 2012.
- DUPUY, Alex. *Haiti's Predatory Republic: The Unending Transition to Democracy.* Boulder : Lynne Rienner Publishers, 2002.
- DUPUY, Alex. *Haiti: From Revolutionary Slaves to Powerless Citizens: Essays on the Politics and Economics of Underdevelopment, 1804–2013.* London : Routledge, 2014.
- DUPUY, Alex. *Rethinking the Role of the International Community in Haiti's Political Crisis.* *Journal of Latin American Studies*, v. 53, n. 3, p. 501-523, 2021. Disponible sur : <https://doi.org/10.1017/S0022216X21000454>. Consulté le : 24 févr. 2025.
- DUPUY, Alex. *The Prophet and Power: Jean-Bertrand Aristide, the International Community, and Haiti.* Lanham: Rowman & Littlefield Publishers, 2007.
- DUPUY, Alex. *The MINUSTAH intervention in Haiti: A neo-colonial occupation?* *Latin American Perspectives*, v. 41, n. 5, p. 1-19, 2014. Disponible sur : <https://doi.org/10.1177/0094582X14548832>. Consulté le : 24 févr. 2025.
- DUVIVIER, Max U. *Trois études sur l'occupation américaine d'Haïti (1915–1934).* Préface de Michèle Duvivier Pierre-Louis. Édition revue et augmentée. Port-au-Prince: Revue de la Société Haïtienne d'Histoire, de Géographie et de Géologie, 2015.

ÉLIE, Jean Rénol. *Participation, décentralisation, collectivités territoriales en Haïti.* Port-au-Prince : L'Imprimeur II, 2008.

ÉTIENNE, Sauveur Pierre. Haïti : l'invasion des ONG. Montréal : Éditions du CIDIHCA, 1997. Disponível em: <https://classiques.uqac.ca/contemporains/ETIENNE_Pierre_Sauveur/Haiti_invasion_ONG/Haiti_invasion_ONG.html>. Acesso em: 12 jul. 2025.

FAO. *Impact of NAFTA on Agriculture and Rural Development in Mexico.* Disponible sur : <http://www.fao.org>. Consulté le : 12 déc. 2024.

FANFAN, Saintony. *Haïti, entre le monde rural et le monde urbain, une vie de détresse. Le Nouvelliste*, 12 mai 2020. Disponible sur : <https://lenouvelliste.com/article/215796>. Consulté le : 20 déc. 2024.

FARMER, Paul. *Pathologies of Power: Health, Human Rights, and the New War on the Poor.* Berkeley : University of California Press, 2003.

FASSBENDER, Bardo. *The United Nations Charter as the Constitution of the International Community.* Leiden : Martinus Nijhoff, 2006.

FERGUSON, James. *Global Shadows: Africa in the Neoliberal World Order.* Durham : Duke University Press, 2006. Disponible sur : <https://books.google.com/books>. Consulté le : 12 déc. 2024.

FICK, Carolyn. *Haïti, naissance d'une nation : la Révolution haïtienne, 1791-1804.* Rennes : Les Perséides, 2014.

FICK, Carolyn. *La Révolution haïtienne dans l'Atlantique révolutionnaire. Revue d'Histoire Haïtienne*, 2014. Consulté le : 10 janv. 2025.

FLOREXIL, Edwin. *Entretien avec Colonel Edwin Florexil, Coordonnateur de la CNDDR.* Commission Nationale de Désarmement, 2023.

FOALENG, Mpako O. ; MAHAMANE, Amadou. *La réforme du secteur de la sécurité en Haïti : enjeux et défis.* Paris : OCDE, 2015.

FOUCAULT, Michel. *Naissance de la biopolitique : cours au Collège de France (1978-1979)*. Paris : Gallimard/Seuil, 2004.

FORTIN, Katharina. *The Accountability of Armed Groups under Human Rights Law*. Oxford : Oxford University Press, 2020.

FREEDMAN, Rosa. *The United Nations Human Rights Council: A Critique and Early Assessment*. London : Routledge, 2018.

FREEDOM HOUSE. *Haiti Country Report*. Washington, D.C., 2016.

FRÉGUIN, Sandrine ; DEVIENNE, Sophie. *Libéralisation économique et marginalisation de la paysannerie en Haïti : le cas de l'Arcahaie*. *Revue Tiers Monde*, 2006. Disponible sur : <https://www.cairn.info/revue-tiers-monde-2006-3-page-621.htm>. Consulté le : 21 déc. 2024.

FRIEDMAN, Milton. *Capitalisme et liberté*. Paris : Gallimard, 1962. p. 45.

GALTUNG, Johan. *Peace by Peaceful Means: Peace and Conflict, Development and Civilization*. London : SAGE, 1996.

GEFFRARD, Francklyn. *Jean-Bertrand Aristide: Trente-trois ans depuis son élection historique à la présidence d'Haïti*. RHI News, 2023. Disponível em: https://www.rhinews.com/actualites/jean-bertrand-aristide-trente-trois-ans-depuis-son-electio_n-historique-a-la-presidence-dhaiti/. Acesso em: 07 jul. 2025.

GESTIMÉ, Martine ; MOREIRA, Júlio da Silveira. *Da Minustah ao caos : o papel das intervenções estrangeiras nas crises humanitárias do Haiti*. *Revista Intellector*, v. XXI, n. 41, 2024. Disponível sur : <https://www.revistaintellector.cenegri.org.br>. Consulté le : 18 déc. 2024.

GENTILI, Pablo. *O neoliberalismo como ideologia*. São Paulo : Boitempo, 2020.

GIRARD, Philippe R. *Haiti: the tumultuous history – from Pearl of the Caribbean to broken nation*. New York : Palgrave Macmillan, 2011.

GUERRA, Lucas ; BLANCO, Ramon. *A MINUSTAH como uma missão civilizatória : uma análise crítica da política internacional para a estabilização do Haiti*. *Revista de Estudos Internacionais*, v. 8, n. 3, 2017, p. 259-272.

GUERRA, Sergio ; BLANCO, Juan. *L'intensification d'une stratégie néolibérale... Revue des études latino-américaines*, n. 45, 2017, p. 268.

GRAY, Christine. *The Charter Limitations on the Use of Force: Theory and Practice*. In: LOWE, Vaughan; ROBERTS, Adam; WELSH, Jennifer; ZAUM, Dominik (Eds.). *The United Nations Security Council and War: The Evolution of Thought and Practice since 1945*. Oxford: Oxford University Press, 2008. p. 90.

HAITIAN HEALTH FOUNDATION. *Our history*. [S. l.]: Haitian Health Foundation, [s. d.]. Disponível em: <https://www.haitianhealthfoundation.org/our-history/>. Acesso em: 21 mar. 2025.

HALLWARD, Peter. *Damming the flood: Haiti and the politics of containment*. London: Verso, 2007.

HARVEY, David. *A brief history of neoliberalism*. Oxford: Oxford University Press, 2005.

HAYEK, Friedrich A. The use of knowledge in society. *American Economic Review*, v. 35, n. 4, p. 519-530, 1945. Disponível em: <https://www.econlib.org/library/Essays/>. Acesso em: 12 dez. 2024.

HECTOR, Michel. *Mouvements populaires et sortie de crise (XIXe - XXe siècles)*. Pouvoirs dans la Caraïbe, [s. l.], n. 10, 1998. Disponível en: <https://doi.org/10.4000/plc.557>. Acesso em: 6 jul. 2025.

HUTIN, Hervé. *Efficacité des programmes de reconstruction dans les sociétés post-conflictuelles*. 2012. Tese (Doutorado em Ciências Econômicas) – Université Pierre Mendès-France Grenoble II. Disponível em: <https://theses.hal.science/tel-00932461>. Acesso em: 12 set. 2024.

JAMES, C. L. R. *Les Jacobins noirs: Toussaint Louverture et la Révolution de Saint-Domingue*. Londres: Penguin Books, 2001. Disponível em: <https://books.google.com/>. Acesso em: 3 jan. 2025.

JEAN, Fritz. *Haiti: la République des élites économiques*. Port-au-Prince: C3 Éditions, 2017.

JEAN, Fritz Alphonse. Reconstruction économique et sociale après le séisme de 2010. *Le Nouvelliste*, 15 août 2015. Disponível em: <https://lenouvelliste.com/article/162734>. Acesso em: 20 dez. 2024.

JOACHIM, Dieudonné. Le bilan énergétique d'Haïti est catastrophique. *Le Nouvelliste*, 15 avr. 2016. Disponível em: <https://lenouvelliste.com/article/157860>. Acesso em: 20 dez. 2024.

KATZ, Jonathan M. *The big truck that went by: how the world came to save Haiti and left behind a disaster*. New York: Palgrave Macmillan, 2013.

KATZ, Jonathan M. U.N. admits role in cholera epidemic in Haiti. *The New York Times*, 17 août 2016. Disponível em: <https://www.nytimes.com/2016/08/18/world/americas/united-nations-haiti-cholera.html>. Acesso em: 17 dez. 2024.

KING, Carla et al. 'MINUSTAH is doing positive things just as they do negative things': nuanced perceptions of a UN peacekeeping operation amidst peacekeeper-perpetrated sexual exploitation and abuse in Haiti. *Conflict, Security & Development*, v. 21, n. 6, p. 691-712, 2021. Disponível em: <https://www.tandfonline.com/doi/full/10.1080/14678802.2021.1997453>. Acesso em: 19 dez. 2024.

KLEIN, Naomi. *La stratégie du choc : la montée d'un capitalisme du désastre*. Montréal : Leméac Éditeur/Actes Sud, 2007.

LAI, Daniela. *Intervention internationale et justice sociale en Bosnie-Herzégovine*. *Le Courrier des Balkans*, 2020. Disponible sur : <https://www.courrierdesbalkans.fr>. Consulté le : 9 déc. 2024.

LANAVE, Jean-Marc. *Haïti, ou, L'histoire d'un peuple*. Paris: Éditions L'Harmattan, 2011.

LAGUERRE, Michel S. *Voodoo and Politics in Haiti*. New York : Palgrave Macmillan, 1990.

LEMAY-HÉBERT, Nicolas; PALLAGE, Stéphane. *Développement endogène et limites de l'aide internationale en Haïti*. Actes du colloque sur le rôle des ONG en Haïti, 2012.

LEININGER, Julia. *Democracy and UN Peace-Keeping – Conflict Resolution Through State-Building and Democracy Promotion in Haiti*. SSRN, 2006. Disponível em: <https://ssrn.com/abstract=2046657>. Acesso em: 04 jul. 2025.

LIÉGEOIS, Michel. *Transition post-MINUSTAH et consolidation de la paix en Haïti : défis et leçons apprises*. Organisation Internationale de la Francophonie, 2021. Disponible sur : <https://www.observatoire-boutros-ghali.org>. Consulté le : 18 déc. 2024.

LOMBARDI, Marco. *Neoliberal Peacebuilding and UN Missions in Fragile States*. London : Palgrave Macmillan, 2018.

LUNDIN, Irene. *Public Services and Social Inequality in Haiti*. Geneva : UNRISD, 2007.

LUNDY, Pascal Pecos. *Haïti et les dynamiques du commerce international*. Port-au-Prince : CIDIHCA, 2015.

LUNDY, Pascal Pecos. *Timor-Leste : economic liberalization and its impacts*. Lisbonne : Lusotopie Press, 2003.

LUNDY, Yves Thomas. *Politique commerciale et développement en Haïti*. Port-au-Prince : C3 Éditions, 2010.

MAC GINTY, Roger. *Hybrid Peace: The Interaction Between Top-Down and Bottom-Up Peace*. *Security Dialogue*, v. 41, n. 4, 2010, p. 391–412.

MAC GINTY, Roger; RICHMOND, Oliver P. *The Local Turn in Peace Building: A Critical Agenda for Peace*. *Third World Quarterly*, v. 34, n. 5, 2013, p. 763–783.

MENDELSON-FORMAN, Johanna. *Security Sector Reform in Haiti*. *International Peacekeeping*, vol. 13, n° 1, 2006, p. 14-27.

MOREAU DE SAINT-MÉRY, Médéric Louis-Élie. *Description topographique, physique, civile, politique et historique de la partie française de l'île de Saint-Domingue*. Philadelphie : Chez l'auteur, 1797. Disponible via OpenEdition. Consulté le : 25 déc. 2024.

NAÇÕES UNIDAS. *Carta das Nações Unidas*. San Francisco, 1945.

NAÇÕES UNIDAS. *Relatório da Missão de Estabilização no Haiti – MINUSTAH*. Nova York, 2012.

NICOLAS, Alrich. *Le processus d'appauvrissement des classes moyennes en Haïti....* Conférence UNRISD, Genève, 2018. Disponible sur : <https://www.unrisd.org>. Consulté le : 20 déc. 2024.

OGATA, Sadako; SEN, Amartya. *Human Security Now: Final Report of the Commission on Human Security*. New York : United Nations, 2003.

OLIVIER, Djems. *Haïti : L'application de la politique néolibérale, remise en question par les secteurs sociaux*. CADTM, 2008. Disponible sur : <https://www.cadtm.org/Haiti-L-application-de-la-politique-neoliberale-remise-en-question-par-les-secteurs-sociaux>. Consulté le : 7 févr. 2025.

OLLURI, Vehbi. *Privatization in Kosovo: An Assessment of Economic and Social Impact*. Pristina : Kosovo Trust Agency, 2010.

ORVILD, Lafontaine. *État périphérique haïtien et ONG, une souveraineté liquéfiée*. Hermès, n. 89, 2022, p. 90-94. Disponível em: <https://www.cairn.info/revue-hermes-la-revue-2022-1-page-89.htm>. Acesso em: 6 jul. 2025.

PACE, Marie; LUZINCOURT, Ketty. *Cumulative Impact Case Study: Haiti's Fragile Peace*. CDA Collaborative Learning Projects, nov. 2009. Disponível sur : <https://www.cdacollaborative.org>. Consulté le : 17 févr. 2025.

PARIS, Roland. *Peacebuilding and Conflict Resolution*. Cambridge : Cambridge University Press, 2010.

PIARROUX, Renaud. *Choléra, Haïti 2010-2018 : Histoire d'un désastre*. Paris : CNRS Éditions, 2019.

PICKETTY, Thomas. *Les hauts revenus en France au XXe siècle : inégalités et redistributions, 1901-1998*. Paris : Grasset, 2001.

PIKETTY, Thomas. *Income Inequality in France, 1901–1998*. Discussion Paper No. 2876, Centre for Economic Policy Research, 2001.

PIKETTY, Thomas. *Le capital au XXIe siècle*. Paris : Seuil, 2013.

PODDER, Sukanya. *Peacekeeping, Statebuilding, and International Engagement in Haiti*. London : Routledge, 2018. Disponível sur : <https://www.routledge.com>. Consulté le : 28 févr. 2025.

POLÉON, Yves. *Agriculture et souveraineté alimentaire en Haïti : entre dépendance et alternatives*. Port-au-Prince : Éditions de l'Université d'État d'Haïti, 2015.

POULIGNY, Béatrice. *Peace Operations Seen from Below: UN Missions and Local People*. Londres : C. Hurst & Company, 2006.

POULIGNY-MORGANT, Béatrice. *La paix introuvable : Nations unies, interventions et sociétés civiles en Haïti*. Paris : Éditions de la Maison des Sciences de l'Homme, 2024.

PUGH, Michael. *Liberal Internationalism: The Problems and Pitfalls of Peacebuilding. Conflict, Security & Development*, v. 11, n. 1, 2011, p. 9-25.

PUGH, Michael. *Peacekeeping and Critical Theory*. *International Peacekeeping*, v. 11, n. 1, 2006, p. 39–58.

RODRIGUEZ, Junius P. *The Historical Encyclopedia of World Slavery*. Santa Barbara : ABC-CLIO, 2005.

RODRIK, Dani. *The Globalization Paradox: Democracy and the Future of the World Economy*. New York : Norton, 2011.

SASSEN, Saskia. *Territory, Authority, Rights: From Medieval to Global Assemblages*. Princeton : Princeton University Press, 2006.

SCHILLER, Nina Glick; FOURON, Georges. *Georges Woke Up Laughing: Long-Distance Nationalism and the Search for Home*. Durham : Duke University Press, 2001.

SCHMIDT, Hans. *The United States Occupation of Haiti, 1915–1934*. New Brunswick, NJ : Rutgers University Press, 1995. Disponible sur : <https://archive.org/details/occupationofhaiti>. Consulté le : 17 janv. 2025.

SCHULLER, Mark. *Humanitarian Aftershocks in Haiti*. New Brunswick : Rutgers University Press, 2016.

SCHULLER, Mark. *Haiti's 200-Year Ménage-à-Trois: Globalization, the State, and Civil Society*. Caribbean Studies, v. 35, n. 1, p. 141–179, jan./jun. 2007. Disponível em: <https://www.redalyc.org/pdf/392/39235105.pdf>. Acesso em: 6 jul. 2025.

STABILITY JOURNAL. *Second-Generation SSR or Unending Violence in Haiti?* Stability: International Journal of Security & Development, [S. l.], v. 11, n. 1, 2022. Disponível em: <https://stabilityjournal.org/articles/10.5334/sta.668>. Acesso em: 04 jul. 2025.

STIGLITZ, Joseph E. *Globalization and Its Discontents*. New York : W.W. Norton & Company, 2002.

STIGLITZ, Joseph. *Les inégalités sont un choix!* Revue Gestion HEC Montréal, 12 oct. 2016. Disponible sur : <https://www.revuegestion.ca/joseph-stiglitz-les-inegalites-sont-un-choix>. Consulté le : 9 déc. 2024.

THAKUR, Ramesh. *The United Nations, Peace and Security: From Collective Security to the Responsibility to Protect*. Cambridge : Cambridge University Press, 2006.

THOMAS, Frédéric. *Comment Haïti est devenue la « république des ONG »*. Centre tricontinentale, 9 janv. 2020. Disponible sur : <https://cetri.be/Comment-Haiti-est-devenu-la>. Consulté le : 14 déc. 2024.

TROUILLOT, Michel-Rolph. *Haiti: State Against Nation. The Origins and Legacy of Duvalierism*. New York : Monthly Review Press, 1990.

VERNA, Chantalle F. *Haiti, the Rockefeller Foundation, and UNESCO's Pilot Project in Fundamental Education, 1948–1953. Diplomatic History*, v. 40, n. 2, avr. 2016, p. 270. Disponible sur : <https://www.jstor.org/stable/26376749>. Consulté le : 14 déc. 2024.

WACQUANT, Loïc. *Punir les pauvres : Le gouvernement néolibéral de l'insécurité sociale*. Durham : Duke University Press, 2009. Disponible sur : <https://books.google.com/books>. Consulté le : 12 déc. 2024.

WEINSTEIN, Jeremy M. *Inside Rebellion: The Politics of Insurgent Violence*. Cambridge : Cambridge University Press, 2007.

WILSON, Samuel M. *Hispaniola: Caribbean Chiefdoms in the Age of Columbus*. Tuscaloosa : University of Alabama Press, 1990.

WILLIAMS, Paul D. *Fighting for Peace in Somalia: A History and Analysis of the African Union Mission (AMISOM), 2007-2017*. Oxford : Oxford University Press, 2018. Disponible sur : <https://academic.oup.com/book/35420>. Accès le : 28 févr. 2025.

WILLIAMS, Paul D. *Peace Operations in Africa: A Decade of Lessons Learned. African Affairs*, vol. 109, n° 436, 2010. Disponible sur : <https://academic.oup.com>. Consulté le : 18 déc. 2024.

WILLIAMS, Paul D. *Understanding Peacekeeping*. Cambridge : Polity Press, 2015. ISBN : 9780745664195.

WOODWARD, Susan. *State and Privatization*. New York : Columbia University Press, 2010. p. 142.

WOODWARD, Susan. *The IFIs and Post-Conflict Political Economy*. In : BERDAL, Mats; ZAUM, Dominik (dir.). *Political Economy of Statebuilding: Power After Peace*. New York : Routledge, 2013.

2. Artigos online, imprensa, relatórios e sites

AGÊNCIA BRASIL. Exército brasileiro amplia participação em missões de paz. EBC, 2 jan. 2014. Disponível em:

<https://agenciabrasil.ebc.com.br/geral/noticia/2014-01/exercito-brasileiro-amplia-participacao-em-missoes-de-paz>. Acesso em: 20 abr. 2024.

AKUNO, Kali. Haïti, le néolibéralisme et les États-Unis. Pambazuka News, 14 juin 2010. Disponível em: <https://www.papda.org>. Acesso em: 25 mar. 2025.

AMNESTY INTERNATIONAL. Deaths continue as MINUSTAH fails to protect civilians. Londres : Amnesty International, 2006. Disponible sur : <https://www.amnesty.org/en/wp-content/uploads/2021/08/amr360042006en.pdf>. Accès le : 27 févr. 2025.

AMNESTY INTERNATIONAL. Don't turn your back on the people of Haiti. Londres : Amnesty International, 2014. Disponible en: <https://www.amnesty.org/en/documents/amr36/001/2014/en/>. Acesso em: 12 mar. 2024.

BANQUE DE LA RÉPUBLIQUE D'HAÏTI. *Rapport annuel 2015*. Port-au-Prince : BRH, 2015. Disponible sur : <https://www.brh.ht/publications/rapport-annuel-2015.pdf>. Accès le : 31 mars 2025.

BANQUE MONDIALE. *Analyse de la balance commerciale haïtienne*. Washington, DC : Banque mondiale, 2021.

BANQUE MONDIALE. *Enquête sur les établissements de santé en Haïti : 2016*. Washington, DC : Banque mondiale, 2016. Disponible sur : <https://documents.worldbank.org>. Consulté le : 23 déc. 2024.

BANQUE MONDIALE. *Haïti : investir dans l'humain pour combattre la pauvreté*. Washington, DC : Banque mondiale, 2014. Disponible sur : <https://documents.worldbank.org/curated/en/222901468029372321/pdf/944300v10REPLA0sment0EN0web0version.pdf>. Accès le : 4 avr. 2025.

BANQUE MONDIALE. *Haïti : rapport sur la situation économique en Haïti 2024*. Port-au-Prince : Banque mondiale, 2024. Disponible sur : <https://www.banquemonde.org/fr/country/haiti>. Accès le : 4 avr. 2025.

BANQUE MONDIALE. *Haïti : rapport sur l'aide internationale en Haïti*. Washington, DC : Banque mondiale, 2021.

BANQUE MONDIALE. *Haïti : vers une croissance inclusive et résiliente – Rapport de diagnostic systémique de pays*. Washington, D.C. : Banque mondiale, 2018. Disponível em : <https://documents.worldbank.org>. Acesso em : 31 mars 2025.

BANQUE MONDIALE. *Haïti : vers une meilleure allocation des ressources publiques dans les secteurs sociaux*. Washington, DC : Banque mondiale, 2017.

BANQUE MONDIALE. *Haïti : vers une nouvelle approche pour la réduction de la pauvreté*. Washington, DC : Banque mondiale, 2024. Disponível em : <https://www.banquemondiale.org/fr/news/feature/2024/01/15/haiti-toward-a-new-approach-to-poverty-reduction>. Acesso em : 6 mars 2025.

BANQUE MONDIALE. *Haïti : vers une protection sociale plus efficace*. Washington, DC : Banque mondiale, 2012. Disponível em : <https://documents.worldbank.org>. Acesso em: 26 mars 2025.

BANQUE MONDIALE. *Mieux dépenser pour mieux soigner : un regard sur le financement de la santé en Haïti*. Washington, DC : Banque mondiale, 2017. Disponível em : <https://www.worldbank.org>. Acesso em: 23 dez. 2024.

BANQUE MONDIALE. *Pauvreté et inclusion sociale en Haïti*. Washington, DC : Banque mondiale, 2014.

BANQUE MONDIALE. *Rapport sur la gestion des ressources naturelles en Haïti*. Washington, DC : Banque mondiale, 2021.

BANQUE MONDIALE. *Rapport sur la pauvreté et les inégalités en Haïti*. Washington, DC : Banque mondiale, 2017.

BANQUE MONDIALE. *Rapport sur les indicateurs de développement mondiaux*. Washington, DC : Banque mondiale, 2016. Disponível em : <https://data.worldbank.org>. Acesso em: 23 déc. 2024.

BETTER WORK HAITI. *11th Biannual Synthesis Report under the HOPE II Legislation*. Port-au-Prince: Better Work Haiti, 2013. Disponível em: https://betterwork.org/wp-content/uploads/11EN-BWH_HOPE-II_11th_Synthesis_Report-1.pdf. Acesso em: 1 maio 2025.

CADTM. *Haïti : l'application de la politique néolibérale, remise en question.* 2008. Disponível em : https://www.cadtm.org/IMG/article_PDF/article_3285.pdf. Acesso em : 6 mars 2025.

CALENDA. *Transition humanitaire : les enjeux de l'autonomie et de l'action locale.* 2022. Disponível em : <https://calenda.org/1003931>. Acesso em : 23 mars 2025.

CARE INTERNATIONAL. *CARE's Humanitarian Work in Haiti.* 2023. Disponível em : <https://www.care.org/our-work/where-we-work/haiti/>. Acesso em : 23 mars 2025.

CCFD – TERRE SOLIDAIRE. *Industries extractives : vers plus de transparence.* Disponível em : <https://ccfd-terresolidaire.org/industries-extractives-vers-plus-de-transparence/>. Acesso em : 6 mars 2025.

CE-JILAP. *Commission épiscopale nationale Justice et Paix : Présentation et missions.* Disponível em : https://fr.wikipedia.org/wiki/Commission_%C3%A9piscopale_nationale_Justice_et_Paix. Acesso em: 17 mars 2025.

CEPAL. *La Misión de Estabilización de las Naciones Unidas en Haití: un estudio sobre la reconstrucción institucional y la cooperación internacional.* Santiago : CEPAL, 2012. Disponivel em : <https://www.cepal.org/es/publicaciones/3888-la-mision-estabilizacion-naciones-unidas-haiti-un-estudio-la-reconstruccion>. Acesso em : 18 fév. 2024.

CEPALC. *Impact socioéconomique de la dégradation des terres en Haïti et interventions pour la réhabilitation du milieu cultivé.* Santiago : Nations Unies, 2009. Disponível em : https://www.cepal.org/sites/default/files/publication/files/3740/S2009235_fr.pdf. Acesso em: 20 dez. 2024.

CHOMSKY, Noam. *Market democracy in a neoliberal order: doctrines and reality.* 1997. Disponível em : <https://chomsky.info/profit03/>. Acesso em : 4 avr. 2025.

CNUCED. *Étude sur les politiques économiques et la privatisation en Haïti.* Genève : Conférence des Nations Unies sur le commerce et le développement, 2019.

CNUCED. *Rapport sur l'investissement en Amérique latine et les Caraïbes*. Genève : CNUCED, 2021.

COLETIVO DE COMUNICAÇÃO DA RESISTÊNCIA. *Haiti: a sombra da MINUSTAH*. Outras Palavras, 6 oct. 2011. Disponível em : <https://outraspalavras.net/outrasmídias/haiti-a-sombra-da-minustah/>. Acesso em : 14 avr. 2024.

COLLIER, Paul. *Haiti: from natural catastrophe to economic security: a report for the Secretary-General of the United Nations*. Oxford : Oxford University, 2009.

COORDINATION SUD. *La localisation de l'aide*. 2018. Disponível em : <https://www.coordinationsud.org>. Acesso em : 23 mars 2025.

CRISIS GROUP. *Handling the Aftermath of Haiti's Presidential Assassination*. International Crisis Group, 2021. Disponível em: <https://www.crisisgroup.org/fr/latin-america-caribbean/haiti/handling-aftermath-haitis-presidential-assassination>. Acesso em : 31 mars 2025.

CRISIS GROUP. *New Gang Battle Lines Scar Haiti as Political Deadlock Persists*. International Crisis Group, 2022. Disponível em : <https://www.crisisgroup.org/fr/latin-america-caribbean/haiti/new-gang-battle-lines-scar-haiti-political-deadlock-persists>. Acesso em : 31 mars 2025.

DÉBAT général de l'Assemblée générale. *Procès du monde actuel et jugement sans appel des institutions de la gouvernance mondiale, y compris les Nations Unies*. Couverture des réunions & communiqués de presse, AG/12640, 30 sept. 2024. Disponível em : <https://press.un.org/fr/couverture-des-r%C3%A9unions>. Acesso em: 9 dez. 2024.

DAL POZ, Alberto. *'Buying peace' in Timor-Leste: another UN-success story?* Peace Human Rights Governance, v. 2, n. 2, p. 185-208, 2018. Disponível em : https://phrg.padovauniversitypress.it/system/files/papers/2018_2_3.pdf. Acesso em : 4 avr. 2025.

DOMERCANT, Dominique. *Haiti 1994-2024: trois décennies d'alchimie de catastrophes naturelles*. Le National, 2024. Disponível em : https://lenational.org/post_article.php?me_id=6075. Acesso em : 26 mars 2025.

DUBOIS, Laurent. *Haiti: the aftershocks of history*. New York : Metropolitan Books, 2012.

DUPUY, Alex. *The prophet and power: Jean-Bertrand Aristide, the international community, and Haiti*. Lanham : Rowman & Littlefield Publishers, 2014.

CETIM. *La Banque mondiale, le FMI et les droits humains*. Genève : Centre Europe-Tiers Monde, 2006. Disponível em : <https://www.cadtm.org/La-Banque-mondiale-le-FMI-et-les-droits-humains>. Acesso em : 10 dez. 2024.

CETRI – CENTRE TRICONTINENTAL. *Que devient la conditionnalité ? Réformes des politiques et conditionnalité dans les relations Nord-Sud*. 2020. Disponível em : <https://www.cetri.be/Que-devient-la-conditionnalite>. Acesso em : 23 mars 2025.

FERMUN. *La création des Nations unies*. [S. l.], 2023. Disponível em : <https://fermun.org/la-creation-des-nations-unies/>. Acesso em : 17 mars 2025.

FMI – FONDS MONÉTAIRE INTERNATIONAL. *Communiqué de presse : le FMI et la Banque mondiale approuvent un allégement de la dette équivalant à 1,2 milliard de dollars EU en faveur d'Haïti*. Washington, D.C., 2009. Disponível em : <https://www.imf.org/fr/News/Articles/2015/09/14/01/49/pr09243>. Acesso em: 23 dez. 2024.

FMI – FONDS MONÉTAIRE INTERNATIONAL. *Haïti : consultation au titre de l'article IV et demande d'un nouvel accord au titre de la facilité élargie de crédit*. Rapport n° 14/105. Washington, D.C., 2014.

FMI – FONDS MONÉTAIRE INTERNATIONAL. *Haïti : rapport des services du FMI – Consultation au titre de l'article IV*. Washington, D.C., 2015. Disponível em : <https://www.imf.org>. Acesso em: 31 mars 2025.

FMI – FONDS MONÉTAIRE INTERNATIONAL. *L'avenir du passé : l'économie mondiale demain. Finances et Développement*, v. 51, n. 3, sept. 2014. Disponível em : <https://www.imf.org/external/pubs/ft/fandd/2014/09/pdf/cover.pdf>. Acesso em: 9 dez. 2024.

FMI – INTERNATIONAL MONETARY FUND. *Haïti : l'aide internationale est indispensable pour faire face à la crise*. *FMI Survey Magazine*, 6 juin 2008. Disponivel em :

<https://www.imf.org/~/media/Websites/IMF/Imported/external/french/pubs/ft/survey/so/2008/int060608afpdf.ashx>. Acesso em: 31 mars 2025.

FOALENG, Yvon; MAHAMANE, Boubacar. *Évaluation des programmes de développement communautaire en Haïti*. Genève : ONU/PNUD, 2015.

FORCES OPÉRATIONS. *Le guide des missions de maintien de la paix de l'ONU*. [S. l.], [s. d.]. Disponível em:

<https://www.forcesoperations.com/amp/le-guide-des-missions-de-maintien-de-la-paix-de-lonu/>. Consulté le : 6 mars 2025.

FRONTLINE. *Interviews | Battle for Haiti*. 2010. Disponível em : <https://www.pbs.org/wgbh/pages/frontline/battle-for-haiti/interviews/>. Acesso em: 27 fev. 2025.

FREEMAN, Carla. *What's next for Haiti after the U.N. ends its peacekeeping mission?* Foreign Affairs, 2017. Disponível em : <https://www.foreignaffairs.com/articles/haiti/2017-10-16/whats-next-haiti-after-un-ends-its-peacekeeping-mission>. Acesso em: 18 avr. 2024.

GIEC . *Rapport sur le climat 2021 : impacts, adaptation et vulnérabilité*. Genève, 2021.

GLOBAL POLICY FORUM. *Haiti and the United Nations*. New York, 2015. Disponível em : <https://www.globalpolicy.org/security-council/index-of-countries-on-the-security-council-agenda/haiti.html>. Acesso em: 24 fev. 2024.

GLOBAL VOICES. *Alors que les critiques des missions de maintien de la paix de l'ONU se multiplient, l'Afrique doit-elle prendre les choses en main ?* 2017. Disponível em : <https://fr.globalvoices.org/2017/11/22/218475/>. Acesso em : 6 mars 2025.

GRET – GROUPE DE RECHERCHE ET D'ÉCHANGES TECHNOLOGIQUES. *Les accords de partenariat économique (APE) : quels enjeux pour Haïti ? Rapport final*. Paris : GRET, 2012. Disponível em : <https://www.coeh.eu/wp-content/uploads/2016/01/130131-GRET-APE-Rapport-final-28sept2012-V3.pdf>. Acesso em: 31 mars 2025.

GUERRA, Stéphanie; BLANCO, Jean. *Gouvernance et développement institutionnel en Haïti*. Port-au-Prince : Éditions de l’Université d’État d’Haïti, 2017.

HAÏTI. *Lettre d’intention et Mémorandum technique d’accord*. Port-au-Prince : Ministère de l’Économie et des Finances, 2014. Disponível em : <https://www.imf.org/external/np/loi/2014/hti/112814.pdf>. Acesso em: 4 avr. 2025.

HAÏTI. *Programme-cadre de réforme de l’État : modernisation administrative et décentralisation 2012-2017*. Port-au-Prince : Office de Management et des Ressources Humaines (OMRH), 2012. Disponivel em : https://www.undp.org/sites/g/files/zskgke326/files/migration/ht/UNDP-HT-DemGov-PCRE_20130210.pdf. Acesso em le : 31 mars 2025.

HAÏTI ÉCONOMIE. *Balance commerciale chroniquement déficitaire*. Haïti Économie, 2017. Disponível em : <https://haitieconomie.com>. Acesso em: 23 dez. 2024.

HAÏTI ÉCONOMIE. *Rapport annuel sur les performances économiques d’Haïti en 2017*. Port-au-Prince, 2017.

HAÏTILIBRE. *Les investissements directs étrangers chutent de 72 %*. HaïtiLibre, 2018. Disponível em : <https://www.haitilibre.com>. Acesso em: 23 dez. 2024.

HOFFMANN, Kelly. Haiti’s postcolonial predicament: NGOs and the politics of external control. *Third World Quarterly*, v. 41, n. 3, p. 472-488, 2020.

HUMAN RIGHTS WATCH. *Haiti: UN Peacekeepers and the Cholera Epidemic*, 2017. Disponível em : <https://www.hrw.org/news/2017/10/19/haiti-un-peacekeepers-and-cholera-epidemic>. Acesso em : 25 fév. 2025.

HUMAN RIGHTS WATCH. *Structure et fonctionnement du Conseil des droits de l’homme*. Disponível em : <https://www.humanrights.ch/fr/pfi/fondamentaux/application/onu/cdh/structure>. Acesso em: 17 março 2025.

HUMAN RIGHTS WATCH. *UN Peacekeeping has a Sexual Abuse Problem*, 2015. Disponível em :

<https://www.hrw.org/news/2015/06/11/un-peacekeeping-has-sexual-abuse-problem>. Acesso em : 27 fev. 2025.

INSTITUTO PACS. *O Haiti é aqui: o papel do Brasil nas operações de paz e as violações de direitos humanos.* Rio de Janeiro, 2015. Disponível em : <https://www.pacs.org.br/o-haiti-e-aqui/>. Acesso em : 10 abr. 2024.

INSTITUTE FOR JUSTICE & DEMOCRACY IN HAITI (IJDH). *Droits humains et État de droit en Haïti : principaux développements récents.* 2023. Disponível em : <https://www.ijdh.org/wp-content/uploads/2024/01/IJDH-HRU-Dec.-2023-12.11-FINAL-FR.pdf>. Acesso em: 21 mars 2025.

INTERNATIONAL CRISIS GROUP. *Consolidating Stability in Haiti.* ReliefWeb, 18 juill. 2007. Disponível em : <https://reliefweb.int/report/haiti/consolidating-stability-haiti>. Acesso em : 27 fév. 2025.

INTERNATIONAL CRISIS GROUP. *Haiti: Security at a Crossroads.* Rapport n° 265, 2015. Disponível em : <https://www.crisisgroup.org/latin-america-caribbean/haiti/haiti-security-crossroads>. Acesso em : 28 fev. 2025.

INTERNATIONAL CRISIS GROUP. *Haiti: Stability at What Price?* Rapport n° 271, 2016. Disponível em : <https://www.crisisgroup.org/latin-america-caribbean/haiti/haiti-stability-what-price>. Accès le : 27 févr. 2025.

INTERNATIONAL CRISIS GROUP. *Haiti: The Cost of Peacekeeping Policies.* Rapport n° 289, 2018. Disponível em : <https://www.crisisgroup.org/latin-america-caribbean/haiti/haiti-cost-peacekeeping-policies>. Acesso em : 28 fév. 2025.

INTERNATIONAL CRISIS GROUP. *Haiti: The Stakes of the Post-MINUSTAH Era.* Rapport n° 272, 2017. Disponível em : <https://www.crisisgroup.org/latin-america-caribbean/haiti/haiti-stakes-post-minustah-era>. Acesso em : 28 fev. 2025.

INTERNATIONAL CRISIS GROUP. *Locked in Transition: Politics and Violence in Haiti.* Rapport n° 107, 2024. Disponível em : <https://www.crisisgroup.org/latin-america-caribbean/caribbean/haiti/107-locked-transition-politics-and-violence-haiti>. Acesso em : 27 fév. 2025.

INTERNATIONAL PEACE INSTITUTE. *Planning for the End of UN Peacekeeping in Haiti*. New York : International Peace Institute, 2018. Disponível em: <https://www.ipinst.org/wp-content/uploads/2018/12/IPI-Rpt-Mission-in-TransitionHaiti.pdf>. Acesso em: 27 fev. 2025.

JAMES, Cyril Lionel Robert. *Os Jacobinos Negros: Toussaint L'Ouverture e a Revolução de São Domingos*. São Paulo: Boitempo, 2001.

KNUDSEN, Rita Augestad. Privatization in Kosovo: 'liberal peace' in practice. *Journal of Intervention and Statebuilding*, v. 7, n. 3, p. 287–307, 2013. Disponível em: <https://www.researchgate.net/publication/271625605>. Acesso em: 4 abr. 2025.

KOSOVO TRUST AGENCY. *Privatisation au Kosovo : Évaluations et conséquences*. Coordination pour la Yougoslavie, 2010.

LAGUERRE, Michel S. *Voodoo and politics in Haiti*. New York: Palgrave Macmillan, 1990.

LÉONARD, Éric. L'agriculture paysanne haïtienne entre survie et incertitude. In: PÉROUSE DE MONTCLOS, Marc-Antoine (dir.). *Haïti: entre colonisation, dictature et démocratie*. Marseille: IRD Éditions, 2011. Disponível em: <https://books.openedition.org/irdeditions/14345?lang=en>. Acesso em: 31 mar. 2025.

LE MONDE. L'ONU s'excuse pour son rôle dans l'épidémie de choléra en Haïti. *Le Monde*, 2 déc. 2016. Disponível em: https://www.lemonde.fr/planete/article/2016/12/02/l-onu-s-excuse-pour-son-role-dans-l-epidemie-de-cholera-en-haiti_5042421_3244.html. Acesso em: 27 fev. 2025.

LE NOUVELLISTE. Haïti, une économie de concentration et de centralisation. *Le Nouvelliste*, 2016. Disponível em: <https://lenouvelliste.com/article/161838/haiti-une-economie-de-concentration-et-de-centralisation>. Acesso em: 6 mar. 2025.

MAJOR PRÉPA. Zoom sur les politiques d'ajustement structurel. *Major Prépa*, 2024. Disponível em: <https://major-prepa.com/economie/zoom-politiques-ajustement-structurel/>. Acesso em: 25 mar. 2025.

MAC GINTY, Roger; RICHMOND, Oliver P. The local turn in peace building: a critical agenda for peace. *Third World Quarterly*, v. 34, n. 5, p. 763–783, 2013.

MINUSTAH. *Relatório final da Missão das Nações Unidas para a Estabilização no Haiti (MINUSTAH)*. Nova York: ONU, 2017. Disponível em: https://minustah.unmissions.org/sites/default/files/minustah_final_report_2017_pt.pdf. Acesso em: 6 mar. 2024.

MINUSTAH. *La MINUSTAH en action*. Port-au-Prince: ONU, 2012. Disponível em: <https://minustah.unmissions.org/sites/default/files/la-minustah-en-action.pdf>. Acesso em: 23 fev. 2025.

NATIONS UNIES. Rapport du Secrétaire général sur la MINUSTAH. New York: Conseil de sécurité, 2017. Disponível em: <https://digitallibrary.un.org/record/1325982>. Acesso em: 31 mar. 2025.

OCHA. *Haiti: Earthquake Situation Report No. 7 – as of 27 August 2021*. New York: United Nations Office for the Coordination of Humanitarian Affairs, 2021. Disponível em : <https://reliefweb.int/report/haiti/haiti-earthquake-situation-report-no-7-27-august-2021>. Acesso em : 23 fev. 2025.

OHCHR – Haut-Commissariat des Nations Unies aux droits de l'homme. *Report on the Human Rights Situation in Haiti*. Genève: ONU, 2011. Disponível em : <https://www.ohchr.org/en/countries/haiti>. Acesso em : 4 avr. 2024.

OIF – Organisation internationale de la Francophonie. *Transition post-MINUSTAH et consolidation de la paix en Haïti: Enjeux et perspectives*. Paris: OIF, 2020. Disponível em : https://www.francophonie.org/sites/default/files/2022-03>Note%20OBG_OIF_Transition%20postMINUSTAH.pdf. Acesso em : 23 fev. 2025.

ONU. *Haïti Cholera Response: UN Apology and Compensation Program*. New York: ONU, 2016. Disponível em : <https://www.un.org>. Acesso em : 18 dez. 2024.

ONU. *Le Conseil de sécurité entend les exposés des commandants des Forces de la MINUSTAH, de la MONUSCO, de la MINUL, de la MINUS et de l'ONUST*. 2010. Disponível em : <https://press.un.org/fr/2010/cs10006.doc.htm>. Acesso em: 6 mars 2025.

ONU BRASIL. *Missão da ONU no Haiti encerra atividades com cerimônia em Porto Príncipe*. ONU News, 6 out. 2017. Disponível em :

<https://nacoesunidas.org/missao-da-onu-no-haiti-encerra-atividades-com-cerimonia-em-porto-principe/>. Acesso em : 20 mar. 2024.

ONU-HABITAT. Rapport sur les bidonvilles et infrastructures urbaines en Haïti. Disponível em : <https://unhabitat.org/haiti/slums>. Acesso em : 17 mar. 2025.

OEA – Organisation des États Américains. Haiti – The International Civilian Mission in Haiti (MICIVIH) (1993–2000). Disponível em : <https://www.oas.org/sap/peacefund/peacemissions/>. Acesso em : 31 mars 2025.

SIMON, Carl Nally Regi. Les canaux de transmission de la politique monétaire en Haïti: une approche narrative (1996-2016). 2017. Disponível em : <https://mpra.ub.uni-muenchen.de/78294/>. Acesso em : 31 mars 2025.

THOMAS, Frédéric. Haïti, laboratoire de la gouvernance humanitaire. *Le Monde diplomatique*, 2016. Disponível em : <https://www.monde-diplomatique.fr/2016/11/THOMAS/56773>. Acesso em : 25 mars 2025.

TRANSPARENCY INTERNATIONAL. Indice de perception de la corruption 2023 : une corruption non maîtrisée par des systèmes judiciaires de plus en plus faibles. Berlin : Transparency International, 2024. Disponível em : <https://www.transparency.org/fr/press/cpi2023-corruption-perceptions-index-justice-systems-leave-corruption-unchecked>. Acesso em : 6 mars 2025.

UE – UNION EUROPÉENNE. Guide de l'Accord de Partenariat Économique CARIFORUM-UE. Bruxelles : Service européen pour l'action extérieure, 2016. Disponível em : https://www.eeas.europa.eu/sites/default/files/04102016_ape_guide_fr.pdf. Acesso em : 31 mars 2025.

UNDP. Haiti Police Capacity Development Report. New York : UNDP, 2017. Disponível em : <https://www.undp.org/haiti>. Acesso em : 28 févr. 2025.

UNITED NATIONS. United Nations Interim Administration Mission in Kosovo (UNMIK). 1999. Disponível em : <https://peacekeeping.un.org/en/mission/unmik>. Acesso em : 4 avr. 2025.

UNITED NATIONS. United Nations Integrated Mission in Timor-Leste (UNMIT). 2006. Disponível em : <https://peacekeeping.un.org/mission/past/unmit>. Acesso em : 4 avr. 2025.

UNITED NATIONS. United Nations Mission in Sierra Leone (UNAMSIL) – Mandate. New York : United Nations, 2020. Disponível em :

<https://peacekeeping.un.org/en/mission/past/unamsil>. Acesso em : 4 avr. 2025.

UNITED NATIONS. United Nations Sustainable Development Cooperation Framework: Timor-Leste 2021–2025. New York : United Nations, 2021. Disponível em : https://timorleste.un.org/sites/default/files/2021-04/UNSDCF%20Timor-Leste%202021-25%20Final_0.pdf. Acesso em : 4 avr. 2025.

UNITED STATES CONGRESS. Hemispheric Opportunity through Partnership Encouragement Act of 2008 (HOPE II). Congressional Research Service, RL34687, 2008. Disponível em : <https://crsreports.congress.gov/product/pdf/RL/RL34687>. Acesso em : 31 mars 2025.

UNMIT. Developing the Non-Oil Economy in Timor-Leste. 2010. Disponível em : <https://unmit.unmissions.org/developing-non-oil-economy-timor-leste>. Acesso em : 4 avr. 2025.

USTR. Haitian Hemispheric Opportunity through Partnership Encouragement Act of 2008 (HOPE II): Report to Congress 2023. Washington, D.C. : Office of the United States Trade Representative, 2023.

WILSON, Samuel M. Taino elite integration and societal complexity on Hispaniola. In : *Proceedings of the Eleventh Congress of the International Association for Caribbean Archaeology*, San Juan : La Fundación Arqueológica, Antropológica e Histórica de Puerto Rico, 1990, p. 517-524. Disponível em : <https://utdirect.utexas.edu/apps/student/coursedocs/nlogon/download/6649218/>. Acesso em : 25 mar. 2025.

ZANOTTI, Laura. Cacophonies of aid, failed state building and NGOs in Haiti: setting the stage for disaster, envisioning the future. *Third World Quarterly*, v. 31, n. 5, p. 755-771, 2010. Disponível em : <https://www.jstor.org/stable/27896575>. Acesso em : 4 avr. 2025.

